



CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA

Conselho Federal de Odontologia

Relatório de gestão do exercício 2015

Relatório de gestão do exercício 2015

Conselho Federal de Odontologia

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Sumário

LISTA DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES, ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS	4
INTRODUÇÃO	6
2 - APRESENTAÇÃO	8
2.1 APRESENTAÇÃO	8
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	29
3.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	29
3.2 COMPETÊNCIAS	30
3.3 NORMAS	31
3.4 HISTÓRICO	32
3.5 ORGANOGRAMA	46
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	47
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	47
4.1.1 PLANO ESTRATÉGICO	48
4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	49
4.2 RESULTADOS	50
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	54
4.3.1 ORÇAMENTO ANUAL	55
4.3.2 TRANSFERÊNCIAS	58
4.3.3 RECEITAS	59
4.3.4 DESPESAS	62
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	66
4.5 FISCALIZAÇÃO	67
4.6 INDICADORES	68
5 - GOVERNANÇA	69
5.1 GOVERNANÇA	69
5.2 DIRIGENTES	71
5.3 AUDITORIA	74
5.4 APURAÇÕES	75
5.5 GESTÃO RISCOS	80
5.6 REMUNERAÇÕES	81
5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE	82
6 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	83

6.1 CANAIS DE ACESSO	83
6.2 PESQUISA SATISFAÇÃO	84
6.3 TRANSPARÊNCIA	85
6.4 ACESSIBILIDADE	86
7 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	87
7.1 ORÇAMENTO	87
7.2 NCASP	91
7.3 APURAÇÃO CUSTOS	92
7.4 DEMONSTRAÇÕES	93
8 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	95
8.1 GESTÃO DE PESSOAS	95
8.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL	96
8.1.2 DESPESA C/ PESSOAL	99
8.1.3 GESTÃO DE RISCOS	101
8.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	102
8.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	103
8.2.1 SISTEMAS	111
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	112
9.1 TCU	112
9.2 INTERNO	113
9.3 DANOS AO ERÁRIO	114
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	115
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	115
11 - ANEXOS E APÊNDICES	116
11.1 ANEXOS E APÊNDICES	116
ASSINATURA(S)	117

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

SIGLAS

ABCD - Associação Brasileira de Odontologia;
ABENO - Associação Brasileira de Estudos Odontológico;
ABO - Associação Brasileira de Odontologia;
ABOR - Associação Brasileira de Ortodontia e Ortopedia Facial;
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida;
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
APD - Auxiliar de Prótese Dentária;
ASB - Auxilair de Saúde Bucal;
AcBO - Academia Brasileira de Odontologia;
CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados;
CD - Cirurgião-Dentista;
CEO - Centro de Especialidades Odontológicas;
CF - Constituição Federal;
CFAS - Conselhos Federais da Área de Saúde;
CFC - Conselho Federal de Contabilidade;
CFO - Conselho Federal de Odontologia;
CGU - Controladoria Geral da união;
CIOSP - Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo;
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho;
CNCC - Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos;
CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público;
CNPL - Confederação Nacional das Profissões Liberais;
CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos;
CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde;
CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde;
CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis;
CRO - Conselho Regional de Odontologia;
CTC - Comissão de Tomada de Contas;
DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais;
DN - Decisão Normativa;
DOU - Diário Oficial da União;
DP - Departamento Pessoal do CFO (Denominação em desuso);
ENATESPO - Encontro Nacional de Administradores e Técnicos do Serviço Público Odontológico;
e-MAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico;
e-Ping - Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico;
FIO - Federação Interestadual de Odontologia;
FIOCRUZ. - Fundação Oswaldo Cruz;
FNO - Federação Brasileira de Odontologia;
GBPD - Grupo Brasileiro de Professores de Dentística;
GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos;
GERTI - Gerência de Tecnologia da Informação do CFO;
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IN - Instrução Normativa;
LAI - Lei de Acesso a Informação;

LPD - Laboratório de Prótese Dentária;
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
MDS - Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas;
MS - Ministério da Saúde;
NBC T - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica;
OCI - Órgão de Controle Interno;
OMS - Organização Mundial da Saúde;
ONU - Organização das Nações Unidas;
PCASP - Plano de Contas Aplicada ao Setor Público;
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
PL - Projeto de Lei;
PMBOK - Project Management Body of Knowledge (Guia para o conjunto de conhecimentos de gerenciamento de projetos);
PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
PSC - Partido Social Cristão;
PSDBMG - Partido Social Democrata do Brasil (MG);
RH - Recursos Humanos;
SECEX - Secretaria de Controle Externo TCU;
SEF - Setor Econômico Financeiro do CFO (Denominação em desuso);
SINOG - Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo;
SISPAT - Sistema de Controle Patrimonial;
SOBEP - Sociedade Brasileira de Estomatologia e Patologia Oral;
SPED - Sistema Público de Escrituração Digital;
STN - Secretaria do Tesouro Nacional;
SUS - Sistema Único de Saúde;
TCU - Tribunal de Contas da União;
TI - Tecnologia da Informação;
TPD - Técnico em Prótese Dentária;
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
UNIEURO - Centro Universitário Euroamericano;
USP - Universidade de São Paulo;
UTI - Unidade de Terapia Intensiva;
W3C - World Wide Web Consortium (Organização de Padronização da World Wide Web- Internet);

Introdução

O Conselho Federal de Odontologia e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia, criados pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964 e, posteriormente, instituídos pelo Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971, formam em seu conjunto uma Autarquia.

Tanto o CFO quanto cada CRO são dotados de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Nossa principal finalidade é a supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo-nos zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente. Para cumprir essa missão, o CFO legisla por meio de Atos Normativos, julga Processos Éticos e centraliza as informações sobre cursos de Especialização registrados e reconhecidos, bem como sobre o número de inscritos em todo o Brasil, entre Cirurgiões-Dentistas, Auxiliar de Saúde Bucal, Técnicos em Saúde Bucal, Técnicos em Prótese Dentária, Auxiliares de Prótese Dentária e Clínicas Odontológicas.

O Portal do CFO viabiliza o acesso às informações e ações concentradas por esta Autarquia, além de oferecer uma série de serviços online. Isso possibilita o contato mais direto e próximo tanto para a classe odontológica como para a população em geral, que, em última análise, é a razão de existir do CFO e CROs.

2012 – 2015 - Mandato

No dia 20 de abril de 2012 foi publicado no Diário Oficial da União, o Edital nº 1, fixando a data de eleição para renovação dos Membros do Conselho Federal de Odontologia, para o período de 08.12.2012 a 07.12.2015. A Assembleia dos Delegados-Eleitores foi marcada para às 18:00 horas do dia 19 de outubro de 2012, na sede do CFO, no Rio de Janeiro-RJ.

Inicialmente, duas chapas se inscreveram para concorrer ao pleito. A chapa nº 1 foi assim composta: Membros Efetivos: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues – CRO-MS-1201; Benício Paiva Mesquita – CRO-CE-1427; Cesar José Campagnoli – CRO-PR-1916; Ericson Leão Bezerra – CRO-AM-1039; Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior – CRO-TO-375; José Mário Moraes Mateus – CRO-MG-12392; José Ricardo Dias Pereira – CRO-PE-2815; Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira – CRO-PB-721; e, Rubens Côrte Real de Carvalho – CRO-SP-8261. Membros Suplentes: Ataíde Mendes Aires – CRO-MA-294; Dalter Silva Favarete – CRO-MT-2831; Eimar Lopes de Oliveira – CRO-RN-1352; Maria Izabel de Souza Ávila Ramos – CRO-AP-33; Mário Dourado Queiroz – CRO-BA-1552; Messias Gambôa de Melo – CRO-PA-930; Murilo Rosa – CRO-SC-1515; Paulo Sérgio Moreira da Silva – CRO-AL-749; e, Tito Pereira Filho – CRO-AC-096.

Esta chapa designou o Cirurgião-Dentista Roberto Eluard da Veiga Cavali para receber toda e qualquer comunicação.

Os subscritores foram: Roberto Eluard da Veiga Cavali, do Paraná; Hildeberto Cordeiro Lins, de Alagoas; Abraão Alves de Oliveira, da Paraíba; Flávio Borella, do Rio Grande do Sul; e, Antonildes Medeiros Mota Gomes, do Maranhão.

A chapa nº 2 foi composta por: Membros Efetivos: Afonso Fernandes Rocha – CRO-RJ-7914; Arnaldo de Almeida Garrocho – CRO-MG-3871; Augusto Tadeu Ribeiro Santana – CRO-SE-311; Elio Silva Lucas – CRO-ES-1307; Fabiano Augusto Sfier de Mello – CRO-PR-10989; Henrique Cesar Marçal de Oliveira – CRO-GO-3618; Marcondes Martins da Silva Júnior – CRO-PI-1419; Ricardo Araújo da Silva – CRO-BA-5210; e, Robson Bizarro – CRO-SP-35412. Membros Suplentes: Ana Cláudia da Silva Araújo – CRO-PE-5113; André Gustavo Almeida de Castro Lima – CRO-MA-1542; Antonio Ricardo Calazans Duarte – CRO-RN-916; Elizeu Insaurralde – CRO-MS-226; Heládio de Souza Gomes – CRO-AM-1159; José Cleomir Tognonato Filho – CRO-DF-2133; Paulo Sérgio Carriço Correa – CRO-PA-616; Ricardo Lombardi de Farias – CRO-PB-1004; e, Roosevelt Carvalho

da Silva – CRO-MG-13715.

Os subscritores dessa chapa indicaram o CD-Luiz Carlos Torres Martins para receber toda e qualquer comunicação referente à chapa em apreço.

Foram em número de 20 os subscritores da chapa: José Antonio Valério, de Minas Gerais; Alberto Magno da Rocha Silva, de Minas Gerais; Marcel Lautenschlager Arriga, da Bahia; Carlos Sérgio de Souza Araújo, do Rio de Janeiro; Norberto Francisco Lubiana, do Espírito Santo; Luiz Carlos Torres Martins, de Minas Gerais; Romilda de Melo Alves Branco, de Minas Gerais; Beatriz de Souza Araújo Barros, de Minas Gerais; Antonio Augusto de Barros, de Minas Gerais; Gerdal Roberto de Sousa, de Minas Gerais; Eucide Souza, de Minas Gerais; Leandro Medeiros dos Santos, de Minas Gerais; Edmar Figueiredo de Brito, de Minas Gerais; Dulcinea Dirce Salgado Mattar, de Minas Gerais; Edmee Almeida, de Minas Gerais; Ieda Piramo Moreira Santiago, de Minas Gerais; Débora Teixeira Starling, de Minas Gerais; Wellington Pacheco, de Minas Gerais; Oswaldo Costa Filho, de Minas Gerais; e, Orlando Santiago Júnior, de Minas Gerais.

Às vésperas do pleito a chapa 2 se retirou da disputa. No dia 19 de outubro, às 18:00 horas, foi realizada, então, a Assembleia dos Delegados-Eleitores.

Compareceram e votaram os seguintes Delegados-Eleitores: Isabelly Lemos Basto de Oliveira Rosas, Tiago Gusmão Muritiba, CRO-AL; Moizes Pereira dos Santos, CRO-AP; Vera Lúcia Louzada Ferreira, CRO-AM; Francisco Xavier Paranhos Coêlho Simões, CRO-BA; Marlio Ximenes Carlos, CRO-CE; Wagner Vaz Cardozo, CRO-DF; Luzimar Gomes de Oliveira Pinheiro, CRO-ES; Mauro Machado do Prado, CRO-GO; Raimundo Matias França de Lima, CRO-MA; João Milanez Moreira Júnior, CRO-MT; Francisco Carlos Grilo, CRO-MS; Lívio de Barros Silveira, CRO-MG; Armando Minenori Tuji, CRO-PA; Maria de Oliveira Alves Cavalcanti, CRO-PB; Aginaldo Coelho de Farias, CRO-PR; Fausto Aureliano Meira Ferreira, CRO-PI; Jaldir da Silva Cortez, CRO-RN; José Elvídio Giffoni Pinto de Moraes, CRO-RS; Paulo Murilo Oliveira da Fontoura, CRO-RJ; Luiz Fernando Rodrigues Rosa, CRO-RO; Rodrigo Ivo Matoso, CRO-RR; Élito Araújo, CRO-SC; Rada El Achkar da Silva, CRO-SP; Marcos Luís Macedo de Santana, CRO-SE; e, Juliano do Vale, CRO-TO.

Terminada a votação foram designados os Delegados-Eleitores de Santa Catarina, Maranhão e Espírito Santo para a função de escrutinadores. O Resultado da eleição foi o seguinte: a chapa 1 obteve 19 votos. Foram 7 nulos e 1 ausência. Obtida a maioria dos votantes, o Presidente da Assembleia proclamou eleita a chapa 1 concorrente para o triênio que vai de 08.12.2012 a 07.12.2015.

No dia 7 de dezembro foi realizada a Reunião Extraordinária do Plenário para a eleição da Diretoria e da Comissão de Tomada de Contas, para a gestão de 2012/2015. A Diretoria eleita e empossada foi a seguinte: Presidente – Ailton Diogo Morilhas Rodrigues; Vice-Presidente – Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira; Secretário-Geral – Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior; e, Tesoureiro – Rubens Côrte Real de Carvalho.

A Comissão de Tomada de Contas eleita e empossada foi a seguinte: Presidente – Benício Paiva Mesquita, e Membros: José Ricardo Dias Pereira e Ericson Leão Bezerra.

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pelo Conselho Federal de Odontologia, durante o exercício do ano de 2015, cujo detalhamento das estratégias de atuação adotados, das atividades desenvolvidas e dos resultados atingidos, está consubstanciado ao longo do presente peça Administrativa.

O documento foi elaborado de acordo com as normas editadas pelo Tribunal de Contas da União e as determinações da Diretoria do CFO.

2 - APRESENTAÇÃO

2.1 APRESENTAÇÃO

Apresentação da forma como está estruturado o relatório de gestão

O presente relatório busca trazer para o leitor uma visão geral das ações desenvolvidas pelo sistema CFO-CROs no exercício de 2015, com especial ênfase planejamento organizacional, desempenho operacional, orçamentário, financeiro e contábil, além de sua governança e conformidade das demandas de órgãos de controle, em observância aos termos do Anexo II da DN-TCU-146-2015 constante do Anexo Único da Portaria TCU 321-2015.

Principais realizações da gestão no exercício

ATIVIDADES 2015

1 - CFO COMEMOROU MAIS UMA AÇÃO PROATIVA JUNTO À CLASSE ODONTOLÓGICA

No início de janeiro de 2015 o CFO procurou orientar os cirurgiões-dentistas quanto às mudanças das novas regras, que passaram a ser aplicadas nos contratos dos planos de saúde.

Orientou a todos os interessados para que lessem, na íntegra, as resoluções normativas da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que regulamentou a Lei 13003/2014, para que não haja nenhuma dúvida em relação ao tema e que os CDs ficassem atentos, não assinando contratos sem antes confirmar o índice de reajuste.

O CFO e as demais entidades que integram a Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos (CNCC) uniram-se seus esforços para que as negociações fossem de forma coletiva.

2 - CFO APOIOU O 6º ENCONTRO NACIONAL DAS COMISSÕES DE ODONTOLOGIA HOSPITALAR

Sempre trabalhando com os CROs para a qualidade da saúde bucal, o CFO participou do 6º Encontro Nacional das Comissões de Odontologia Hospitalar dos Conselhos Regionais de

Odontologia, realizado em Belém do Pará nos dias 16 e 17 de janeiro.

Os principais objetivos foram elaborar propostas sobre a Habilitação em Odontologia Hospitalar, e discutir como os procedimentos odontológicos poderiam ser incluídos no rol de procedimentos hospitalares da Agência Nacional de Saúde Suplementar, para que os usuários

de planos de saúde pudessem receber atendimento odontológico quando internados, incluindo as Unidades de Terapias Intensivas UTIs.

3 - COM O APOIO DO CFO A ODONTOLOGIA CONQUISTA MAIS UMA VITÓRIA: USO DE CLAREADORES SÓ COM PRESCRIÇÃO ODONTOLÓGICA

O CFO cumpre sua missão juntos aos CROs, bem como à população, em relação à aprovação, no dia 14 de janeiro, da Resolução pela ANVISA, que dispõe sobre o controle e comercialização dos clareadores dentais. O objetivo do CFO foi alertar as pessoas das consequências negativas que o uso indiscriminado do produto pode causar aos cidadãos.

A classe odontológica entendeu a decisão como mais uma vitória do sistema CFO/CROs em prol da população brasileira.

4 - INCENTIVO AO ENSINO E À PESQUISA NA ÁREA DE DENTÍSTICA

Parabenizando o Grupo Brasileiro de Professores de Dentística (GBPD) pelo trabalho que vem realizando ao longo de 40 anos, principalmente, incentivando o ensino e a pesquisa

na área de Dentística e contribuindo para a formação dos profissionais e também para a saúde da população brasileira, o CFO, prestigiando, participou no dia 16 de janeiro, em Belém

(PA), da solenidade de abertura do 21º Encontro de Professores de Dentística promovido pelo

GBPD. Além do presidente, o CFO se fez presente nas pessoas do tesoureiro, Rubens Côrte

Real de Carvalho, e do conselheiro Messias Gambôa de Melo.

A presença do CFO no encontro representou o fortalecimento da parceria entre as duas instituições, no sentido de buscar uma Odontologia cada vez melhor para sociedade.

5 - CFO APOIOU, JUNTO COM OS CONSELHOS REGIONAIS DE ODONTOLOGIA, O 33º CONGRESSO DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO - CIOSP

O CFO participou do 33º Congresso de Odontologia de São Paulo (CIOSP) promovido pela Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, em São Paulo, entre os dias 24 e 25 de janeiro. Reforçando a importância do evento o presidente do CFO declarou que o CIOSP, a cada edição, vem se superando, não apenas na parte técnico-científica, mas fundamentalmente na divulgação do que é a Odontologia brasileira.

Presente na solenidade de abertura, o Ministro da Saúde, Arthur Chioro, reforçou a importância de dar continuidade a projetos que preveem a atenção da saúde bucal da população, afirmando que o trabalho que os Conselhos de Odontologia exercem é fundamental e tem se tornado cada vez mais decisivo para o cumprimento do exercício éticoprofissional,

tanto na regulação e fiscalização, quanto na garantia de um atendimento odontológico de primeira qualidade, com profissionais devidamente habilitados, registrados e capazes de exercer a função da melhor maneira. No entender do ministro, os Conselhos de Odontologia têm ido muito além do esperado na representação da categoria.

6 - O CFO DIVULGOU MENSAGEM DE NÃO VIOLÊNCIA, EM QUALQUER CONTEXTO SOCIAL

No dia 30 de janeiro, Dia da Não-Violência, o CFO levou a todos a mensagem da não violência em qualquer contexto social. O Dia Mundial da Não Violência foi uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), instituída desde 1948, em homenagem ao líder pacifista

Mahatma Gandhi. É um dia voltado à educação para a paz, à solidariedade, à mediação de conflitos e ao respeito de direitos humanos.

A não violência deve ser para qualquer contexto social: um verdadeiro NÃO à agressão física e verbal; NÃO às agressões a cirurgiões-dentistas – alguns queimados em seus

próprios consultórios; NÃO a sequestros; NÃO a assassinatos; NÃO à fome; NÃO à falta de oportunidade para o cidadão, e NÃO à falta de acessos na saúde pública.

7 - CFO - ELO ENTRE AS INSTITUIÇÕES PELA CONSTANTE BUSCA DA QUALIDADE NA ODONTOLOGIA

Supervisionar a ética odontológica em todo território nacional, zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente. Esta é a missão do CFO junto à sociedade organizada da área odontológica - instituições sem fins lucrativos, que trabalham em prol da qualidade e o respeito ao cidadão brasileiro.

O CFO tem desempenhado importante papel para toda a sociedade, bem como para os profissionais da classe odontológica. O Portal do CFO viabiliza o acesso a todas as

informações da autarquia, além de oferecer uma série de serviços online. O CFO tem trabalhado junto a sociedade organizada na área de saúde, como os CROs, ANVISA, MS, CNS, ABO, ABENO, AcBO, FIO, FNO, ABOR, ABCD, entre outras, com também, CONASS e CONASEMS, e entidades ligadas a representantes dos usuários.

O CFO trabalha pela classe odontológica sempre voltado ao bem estar do cidadão brasileiro. É preocupação constante que ele receba uma Odontologia de qualidade, que a população seja bem atendida naquilo que é dela por direito: a saúde bucal.

8 – CFO CHEGA AO FACEBOOK

Mais um canal de comunicação aproximou o CFO da sociedade. O Conselho Federal de Odontologia deu início a um novo canal de divulgação e apresentação de ações desenvolvidas:

uma página oficial no FACEBOOK, com objetivo de cada vez chegar mais perto do cidadão, uma

vez que é preciso ouvir a sociedade para que possam ser constituídas as políticas públicas que

a população tanto precisa para melhoria de um direito de todos: a saúde bucal.

Foi mais uma iniciativa do CFO ao pensar na melhoria da comunicação junto ao cidadão brasileiro, em prol da qualidade da saúde bucal no país.

9 - DEZ ANOS DO PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE/CONSELHOS DE ODONTOLOGIA

No dia 11 de março o CFO lançou oficialmente, em Brasília, a 10ª edição do Prêmio Brasil Sorridente/Conselhos de Odontologia.

A solenidade contou com as presenças do coordenador nacional de saúde bucal do Ministério da Saúde, de representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); da diretoria do CFO; e, de representantes da Dabi Atlante e da Colgate/Palmolive no Brasil.

10 - SISTEMA CFO/CROs JUNTOS NAS DECISÕES DELIBERANDO AS NECESSÁRIAS

ANDAMENTO PRÓATIVO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS

Em Brasília, no dia 26 de fevereiro, o CFO realizou a primeira plenária de 2015, com a presença unânime dos Conselhos Regionais.

A reunião tratou de temas como alteração do Regimento Eleitoral dos Conselhos, implementação das auditorias, revisão da Consolidação das Normas para Procedimentos nos

Conselhos, fiscalização do exercício profissional dos técnicos radiológicos dos estabelecimentos de radiologia odontológica.

Ao final da reunião, o CFO homenageou todos os museus de odontologia com diploma de menção honrosa e medalha de honra ao mérito nacional, alusiva aos 50 anos, entregue aos

presidentes dos CROs dos estados que conservam a memória da Odontologia por meio dessas

instituições.

11 - NOVA SEDE DO CFO EM BRASÍLIA

A nova sede do CFO em Brasília recebeu visita, no dia 27 de fevereiro, pelo Sistema CFO/CROs para conhecer a nova casa da classe odontológica na capital federal.

Com uma área de 4790 metros quadrados, o edifício da nova sede do CFO, localizado no Setor Centro de Atividade do Lago Norte, conta com um andar térreo, mais três pavimentos, com diversas salas de reuniões, dois subsolos garagem, com 80 vagas, entre outros ambientes.

Com uma arquitetura moderna foi concebido dentro dos padrões de sustentabilidade e acessibilidade.

12 – COMISSÃO DO MERCOSUL REAVALIOU METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015
A Comissão do MERCOSUL do CFO reuniu-se, no dia 26 de fevereiro, na sede da autarquia em Brasília.

A reavaliação de suas atividades e suas metas para 2015 foi o tema das discussões entre os membros da Comissão.

A comissão atua, basicamente, nas deliberações do fórum do MERCOSUL para o Trabalho em Saúde, exercido pelo Ministério da Saúde, com a participação das corporações profissionais na área da saúde.

13 - DIA INTERNACIONAL DA MULHER; 8 DE MARÇO

No dia dedicado à mulher o CFO reconheceu, através de nota divulgada na imprensa, a imensurável contribuição de mulheres que, com seu trabalho e dedicação, engrandecem a profissão em prol da população, além de dedicarem a seus pacientes o mesmo amor com que

realizam seu sonho pessoal, seu uma profissional da área de saúde bucal.

No dia 8 de março, o CFO parabenizou a todas as profissionais da saúde bucal e a todas as mulheres que desempenham modelo de luta e conquistas bem sucedidas.

14 – CFO FEZ ALERTA PARA O DIA 7 DE ABRIL: A PREVENÇÃO É UM IMPORTANTE ALIADO À

VIDA SAUDÁVEL DA BOCA

Criado em 1948 pela Assembleia Mundial da Saúde, o dia 07 de abril, Dia Mundial da Saúde, tem o objetivo de conscientizar a população para o cuidado na saúde em geral, o que

demonstra respeito à sua qualidade de vida. Por isso o CFO, na data, alertou a população para

que o dia fosse repensado como forma de uma maior atenção à saúde, base de toda vida saudável da população.

15 - MENSAGEM DA PÁSCOA

Na data de 05 de abril de 2015, quando o mundo cristão comemorava a Páscoa, o CFO em respeito a todos os credos e religiões transmitiu uma mensagem de feliz Páscoa desejando

que a ressurreição de Cristo permanecesse em todos como símbolo de renovação de vida.

16 - CAMPANHA DE PREVENÇÃO DE SAÚDE BUCAL

No Dia Mundial de Saúde o CFO divulgou na, mídia mensagem de conscientização para que fosse o cirurgião-dentista para exame, já que o câncer bucal é preocupante no Brasil

e a prevenção é a maior inquietação na classe odontológica.

O CFO apoiou a ABCD na Campanha de Prevenção de Saúde Bucal Sorria para a Vida que foi lançada no dia 20 de março.

17 - CFO HOMENAGEOU O 21 DE MARÇO

O CFO apoiou as ações ao Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

A autarquia vem batalhando pelo fim das diferenças nos indicadores de morbidade e mortalidade nas classes sociais, raciais e de gênero, no país.

18 - O CFO SE POSICIONOU CONTRÁRIO ÀS PALAVRAS DO MINISTRO DA CASA CIVIL

O CFO de declarou indignado com as palavras do Ministro Chefe da casa Civil, Aloízio Mercadante, que, em entrevista coletiva, disse: “Ajuste fiscal é como dentista. Ninguém quer,

mas tem que ir.”.

Em defesa de todos os profissionais de sua classe, o CFO deu entrada na Presidência da República de um documento pedindo uma justa forma de retratação para com a classe.

19 - CFO PRESTIGIOU A POSSE DO CRO-BA

Visando promover o elo entre as instituições e os parceiros, pela constante busca da

qualidade em Odontologia, e procurando fortalecer o diálogo e as ações unificadas voltadas ao

interesse do coletivo o CFO, na pessoa de seu presidente, empossou solenemente o novo plenário do CRO-BA.

Na oportunidade o CFO homenageou todos os conselheiros integrantes da gestão anterior com a outorga do Diploma de honra ao Mérito.

20 - MUSEUS A HISTÓRIA DA ODONTOLOGIA REGISTRADA NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CFO HOMENAGEOU A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ODONTOLÓGICA

O Sistema CFO/CROs se orgulhando da história da Odontologia, e, preocupado com o valor cultural na preservação da memória odontológica, em comemoração aos 50 Anos de criação do Conselho Federal e Regionais, entregou a Medalha Comemorativa e Diploma de

menção Honrosa aos sete museus brasileiros que tratam do tema “Odontologia” nos estados do Rio Grande do Norte, São Paulo, Paraná, Ceará, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais.

Com a homenagem o CFO reconheceu o trabalho cultural brilhantemente desenvolvido por estas instituições, pois deixa viva a história da profissão odontológica.

21 - CFO PRESTIGIOU A POSSE DA NOVA DIRETORIA DO CRO-MS

Dizendo-se ser gratificante participar da posse da reeleição de uma diretoria que dedica sua vida em prol da população de seu estado, o presidente do CFO participou da posse

da nova diretoria do CRO-MS. Foi ele quem empossou a diretoria, ressaltando na ocasião que o

alto índice de aprovação da reeleição do presidente do CRO-MS, foi o reflexo do bom trabalho

que foi desenvolvido no estado.

22 - POSSE DO CRO-MG CONTOU COM A PRESENÇA DO CFO

Posse conjunta do CRO-MG selou unidade da Odontologia.

Os diretores do CRO-MG e da Associação Brasileira de Odontologia - Seção Minas Gerais tomaram posse de forma conjunta. O Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais também estava presente. Na ocasião o presidente do CFO afirmou que “É muito importante que todos nós trabalhemos sempre com o objetivo de estreitar a relação saudável entre profissionais, entidades e sociedade em prol do crescimento da Odontologia.”.

23 - CFO PARTICIPOU DA POSSE DA NOVA DIRETORIA DO CRO-PE

Para parabenizar a nova diretoria e homenagear integrantes da gestão passada do CRO-PE o CFO se fez presente na posse do novo plenário do CRO-PE.

Além do presidente do CFO compareceram os presidentes dos Regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Sergipe, Distrito Federal, Ceará, Paraíba e da Bahia.

Aos integrantes da gestão passada o CFO homenageou com certificado de agradecimento.

24 - CFO: 51 ANOS EM PROL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Ao completar 51 anos de trabalho em prol da sociedade brasileira na valorização do profissional, na supervisão da ética odontológica em todo território nacional, ao zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente, o CFO agradeceu a

todos os Regionais, aos profissionais da saúde bucal, aos cidadãos brasileiros, as entidades da

classe Odontológica e a todos os que se preocupam com a melhoria da qualidade da Odontologia no país.

25 - CFO É RECEBIDO POR LIDERANÇA DO PSC

Com o objetivo de colocar o CFO na pauta do Congresso Nacional na aprovação de

projetos que beneficiem a toda a classe odontológica, o CFO foi recebido no dia 14 de abril no gabinete da liderança do Partido Social Cristão (PSC), pelos deputados André Moura (PSC/SE), Pastor Everaldo (PSC/RJ) e Silvio Costa (PSC/PE). Na ocasião, o presidente do CFO, Ailton Morilhas, juntamente com o membro da Comissão Parlamentar, Nilo Pires, agradeceram pela oportunidade que tiveram em apresentar os projetos de leis que trazem benefícios, não só para os profissionais de saúde bucal, como também para a saúde da população. O CFO, por meio da Comissão Parlamentar, vem trabalhando pela classe odontológica, sempre voltada ao bem estar do cidadão. Para isso, acompanha no Congresso o andamento de projetos de lei em prol do povo brasileiro, por meio de ações asseguradas pelas leis do país.

26 - CFO PRESTIGIA A ENTREGA DE MEDALHA TIRADENTES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

No dia 14 de abril, na Câmara dos Deputados o CFO, na pessoa de seu presidente, Ailton Rodrigues, prestigiou a entrega da Medalha Tiradentes - de honra ao Mérito, a cirurgiões-dentistas que trabalham em prol da Odontologia brasileira. O deputado Benjamim Maranhão, também cirurgião-dentista, foi agraciado por suas ações pela classe odontológica.

Na ocasião, também foi entregue ao presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público a proposta de um anteprojeto de lei, pelo presidente da CNPL, que “Dispõe sobre a Carreira Única e o Piso Salarial Nacional” para todas as categorias e trabalhadores do SUS.

27 - TIRADENTES: PATRONO DA ODONTOLOGIA

No dia 21 de abril, o CFO utilizou-se da mídia para homenagear o patrono da Odontologia brasileira: Tiradentes. As homenagens do CFO para Tiradentes foram muito além do político, pois ele realizou a primeira ação voltada à saúde bucal no Brasil.

28 - CFO REUNE COMISSÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO NORDESTE

A reunião tratou de ações voltadas à participação dos estados, por meio dos CROs, na premiação estadual e nacional, potencializando a participação dos estados nas duas etapas estadual e nacional.

Em Natal (RN) na sede do CRO, representantes das Comissões de Políticas Públicas dos estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe, juntamente com o presidente da

Comissão de Políticas Públicas/Prêmio Brasil Sorridente do CFO, trataram da participação mais

ativa dos estados, a partir desse ano de 2015, com uma premiação local.

Foi divulgada, ainda, na ocasião a participação como parceiros na divulgação do prêmio do CONASS, do CONASEMS e do Ministério da Saúde.

Da reunião, participaram, também, o conselheiro federal Eimar Lopes e o presidente do CRO-RN, Cláudio de Moraes.

Ainda foram debatidos na reunião, temas de interesse interno dos Conselhos como fiscalização dos serviços públicos odontológicos, o apoio às conferências municipais, estaduais

e nacionais de saúde e ao ENATESPO - Encontro Nacional de Administradores e Técnicos do

Serviço Público Odontológico a ser realizado em Fortaleza (CE), nesse exercício.

29 - PARCEIROS DO PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE/CONSELHOS DE ODONTOLÓGIA INVESTEM NA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

O CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde iniciou divulgação com a publicação da matéria e a inserção da logomarca do prêmio na área de notícias, em seu site.

Além dessa divulgação, a instituição disponibilizou, para o próximo número de sua revista, um

anúncio do Prêmio Brasil Sorridente com todas as informações para a realização das inscrições.

O Conselho de Secretários Municipais de Saúde do estado de São Paulo postou em seu site a logomarca e as informações sobre a premiação.

A Colgate-Palmolive, como parceira efetiva do Brasil Sorridente, ampliou sua participação. Vai distribuir kits de higiene bucal também aos municípios primeiros colocados na etapa estadual, além de divulgar o prêmio, por meio de releases, para empresas parceiras da Colgate-Palmolive.

A empresa de equipamentos odontológicos Dabi Atlante, parceira bem atuante, concede equipamento odontológico para os municípios primeiros colocados na etapa nacional,

desde da primeira edição em 2005.

Os Conselhos Regionais também promoveram a divulgação em seus endereços eletrônicos.

30 - O CFO PARTICIPOU DE AÇÕES EM PROL DA SAÚDE NA ODONTOLOGIA

O CFO foi convidado pela FNO para participar de seminário sobre Política Nacional de Recursos Humanos no Sistema Único de Saúde (SUS), realizado com a Coordenação Nacional

de Saúde Bucal do Ministério da Saúde e a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais

(CNPL). O CFO apoiou as ações que beneficiaram a população na melhoria da saúde bucal brasileira.

O objetivo da reunião foi discutir as iniciativas que integram as políticas de saúde bucal do Sistema Único de Saúde, com destaque para as necessidades apontadas pela categoria odontológica, em prol da valorização do cirurgião-dentista e da Odontologia brasileira, em defesa da qualidade no atendimento integral e universal da saúde bucal no SUS.

O CFO, de forma proativa, entregou à Presidente da República, em outubro de 2014, um documento “O que esperamos do próximo presidente do Brasil” com propostas elaboradas

pela classe odontológica, para efetivação de políticas públicas para o mandato de 2015/2018,

embasadas em dados da pesquisa sobre hábitos, comportamentos e atitude na população brasileira, encomendada ao Datafolha, pelo CFO.

31 - CFO DEFENDE NA CÂMARA PL PELA ODONTOLOGIA DO TRABALHO

O CFO, por meio do membro da Comissão Parlamentar de Odontologia, Alberto Moeria, também cirurgião-dentista do trabalho, se reuniu com o líder do PMDB na Câmara dos

Deputados e membro da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), deputado federal, Leonardo Picciani, para conversar sobre o PL 422/2007, que trata da presença de um

profissional da Odontologia no ambiente de trabalho. O CFO entregou a todos os membros titulares e suplentes da CCJC um manifesto em favor da Odontologia em prol do apoio ao

Projeto de Lei.

A Odontologia do Trabalho trata de promover, prevenir e preservar a saúde bucal do trabalhador. O CFO trabalha para melhorar a autoestima do cidadão, valorizando o profissional da Odontologia.

32 - 28 DE ABRIL - DIA MUNDIAL DO SORRISO: HIGIENE BUCAL PREVINE DOENÇAS

Além do sorriso, que melhora a autoestima do cidadão, é preciso ter a qualidade da saúde bucal de toda a população.

No Dia Mundial do Sorriso o CFO, preocupado com a população, divulgou documento chamando atenção da importância da saúde bucal. Uma boa higiene bucal evita muitas infecções, não só na boca, mas no coração, no pulmão, já que a infecção pode se espalhar pela

corrente sanguínea. Chamou a atenção para o fato de que conscientizar que uma higienização

bem feita proporciona uma melhor qualidade de vida.

No Dia do Sorriso então fez um alerta ao cidadão para prevenção por meio da higiene bucal.

33 - IMPOSTO DE RENDA: CIRURGIÕES-DENTISTAS ATENÇÃO ÀS NOVAS REGRAS

Com o prazo para a entrega do IR chegando ao fim, o CFO alertou aos cirurgiões-dentistas sobre a obrigatoriedade de identificação, por meio do CPF, dos titulares de cada um dos serviços, nas prestações efetuadas a partir de 2015.

A medida procurou equiparar os profissionais liberais às pessoas jurídicas da área da saúde.

34 - CFO PRESTIGIA A POSSE DA NOVA ADMINISTRAÇÃO DO CRO-RJ

O presidente do CFO presidiu a solenidade de posse da nova administração do CRO-RJ, no dia 17 de abril, na presença de várias autoridades estaduais e municipais, representantes da saúde e da classe política, além de dirigentes da Odontologia nacional.

Durante o evento as cirurgiões-dentistas que compõem a equipe de fiscalização do Conselho foram homenageadas, em alusão ao dia 8 de março - Dia Internacional da Mulher

-
recebendo flores das mãos da presidente da Comissão de Ética.

35 – CIRURGIÃO-DENTISTA: UMA PROFISSÃO DE MUITO TRABALHO EM PROL DA POPULAÇÃO

O Brasil é o país com maior número de cirurgião-dentista no mundo - perto de 280 mil profissionais, mas enfrenta um sério problema na área da Odontologia – faltam cirurgiões-dentistas

no interior do país e isso acontece na maioria dos estados brasileiros.

Por isso, o CFO procura desenvolver a ideia “interiorizar para educar a saúde bucal” – um projeto de interiorização da profissão que atenda às prioridades odontológicas das cidades

brasileiras.

Ao pensar no trabalhador da Odontologia, o CFO atuou junto ao Congresso Nacional na aprovação de PLs referentes ao trabalho odontológico como: o estabelecimento da obrigatoriedade de um cirurgião-dentista nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) no âmbito

hospitalar da rede pública e privada; o PL 422/2007, que trata da presença de um profissional

da Odontologia no ambiente de trabalho.

36 – CFO, JUNTO COM OS PRESIDENTES DOS CROs SE REUNIRAM COM PARLAMENTARES PARA PEDIR APOIO AOS PROJETOS DE INTERESSE DA CLASSE

Os Conselhos Federal e Regionais da Odontologia, por meio de seus presidentes, diretores e conselheiros, visitaram, no dia 7 de maio, o Congresso Nacional, e, em particular,

a

Câmara dos Deputados. Em unanimidade, conversaram com os parlamentares buscando apoio

aos projetos de lei de interesse da Odontologia.

37 – CFO PARABENIZA TODAS AS MÃES BRASILEIRAS PELO SEU DIA

Ser mãe é amar infinitamente o filho. Esse amor não significa apenas criá-lo, e sim fazê-lo crescer com dignidade, carinho e cuidados. Nos cuidados está incluída a qualidade da

Saúde Bucal, desde bebê.

No Dia das Mães o CFO se manifestou em homenagem a todas as mães do país, parabenizando-as por esse dia especial, e agradecendo-as por zelarem pela qualidade as saúde

bucal brasileira.

38 - CFO PRESTIGIA A POSSE DO PLENÁRIO DO CRO-SP

Os conselheiros eleitos do CRO-SP, para a gestão 2015/2017, foram empossados em solenidade realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A entrega dos diplomas

foi conduzida pelo presidente do CFO, que parabenizou a atuação do CRO-SP e seus conselheiros. O prefeito de São Paulo foi representado pela primeira dama Anna Stella Haddad, que salientou o importante trabalho que vem sendo realizado em prol da Odontologia.

39 - GOVERNANÇA FOI TEMA DE PALESTRA ACOMPANHADA PELO PRESIDENTE DO CFO

O presidente do CFO participou, no dia 1º de junho, da palestra “Governança Pública: o desafio do Brasil”, do Ministro, ex-presidente do TCU, João Augusto Ribeiro Nardes. O evento foi realizado na sede do CRECI em São Paulo por iniciativa do presidente da entidade. No entender do presidente do CFO “a palestra foi uma excelente aula de governança, um tema relevante para o nosso país.”.

A transparência na gestão pública e as boas práticas administrativas foram alguns dos principais tópicos abordados.

40 - PESQUISA DO IBGE MOSTROU QUE OFERTA À POPULAÇÃO AINDA É PEQUENA DIANTE DA DEMANDA

Pesquisa de Saúde divulgada pelo IBGE mostrou que a preocupação dos Conselhos de Odontologia na priorização de programas que ampliem os serviços públicos de saúde bucal e

que valorizem os profissionais da classe como um todo, são urgentes. A demanda é muito grande e a população precisa de um bom sistema de saúde bucal

41 – MINISTÉRIO DA SAÚDE, ANVISA E CFO TRABALHAM EM CONJUNTO PARA FORMALIZAR RESOLUÇÕES

O CFO, por meio de sua Comissão de Legislação, se reuniu, no dia 28 de maio, na sede do CFO, em Brasília, com representantes da ANVISA. O objetivo foi debater as Resoluções

CFO-153 E 154, ambas de 2015, que, respectivamente, tratam do uso não transfusional de porções de sangue e, normatiza a coleta células-tronco na prática clínica da Odontologia.

As propostas da ANVISA foram trabalhadas e aceitas pelo CFO e, no final, foram todas consolidadas, tanto as do Ministério da Saúde, bem como da ANVISA e do CFO.

Ficou claro na nova redação das resoluções que a prática clínica odontológica é bastante distinta de outras especialidades e o CFO garante a autonomia do cirurgião-dentista e

assegura a este profissional e a seus pacientes o amparo legal (com responsabilidades, na aplicação e/ou ampliação das possibilidades de pesquisa nas novas tecnologias

42 - INSCRIÇÕES DO PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE VÃO ATÉ 30 DE JUNHO

O Prêmio Brasil Sorridente/Conselhos de Odontologia concedido anualmente a municípios brasileiros que se destacaram na implantação de Políticas Públicas de Saúde Bucal, instituído em 2005 pelo CFO, tem apoio do Ministério da Saúde e patrocínio da Dabi Atlante e

Colgate-Palmolive neste ano de 2015 teve as inscrições prorrogadas até 31 de junho. Na ocasião, o CFO esclareceu que para consolidar os avanços até aquele momento obtidos seria

necessário o comprometimento dos municípios para implantação de políticas públicas efetivas

na área de saúde bucal.

O Prêmio Brasil Sorridente/Conselhos de Odontologia nasceu com a meta de estimular esse compromisso.

43 - BRASÍLIA SEDIU PRIMEIRA REUNIÃO DE COMISSÕES DO CFO DE 2014

Em 06 de agosto, em Brasília, o plenário do CFO promoveu a primeira reunião das Comissões, em 2014.

O objetivo do encontro foi integrar o trabalho que cada comissão desenvolve, entre seus participantes, pois o mesmo é essencial, pois cada uma, com o seu valor, contribui com o

CFO em prol da Odontologia e da população.

44 - CFO APOIA O 14 DE JUNHO – DIA MUNDIAL DO DOADOR DE SANGUE

A esperança de uma pessoa é infinita, principalmente quando ela depende de uma “doação”. Ao pensar nesse caráter humanitário, pois a doação é voluntária e não remunerada,

a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2004 intitulou o dia 14 de junho como o Dia Mundial do Doador de Sangue, para conscientizar as pessoas de como elas podem salvar uma

vida. O dia marca também o fato das pessoas que receberam essa doação agradecerem e homenagearem os “anjos da guarda” que lhes devolveram a vida, e àqueles que ajudam a salvar pessoas diariamente, com o tema “Obrigado por salvar minha vida.”. O CFO apoiou essa

campanha com ampla divulgação na mídia.

45 - ODONTOLOGIA DO TRABALHO: UM PL QUE BENEFICIA A SOCIEDADE

Durante todo o tempo o CFO trabalhou junto ao Congresso Nacional, pela aprovação do PL 422/2007, que trata da presença de um profissional da Odontologia no ambiente de trabalho.

O presidente do CFO, em audiência com o deputado Bonifácio de Andrada (PSDBMG), argumentou que o referido projeto iria beneficiar toda a sociedade, como também a classe odontológica, pela importância da inclusão na CLT de disposições sobre Odontologia do

Trabalho.

O CFO trabalha visando melhorar a autoestima do cidadão, diminuindo sua falta ao trabalho, aumentando a produtividade da indústria, ao valorizar o profissional da Odontologia.

46 - CFO MARCOU PRESENÇA NA CERIMÔNIA DE POSSE DO NOVO PRESIDENTE DA ANS

Realizada no dia 26 de junho, no salão nobre da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a cerimônia de posse do novo presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar contou com as presenças do tesoureiro do CFO, Rubens Côrte Real de Carvalho, e do conselheiro federal, Tito Pereira Filho. Na ocasião, o conselheiro Tito, representante do CFO junto à ANS,

destacou a importância da Agência na mediação das relações entre os prestadores de

serviços

e operadores, sem em busca do diálogo e de um relacionamento franco entre todos, com o objetivo de atender de forma cada vez melhor os beneficiários.

Reafirmou a disposição do CFO em seguir trabalhando em parceria com ANS

47 - DIA INTERNACIONAL DE COMBATE ÀS DROGAS

O dia 25 de junho foi instituído pelo ONU Organização das Nações Unidas como o Dia Internacional de Combate às Drogas. Na oportunidade, o CFO se manifestou sobre a questão

dizendo precisar conscientizar as pessoas de que o uso de drogas prejudica a saúde e, muitas

vezes, em casos mais avançados, o uso de drogas ilícitas, também prejudica toda a família. É

um mal para toda a sociedade, mas precisamos usar as políticas públicas, disse o presidente

CFO à época.

48 - PRORROGADAS AS INSCRIÇÕES DO PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE/CONSELHOS DE ODONTOLOGIA

Para que os municípios tivessem mais tempo para complementar suas informações e não deixarem de participar, pois o objetivo do CFO é que seja obtido o maior número de cidades com ações efetivas na saúde bucal, é que foram prorrogadas até do dia 31 de julho de

2015 as inscrições para o Prêmio Brasil Sorridente/Conselhos de Odontologia. Destacou, na oportunidade, o CFO que todos os municípios deveriam participar mesmo aqueles que cumprem os critérios parcialmente.

49 - REUNIÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO CFO DEFINIU AGENDA PEA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015

EM reunião ordinária realizada no dia 03 de julho, em Brasília, a Comissão de Políticas Públicas de Saúde/Prêmio Brasil Sorridente definiu as atividades a serem implementadas no segundo semestre.

Discutiu-se no encontro a realização de oficinas regionais, por meio da Comissão, a exemplo do que aconteceu com sucesso em Natal (RN). As oficinas seriam realizadas nas cinco

regiões brasileiras.

Uma assunto muito importante discutido na reunião, foi o Projeto de Lei 6359/2013, que quer revogar a obrigatoriedade de fluoretação na água. O CFO se posicionou formalmente

contrário a esse PL, por entender que a fluoretação das águas é uma medida muito importante

para a redução das cáries em toda a população brasileira e o Projeto de Lei vai contra a saúde de

toda a população.

50 - SAÚDE BUCAL RECEBEU INVESTIMENTOS NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS

O CFO durante o exercício acompanhou as ações que se destacaram na implantação e efetivação das políticas públicas de saúde bucal, que elevaram, positivamente, seus índices

em favor da população.

O CFO acompanhou atentamente as ações do Ministério da Saúde por meio da Coordenação Nacional de Saúde Bucal.

O cidadão brasileiro é sempre o grande vencedor ao ser beneficiado com essas ações.

Para melhor cada vez mais a saúde bucal da população, o Ministério da Saúde

destinou cerca de R\$48 milhões anuais para os Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), localizados em 673 municípios brasileiros.

51 - CFO APOIOU A ACADEMIA BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA AO DESTACAR TRABALHO COM PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Atenção e cuidado da saúde bucal da pessoa com deficiência foi a cartilha publicada pela Universidade Federal de Pernambuco. Para destacar este estudo, a Academia Brasileira de

odontologia abordou o tema em edição da Revista Virtual da AcBO.

Segundo a cartilha, o paciente com necessidades especiais é todo o usuário que apresente uma ou mais limitações, temporárias ou permanentes, de ordem mental, física, sensorial, emocional, de crescimento ou médica, que o impeça de ser submetido a uma situação odontológica convencional.

O CFO considerou muito importante a cartilha para toda classe odontológica, pois o trabalho veio ao encontro das grandes ações que dignificam a Odontologia.

52 - ELEIÇÕES DO PLENÁRIO DO CFO: VITÓRIA DE TODO SISTEMA CFO/CROs

Com 74% dos votos o novo plenário eleito do CFO vai trabalhar em prol da população, ao procurar, também valorizar o profissional da saúde bucal.

A certeza de um trabalho bem realizado e com dedicação em prol do cidadão brasileiro, a Chapa 1 venceu com 20 votos contra 7 da Chapa 2, nas eleições para o plenário do

CFO, no dia 15 de julho, em Brasília (DF).

O processo foi realizado obedecendo a todas as normas com a participação dos 27 estados da nação, representados por seus delegados eleitores.

53 – “PARTICIPAÇÃO POPULAR” DA TV CÂMARA CONTOU COM A PRESENÇA DO CFO

Ao representar o presidente do CFO, Ailton Morilhas, o membro da Comissão de Legislação, Nilo Pires, falou sobre as propostas da classe odontológica ao participar ativamente

do programa, ao vivo, da TV Câmara “Participação Popular”, com o tema “Quem vai ao dentista?”, para discutir os hábitos dos brasileiros na saúde bucal.

O membro da Comissão falou também sobre as propostas da classe odontológica no documento “O que esperamos do próximo presidente do Brasil”, que foi destacado na TV; a pesquisa CFO/DATAFOLHA; o Prêmio Brasil Sorridente; o Projeto de Interiorização do CFO; e,

finalizou o programa agradecendo a oportunidade oferecida ao Federal.

54 – CFO DIVULGOU CIDADES VENCEDORAS DO PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE/CONSELHOS DE ODONTOLOGIA

No dia 4 de setembro, a Comissão de Políticas Públicas do CFO divulgou os municípios classificados por categorias ao Prêmio Brasil Sorridente. Vinte estados e o Distrito

Federal participaram do prêmio, criados pelo CFO e concedido aos municípios brasileiros que

se destacam na implantação e efetivação das políticas públicas locais de saúde bucal.

Entre os municípios com até 50 mil habitantes, o primeiro lugar foi para a cidade de Ibiaporã, no Paraná. Na categoria de municípios com mais de 50 mil até 300 mil habitantes, venceu Resende, no Rio de Janeiro. Na disputa por cidades acima de 300 mil habitantes, a capital do Amazonas, Manaus, foi a vencedora.

55 – CFO ALERTA: APARELHOS DENTÁRIOS ILEGAIS COLOCAM A SAÚDE EM RISCO

A aplicação de aparelhos ilegais entre os adolescentes brasileiros preocupou os Conselhos de Odontologia. A prática feita sem o acompanhamento de um especialista representa grave risco a saúde da população. O CFO se posicionou em sinal de alerta e solicitou para que as pessoas não comprassem o produto sem a indicação de um

cirurgião-dentista,

pois prejudicam sua saúde bucal, muitas vezes sem recuperação.

É preciso sempre a orientação e o acompanhamento de um cirurgião-dentista, pois o que seria para corrigir um problema de fala de dentição, entre outros, pode virar símbolo de poder econômico e modismo, com perigo de se espalhar para todo o país, criando uma rede clandestina de venda e se instalando como um problema de saúde pública.

56 – ATUAÇÃO DO CFO NO CONGRESSO NACIONAL EM PROL DA POPULAÇÃO

A autarquia trabalhou pela aprovação de PLs que beneficiam o cidadão brasileiro, pois o maior anseio dos brasileiros, em qualquer pesquisa de opinião pública, é com a saúde.

Por isso, por meio de sua Comissão Parlamentar, a autarquia se fez presente na Câmara dos

Deputados e no Senado Federal, debatendo e dando celeridade a projetos de lei importantes

para a Odontologia, ao trabalhar pela valorização do CD e em defesa da qualidade da Odontologia para a população brasileira.

57 - DIA NACIONAL DA SAÚDE: UM ALERTA PARA A POPULAÇÃO

O CFO usou a mídia para chamar a atenção do cidadão para o dia 5 de agosto, Dia Nacional da Saúde, pois é preciso prevenir doenças na boca, muito delas provocando até risco

de morte. A higiene bucal também evita muitas infecções no coração, no pulmão, já que uma

infecção na boca pode se espalhar na corrente sanguínea.

Conscientizando a população de que uma higienização bem feita proporciona uma melhor qualidade de vida.

Com esse alerta o CFO comemorou o Dia Nacional da Saúde.

58 - DENTISTA E ESCOVA: UMA DUPLA QUE FUNCIONA MUITO BEM

O CFO, em 2015, utilizou-se da mídia para recomendar à população a utilização de pastas de dente apropriadas para tratar da sensibilidade; usar escovas de dente com as cerdas

macias; ter uma boa higiene bucal; usar fio dental regularmente; escovar os dentes, ao menos,

três vezes ao dia, por no mínimo dois minutos; segurar as escovas de dente em um ângulo de

45 graus, e escovar delicadamente em movimentos circulares; e evitar alimentos e bebidas ácidas, como refrigerantes e alimentos cítricos, pois Higienização Bem Feita é Qualidade de Saúde Bucal.

59 - FELIZ DIA DOS PAIS

No Dia dos Pais, em 2015, o CFO desejou, através da mídia, a todos eles um dia pleno de bençãos, esperando que todas as famílias do Sistema CFO/CROs dedicassem, com carinho,

um dia aquele que procura conduzir os filhos e sua família com firmeza nos caminhos da vida.

60 - CFO ABRE PLENÁRIA DA 50ª REUNIÃO DA ABENO

O presidente do CFO, Ailton Morilhas Rodrigues, abriu, na tarde do dia 13 de agosto, a Plenária da 50ª Reunião Plenária da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO),

afirmando, na ocasião, que “Espaços como estes são de extrema importância para implantação

das políticas educacionais, promovendo a transversalidades das pastas”.

A reunião anual da ABENO, em sua 50ª edição, colocou em discussão todas as etapas da formação do cirurgião-dentista, desde a graduação passando pela residência

multiprofissional, ao papel das novas tecnologias de informação na profissão, à qualificação e gestão em saúde bucal até a participação das instituições de ensino superior no projeto Odontologia Essencial: instrumentais, feito em parceria da ABENO com a empresa Dental Cremer. O objetivo foi estabelecer referencial de instrumentais a serem adotados nos cursos para o ensino de cirurgiões-dentistas generalistas, iniciativa de cunho social que facilita a formação dos alunos.

61 - CFO E A VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA

O Conselho Federal de Odontologia elaborou um documento, junto com toda a classe odontológica, que foi entregue à presidência da República - “O que esperamos do próximo presidente da República?”. Os dados foram obtidos através de pesquisas do CFO, encomendada ao Datafolha.

O documento foi de grande importância porque traduziu os anseios de toda classe odontológica, tanto pela valorização da categoria, com pela necessidade de políticas públicas para a população.

Entre as ações do CFO em valorização da classe estão os projetos de lei, sobre a Odontologia do Trabalho, a presença de um CD dentro das UTIs, a instituição da Semana Nacional de Prevenção ao Câncer, dentre outras.

62 - CFO RECEBEU CAMPANHA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em Brasília, na tarde de quarta-feira, dia 19 de agosto, o CFO recebeu em sua sede o conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A pauta da reunião foi o pedido de divulgação à campanha instituída pelo CNMP, que apresenta medidas em favor da transparência da administração pública.

O CFO agradeceu a visita, ressaltando, na oportunidade, a importância da participação das entidades de Odontologia na vida pública do país, colaborando para uma maior transparência na gestão pública.

Na oportunidade foi entregue ao CFO uma cartilha para ser divulgada entre os Conselhos Regionais de Odontologia.

63 - ABERTURA OFICIAL DO XXIII COBRAC CONTOU COM A PRESENÇA DO CFO

Na noite de quarta-feira, dia 26 de agosto, foi a abertura oficial do XXIII Congresso Brasileiro de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial. O CFO foi representado pelo conselheiro tesoureiro do CRO-BA, Mário Dourado, que falou em nome do presidente do CFO.

O Congresso discutiu os avanços científicos em tratamentos, tecnologias, pesquisa e tendências mundiais no rico cenário de todas as áreas da cirurgia e traumatologia bucomaxilo-facial.

64 - CFO PARTICIPOU, EM CAMPO GRANDE – MS, DO IV ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE SAÚDE BUCAL

O presidente do CFO participou da abertura tanto do Congresso de Saúde Bucal do Mato Grosso de Sul como, também, da abertura do IV Encontro Sul Brasileiro de Saúde Bucal,

que teve início no dia 27 de agosto, em Campo Grande - MS.

O evento foi organizado pelos três Conselhos Regionais da região sul: CRO-RS, CROSC e CRO-PR, além do anfitrião dessa edição, o CRO-MS.

Na oportunidade, discursando, o presidente do CFO disse que nós temos uma das melhores Odontologias do mundo, mas que o objetivo é sempre melhorar.

O encontro é uma boa forma de direcionar as forças e trocar boas experiências.

O evento contou, ainda, com a presença do ex-coordenador de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Gilberto Alfredo Pucca, que fez uma apresentação sobre o “Panorama

atual e perspectivas da Saúde Bucal no Brasil.”.

65 - PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE/CONSELHOS DE ODONTOLOGIA: DIVULGADOS OS

MUNICÍPIOS VENCEDORES POR CATEGORIA

As cidades de Ibiporã, no Paraná; Resende, no Rio de Janeiro; e Manaus, capital do Amazonas ganharam a primeira posição de seus grupos.

A Comissão de Políticas Públicas de Saúde do CFO divulgou no dia 04 de setembro os cinco primeiros municípios classificados, por categoria ao Prêmio Brasil Sorridente/Conselhos

de Odontologia. Vinte estados e o Distrito Federal participaram do prêmio, prêmio criado com o

objetivo de incentivar ações de saúde bucal voltada à população.

Entre os municípios com até 50 mil habitantes, o primeiro lugar foi para a cidade de Ibiporã, no Paraná. Em segundo São Gonçalo do Amarante, no Ceará; em terceiro Pederneiras,

em São Paulo. O quarto e quinto lugares, respectivamente, foram para São Gonçalo do Sapucaí, em Minas Gerais; e Porto Real, no Rio de Janeiro.

Na categoria com mais de 50 mil até 300 mil habitantes, venceu Resende, no Rio de Janeiro. Varginha, em Minas Gerais e Chapecó, em Santa Catarina, ficaram em segundo e terceiro lugares, respectivamente. Horizonte, no Ceará, conquistou o quarto e Primavera do Leste, em Mato Grosso, o quinto.

Na disputa por cidades acima de 300 mil habitantes, a capital do Amazonas, Manaus, foi a vencedora. São Bernardo do Campo, município do grande ABC paulista, ficou na segunda

posição. A terceira colocada foi Vitória, no Espírito Santo, seguida de Florianópolis em quarto.

Curitiba, no Paraná, ocupou a quinta classificação.

Esta edição do prêmio contou com a maior participação de municípios. Das 210 participações nos estados, 24 foram indicados a integrarem a etapa nacional nas suas categorias.

66 - CFO RECEBE VISITA DO SINOG

O CFO, no seu escritório no Rio de Janeiro, no dia 1º de setembro, recebeu a visita do presidente do Sindicato das Empresas de Odontologia de Grupo (SINOG), Geraldo Almeida Lima. O objetivo do encontro foi estabelecer uma união de forças do CFO com o SINOG na busca de melhores condições de trabalho e remuneração para os cirurgiões-dentistas, no que

diz respeito aos planos de saúde odontológicos e, conseqüentemente, a divulgação da importância da saúde bucal para a sociedade.

No encontro foi abordado ainda tema no que se refere à divulgação de preços dos planos de saúde.

67 - CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO SOBRE A SAÚDE BUCAL

O CFO trabalha por uma comunicação permanente, integrada e objetiva sobre a saúde bucal. No seu entender a comunicação deve ser reconhecida com a grande propulsora

das políticas públicas, muito mais que um simples instrumento de divulgação. Por isso, o CFO

defende uma implementação de política nacional de comunicação, não necessariamente relacionadas a campanhas de mídia de massa.

O grande desafio da instituição é manter uma comunicação permanente, integrada e objetiva sobre a saúde bucal. Com isso, espera aumentar o conhecimento da população sobre

o programa Brasil Sorridente e reduzir a incidência de enfermidades relacionada à saúde bucal.

68 - A ESTOMATOLOGIA REUNE CFO E SOBEP

No escritório do CFO no Rio, no dia 18 de setembro, estiveram reunidos os presidentes do CFO e o da Sociedade Brasileira de Estomatologia e Patologia Oral. O encontro

teve como objetivo aproximar as duas instituições em prol da população e do profissional da área de Estomatologia.

69 - LAI: FUNCIONÁRIOS EM CURSO PARA MAIOR INFORMAÇÃO SOBRE A LEI

O CFO instituiu, em setembro, uma comissão visando ampliar a cultura de transparências dentro do órgão e o cumprimento da Lei de Acesso à Informação – LAI.

A Lei 12527/2011 regulamenta o direito constitucional de acessos às informações públicas. Essa norma criou mecanismos que possibilitam o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

O CFO levou ao conhecimento dos CROs a realização de cursos sobre a LAI, para que recebam informações sobre capacitações disponíveis, de forma gratuita, que possam ser realizadas a distância.

70 - NATAL (RN) SEDIU A V REUNIÃO DE PESQUISA EM SAÚDE BUCAL COLETIVA

A Comissão de Políticas Públicas do CFO participou da V Reunião de Pesquisa em Saúde Bucal coletiva, realizada em Natal (RN) nos dias 12 e 13 de novembro, evento nacional

que congrega, professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação de diferentes

curios da área da saúde, professores e gestores de serviços públicos das mais diferentes inserções, a qual visa articular à academia com serviços de saúde e com os órgãos de fomento à

pesquisa científica, propondo espaço para efetivo debate científico, assim como troca de experiências e vivências, além de divulgar a vanguarda da pesquisa relevante para o sistema

único de saúde não área de saúde bucal coletiva.

71 - ENTIDADES ODONTOLÓGICAS SE REUNEM COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE

As entidades odontológicas brasileiras se reuniram no dia 07 de outubro, na sede da Federação Nacional dos Odontologistas (FNO), em Brasília, com o Ministério da Saúde. O convite feito pelo CFO, juntamente com as entidades, foi para discutir sobre os caminhos da saúde bucal pública, no Brasil. O presidente do CFO, na oportunidade, afirmou que o mais interessante na reunião seria levar os problemas para discussão, mas, principalmente, sugerir

as soluções para que possam atender os anseios da classe e da população.

Estiveram presentes representantes de várias entidades nacionais da Odontologia, com a coordenadora de Saúde Bucal, Rosângela Camapum, e assessores do Ministério da Saúde.

72 - UNIVERSITÁRIOS ASSISTEM PALESTRA NO CFO

No dia 08 de outubro, universitários de Odontologia assistiram à palestra

“Perspectivas e Mercado de Trabalho Odontológico”, no Centro Universitário - UNIEURO, em

Brasília. A palestra foi realizada pelo presidente do CFO que disse, na ocasião, ser muito importante falar aos universitários, pois eles são o futuro da Odontologia.

A palestra foi realizada durante a semana da saúde 2015, que acontece na Universidade.

73 - FELIZ DIA DAS CRIANÇAS

O CFO aproveitou a oportunidade do Dia das Crianças para homenagear todas as crianças brasileiras, mencionado em divulgação através da mídia que a primeira dentição é

a

base para uma excelente saúde bucal, portanto as periódicas visitas ao cirurgião-dentista são

fundamentais para a saúde bucal das crianças.

Para homenagear todas as crianças, no seu dia, o CFO falou sobre a saúde bucal infantil.

74 - A SAÚDE DEVE SER PARA TODOS

Interiorizar para educar na saúde bucal e geral. Cada lugar tem seus hábitos, costumes e comportamentos, mas, também, tem uma população ativa, trabalhadora e com necessidades, anseios e problemas. O Sistema CFO/CROs quer conhecer as prioridades odontológicas das cidades de todos os rincões do Brasil, pois elas precisam de políticas públicas para atender bem a população da área.

Para isso, os Conselhos estão desenvolvendo um Projeto de Interiorização – indo até o cidadão, trabalhando pelo bem estar da saúde de todos os brasileiros, com o objetivo de promover a inclusão social de que todos precisam.

75 - PROFESSOR: A PROFISSÃO QUE FAZ A DIFERENÇA

O Dia do Professor (15 de outubro) recebeu as homenagens do CFO.

O CFO se dirigiu a todos os cirurgiões-dentistas que se dedicam ao magistério parabenizando-os pelo trabalho, levando o conhecimento odontológico aos estudantes de hoje, que amanhã saberão praticar o que aprenderam.

76 - 25 DE OUTUBRO: DIA DO CIRURGIÃO-DENTISTA BRASILEIRO

Na data o CFO fez uma homenagem a todos os cirurgiões-dentistas que, além de profissionais, fazem “a diferença” na vida do cidadão.

O CFO trabalhou incessantemente junto aos CROs para fortalecer o papel institucional dos Conselhos, com proteção à sociedade, ao profissional, fazendo da interlocução com as categorias profissionais da Odontologia uma estratégia para a boa gestão

dos recursos públicos aplicados à saúde bucal. Entre as ações do CFO em valorização da classe

estão os projetos de lei sobre a Odontologia do Trabalho, a presença de um CD dentro das UTIs, a instituição da semana Nacional de Prevenção ao Câncer, dentre outras. O CFO trabalhou junto ao Congresso Nacional em defesa de seus PLs a favor da Odontologia.

77 – “A TELESSAÚDE PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA SAÚDE”

Este tema foi o foco de um congresso realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na Conferência da Telemedicina e saúde, com participação de inúmeros conferencistas internacionais. O Conselho Federal de Odontologia foi representado pelo presidente do CRO-RJ, Outair Bastazini.

Pelo CFO também participou o gerente de Tecnologia da Informação, Luciano Barreto, o qual fez um palestra sobre “Aspectos Éticos para a Telessaúde na visão das Organizações Representativas Federais da Saúde”.

78 – CFO PRESTIGIOU O ANIVERSÁRIO DE 25 ANOS DE CRIAÇÃO DO CRO-RORAIMA

A entrega de comendas de honra ao mérito a políticos, gestores e outras autoridades que contribuíram com a Odontologia no extremo norte brasileiro, marcaram a passagem dos 25 anos de criação do Conselho Regional de Odontologia de Roraima, na noite de 27 de outubro.

O CFO prestigiou a cerimônia com a presença do presidente Ailton Morilhas.

Além das comendas de honra ao mérito a personalidades que contribuíram com avanços da Odontologia em Roraima, o CRO-RR também ofereceu uma programação científica

aos cirurgiões-dentistas e organizou a 1ª Mostra de Arte do CRO-RR.

79 - O CFO REUNIU OS CROs DO NORDESTE EM PERNAMBUCO

Quarta-feira, dia 04 de novembro, teve início o encontro dos CROs do nordeste na

sede do CRO-Pernambuco. Todos os presidentes da região compareceram à reunião, que contou com a presença do presidente do CFO, Ailton Morilhas, e de toda diretoria da CRO Pernambuco.

O encontro tratou de diversos temas, entre eles o planejamento do Conselho Federal de Odontologia para o próximo triênio junto aos Conselhos Regionais.

80 – PARTICIPAÇÃO DO CFO NO 14º CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS EM PRÓTESE DENTÁRIA DE SÃO PAULO

São Paulo foi sede de 14º Congresso Internacional da Associação dos Técnicos em Prótese Dentária de São Paulo, realizado nos últimos dias do mês de outubro.

O encontro contou com a programação científica completa, com temas de várias especialidades e grande nomes da Prótese Dentária e da Odontologia.

Pelo CFO participou o presidente da Comissão de Registros de TPDs, APDs e de LPDs, Ataíde Mendes Aires.

No segundo dia do Congresso, o CFO também presidiu a reunião da Câmara Técnica de TPDs, que teve a presença do vice-presidente da Associação dos Técnicos em Prótese Dentária, Toshio Uehara, dos membros da Câmara Técnica de TPDs do CROSP e de advogados,

onde foram debatidas principalmente duas minutas de modificação na lei que rege a profissão

dos TPDs no Brasil.

81 - CFO SE FEZ PRESENTE NA POSSE DO CIRURGIÃO-DENTISTA FERNANDO MENDES

COM O DIRETOR DA ANVISA

O CFO, representado pelo membro da Comissão Parlamentar, Dr. Nilo Celso Pires, esteve presente na posse do novo diretor de Regulação Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o CD-Fernando Mendes Garcia Neto, em solenidade realizada no

auditório da Agência em Brasília.

Na oportunidade, Dr. Nilo Pires se pronunciou afirmando que “o CFO busca ser um grande parceiro da ANVISA e estará sempre à disposição para todo e qualquer assessoramento

necessário na área de saúde bucal.”.

82 - CROs DA REGIÃO NORTE DE REÚNEM EM MANAUS

Manaus foi sede do encontro com o Conselho Federal de Odontologia com todos os Conselhos Regionais de Odontologia do norte do Brasil, no dia 28 de outubro.

O objetivo do encontro foi tratar de temas importantes para a região, na área de saúde bucal com a fiscalização nos estados e suas divisas.

O aumento da pena para o crime de exercício ilegal da Odontologia, que tramita no Congresso Nacional e as novas estratégias de combate ao exercício ilegal da Odontologia nos

estados da região norte foram temas discutidos durante a reunião.

83 - A ACUPUNTURA, A HOMEOPATIA E A ODONTOLOGIA DO ESPORTE FORAM RECONHECIDAS COMO ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS

Com mais uma ação em benefício do cidadão brasileiro, ao valorizar a atuação profissional na Odontologia, o CFO, através da Resolução CFO-160/2015, reconheceu a Acupuntura, a Homeopatia e a Odontologia do Esporte como especialidades odontológicas.

O ato foi baseado em muitos debates e verificação das necessidades do estado geral da saúde do paciente, na Odontologia, como prevenção, manutenção da integridade na saúde

bucal com ações no âmbito multiprofissional e interdisciplinar, tudo analisado com detalhes em benefício da população.

84 - NOVA SEDE DO CFO EM BRASÍLIA ABRIGOU REUNIÃO DO CFFAS

O CFO abriu as portas de sua nova sede, no dia 11 de novembro, para abrigar a reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde.

Na reunião foram discutidos temas como aprovação de atas, assuntos parlamentares, levantamento de dados sobre a educação a distância na Comissão de Educação

e anunciado reformas gerias.

85 - O CFO HOMENAGEOU O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

O Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, recebeu, através da mídia, homenagem do CFO.

Na oportunidade, o presidente do CFO, Ailton Morilhas, assim se pronunciou:

“Homenageamos o grande líder da história e parabenizamos a todas as raças, que engrandecem nosso país para que caminhemos rumo ao fim total de todo e qualquer preconceito.”.

86 - ODONTOLOGIA EM REVISTA

Em novembro de 2015, o CFO postou no site a 6ª edição da Odontologia em Revista, com uma novidade: ela será totalmente eletrônica a partir desta data.

Dessa forma espera o CFO alcançar todo o público - alvo, que poderá imprimi-la de acordo com seu interesse.

87 - 25 DE NOVEMBRO, DIA DO DOADOR DE SANGUE; HOMENAGEM DO CFO

Instituído no Brasil em 25 de novembro, pelo Decreto 53988, de 30/06/1964, o Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue, recebeu a homenagem do CFO, pois a doação é um

ato de solidariedade.

88 - ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O CFO defendeu a eliminação da violência contra as mulheres brasileiras. No dia 25 de novembro o CFO se manifestou contra a violência física, psicológica e o assédio sexual, po

abominar toda e qualquer violência, principalmente, contra mulheres profissionais dignas que

morreram exercendo seu trabalho em prol do cidadão e da Odontologia brasileira.

89 - CFO PRESTIGIA A V JORNADA DE ODONTOLOGIA DE IMPERATRIZ

Em novembro de 2015, aconteceu a V Jornada de Odontologia de Imperatriz (MA), realizada pela ABO-Imperatriz e a Faculdade de Odontologia de Imperatriz, com o apoio do CRO-Maranhão.

Prestigiando o evento o CFO se fez presente através do presidente, Ailton Morilhas, e o assessor especial da Presidência, Ermensson Luiz Jorge, que participaram da sessão solene

de abertura do evento. Na ocasião, o Dr. Ailton Morilhas, em seu discurso, exaltou as ações em

prol dos profissionais da odontologia e da saúde bucal da população.

Ainda participou da Jornada o conselheiro federal Ataíde Mendes Aires.

90 - DIA NACIONAL DE COMBATE AO CÂNCER

No dia 27 de novembro, o CFO, através da imprensa, fez alerta para os cuidados com o câncer de boca “É preciso prevenir doenças na boca, pois muitas delas provocam até risco de

morte.”, A higiene bucal também evita muitas infecções no coração, no pulmão, já que pode se espalhar pela corrente sanguínea. Todos devem se conscientizar que uma higienização bem

feita proporciona mais qualidade de vida.

91 - DIA MUNDIAL DE LUTA CONTRA A AIDS

O dia 1º de dezembro de cada ano é um marco para que desperte o interesse e cuidado pelos infectados pelo vírus, como também para lembrar as vítimas da doença. É o

Dia Mundial Contra a AIDS, instituído em 1988.

Na oportunidade, o CFO se aliou à divulgação para alertar as pessoas de como se prevenir, dos cuidados que todo mundo deve ter para esta prevenção e, ainda, para que desperte um real interesse do ser humano em ajudar pessoas que sofrem com a doença.

92 - DIA PAN-AMERICANO DA SAÚDE

O Dia Pan-Americano da Saúde foi instituído pelo Decreto-Lei nº 8289, de 02 de dezembro de 1941.

Nesse dia o CFO também procurou a imprensa para alertar as pessoas a terem o cuidado necessário com a saúde. Nisso tudo, está incluída a saúde bucal, que é um cuidado importantíssimo para a saúde geral e somente com uma higienização bem feita, é possível ter

saúde de boa qualidade.

Consultando anualmente o cirurgião-dentista o indivíduo contribui para sua qualidade de vida.

93 - ATO PÚBLICO EM DEFESA DO SUS TEM PRESENÇA DO CFO

O CFO participou, no dia 1º de dezembro, do ato público em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) realizado em frente ao Congresso Nacional.

Participaram pelo CFO o presidente, Ailton Morilhas; o conselheiro federal Eimar Lopes; os presidentes do CROs-Tocantins, Juliano do Vale, e de Goiás, Jean-Jacques Rodrigues;

e, a conselheira secretária do CRO-Bahia, Viviane Dourado.

94 - TOMA POSSE O NOVO PLENÁRIO DO CFO

Solenidade, em Brasília, no dia 08 de dezembro, marcou o início dos trabalhos da nova diretoria no novo prédio do CFO.

O conselheiro eleito Messias Gambôa de Melo, depois de empossado o novo plenário do CFO para a gestão 2015/2018, presidiu a solenidade de posse da nova diretoria.

O novo plenário assumiu com objetivo de caminhar para a Odontologia do futuro e trabalhar em prol da população, ao procurar, também, valorizar o profissional da saúde bucal.

95 - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o dia 10 de dezembro como “Declaração Universal dos Direitos do Homem”.

O CFO lembrou a data ao reconhecer que a dignidade do cidadão é essencial a todos os povos, com direitos iguais no fundamento da justiça e do direito de cada brasileiro ser bem

atendido na promoção de sua Saúde Bucal.

96 - 18 DE DEZEMBRO: CFO PRESTA HOMENAGEM AO DIA DO MUSEÓLOGO

O CFO prestou homenagem, no dia 18 de dezembro, a todas as pessoas que resgatam a história da Odontologia nos Museus em sete estados brasileiros.

O Sistema CFO/CROs, se orgulhando da história da Odontologia e preocupado com o valor cultural na preservação da memória odontológica, entregou o Diploma de Menção Honrosa aos sete Museus brasileiro que tratam do tema “Odontologia” nos estados do Rio Grande do Norte, São Paulo, Paraná, Ceará, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais.

97 - CFO DE CASA NOVA

O CFO inaugurou, em 2015, a sua nova casa, no Distrito Federal.

Com uma arquitetura moderna, o edifício foi concebido dentro dos padrões de sustentabilidade e acessibilidade. Tem o uso predominante de iluminação natural em todos os ambientes.

O edifício está situado em uma excelente localização na cidade, com facilidades para locomoção urbana e alimentação.

Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício

O Conselho Federal de Odontologia não ficou imune aos aspectos conjunturais pelos quais passou o país no decorrer do ano de 2015.

Entretanto, um fator de enorme relevância decorreu da cisão da Diretoria e do Plenário que certamente ocasionou um enorme impacto na gestão e no desenvolvimento institucional do Conselho Federal de Odontologia.

Outras informações úteis

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO COMPLETA	Conselho Federal de Odontologia		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CFO	CNPJ	61.919.643/0001-28
NATUREZA JURÍDICA	110-4 - Autarquia Federal	CONTATO	21-2122-2200
CÓDIGO CNAE	84.11-6-00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	cfo@cfo.org.br		
PÁGINA INTERNET	www.cfo.org.br		
ENDEREÇO POSTAL	Avenida Nilo Peçanha		
CIDADE	Rio de Janeiro	UF	RJ
BAIRRO	Centro	CEP	20020100
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	84.11-6-00 - Administração Publica em geral		

3.2 COMPETÊNCIAS

Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

Normatização e Fiscalização do exercício profissional. O conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia são os órgãos supervisores da ética profissional em toda a República e ao mesmo tempo, julgadores e disciplinadores da classe odontológica, cabendo-lhes zelar e trabalhar por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da Odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente.

Informações adicionais

3.3 NORMAS

Normas de criação e alteração das unidades jurisdicionadas

O **CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA**, como unidade central, e os Conselhos Regionais de Odontologia, como unidades a ele vinculadas, criados pela Lei n.º 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto n.º 68.704, de 03 de junho de 1971, constituem em seu conjunto uma Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das unidades jurisdicionadas

Lei nº 5.081 de 24 de Agosto de 1966 - Regula o Exercício da Odontologia;

Manuais e publicações relacionadas às atividades das unidades jurisdicionadas

Resolução CFO 034/2002 Regimento Interno do Conselho Federal de Odontologia;

Resolução CFO 059/2004 Código de Processo Ético Odontológico;

Resolução CFO 063/2005 Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia;

Resolução CFO 080/2007 Regimento Eleitoral; e,

Resolução CFO 118/2012 Código de Ética Odontológica.

Informações adicionais

O Conselho Federal de Odontologia, através da atual Diretoria, vem desenvolvendo um trabalho de elaboração do manual de rotinas administrativas e de controles internos com vistas a adequação as mais recentes normas da administração pública, em especial as novas normas de contabilidade aplicada ao setor público bem como as boas praticas administrativas no cenário internacional afim de ir ao encontro do processo de convergência das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS) e a inserção do Brasil nesse contexto.

Importante destacar que o Conselho Federal esta desenvolvendo mapeamento e melhorias de seus processos atinentes as atividades meio, em especial na área financeira com apoio das ferramentas da tecnologia da informação em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI .

A expectativa de conclusão dos referidos manuais e ate o final do exercício de 2017.

3.4 HISTÓRICO

Começo

Nos anos 60, bem no início, começou um movimento na Odontologia brasileira, que teve como meta a criação dos Conselhos de Odontologia. À época existia o Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia (SNFO), que enviou ao Ministério da Saúde uma minuta de projeto de lei, que teve a melhor das acolhidas. Através da Exposição de Motivos nº 185, de 31 de agosto de 1960, o tema foi submetido à apreciação do então Presidente da República, João Goulart.

O Poder Executivo, com a Mensagem nº 357, de 27 de setembro de 1960, encaminhou o projeto ao Congresso Nacional, que, após tramitação normal, foi convertido na Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964.

Criação dos Conselhos

Pela nova Lei, foram criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, constituídos em seu conjunto em uma Autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica e de direito público, com autonomia administrativa e financeira e com a finalidade de supervisionar a ética profissional em toda a República, cabendo-lhes zelar pelo perfeito desempenho ético da Odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

CFO provisório

No dia 30 de julho de 1965, no Rio de Janeiro, no Hotel Glória, ocorreram o IX Congresso Brasileiro de Odontologia e o II Congresso Internacional de Odontologia. Na oportunidade, reuniram-se alguns cirurgiões-dentistas que foram indicados pela FNO – Federação Nacional dos Odontologistas, de acordo com o artigo 25, da Lei nº 4.324/64, e tiveram seus nomes referendados pelos Ministros do Trabalho e Previdência Social e da Saúde, com o objetivo de instalar, em caráter provisório, o Conselho Federal de Odontologia.

Nesta primeira reunião encontravam-se os seguintes cirurgiões-dentistas: Valério José de Brito (SP); Paulo Macedo (RJ); Mário Barroso Filho (RJ); Dílson Ávila Tomé (RJ); Aristeo Gonçalves Leite (RJ); e, Cyro Rausis (PR). O cirurgião-dentista Paulo Macedo, por ser o mais idoso, presidiu os trabalhos, que indicou o Valério José de Brito para Secretário da reunião. Não compareceram a esta reunião os Membros também indicados: Ruy Tupinambá (SP); Plínio de Azevedo Marques (SP); Heraldo Dias Ribeiro (MG); e, José Colunga Gonzalez (RJ).

Através do voto secreto, foi escolhida a primeira Diretoria do CFO:

- Presidente: Dílson Ávila Tomé;
- Vice-Presidente: Plínio de Azevedo Marques;
- Secretário-Geral: Paulo Macedo; e,
- Tesoureiro: Mário Barroso Filho.

Posse na sede da FNO

Essa primeira Diretoria foi empossada a posteriori na sede da FNO – Federação Nacional dos Odontologistas e o CFO instalou seus serviços, para dar andamento aos trabalhos iniciais nas dependências da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL).

Em 15 de agosto de 1965, o Plenário se reuniu e homologou a eleição da Diretoria, e nessa primeira reunião foram dados os primeiros passos para a elaboração do anteprojeto de regulamentação da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964.

Durante o exercício de 1965 não houve qualquer movimento financeiro, pois as despesas foram efetuadas às expensas dos Conselheiros.

Primeiros CROs

Apesar de todas as dificuldades para o seu funcionamento efetivo, em 1966 o CFO instalou cinco

Conselhos Regionais também em caráter provisório. Os sindicatos e associações da classe forneceram as listas dos nomes dos componentes destes primeiros Conselhos Regionais. Em 10 de junho de 1966, foram escolhidos os nomes para comporem os Conselhos Regionais da Guanabara, São Paulo e Amazonas. No mês seguinte, 18 de julho, novos nomes foram escolhidos para comporem os CROs de Minas Gerais e Distrito Federal.

Em 30 de junho de 1967, na sede do Sindicato dos Odontologistas do Rio de Janeiro, compareceram os seguintes Delegados-Eleitores: Haroldo Montagna (CRO-SP); João Macedo (CRO-MT); Rubim Cruz Pereira de Sá (CRO-AM); Orlando Chevitaese (CRO-GB); Solon Magalhães Vianna (CRO-DF); Darcy Rabelo (CRO-MG); e, Cyro Rausis (CRO-PR).

1967-1970

Os Delegados-Eleitores votaram para um mandato de três anos (período de 1º/07/1967 a 30/01/1970) na Chapa Única composta pelos seguintes Cirurgiões-Dentistas:

Efetivos: Adriano Magalhães Freire (CRO-DF); Anselmo de Abrantes Fortuna, Antonio Saraiva Filho (CRO-SP); Cyro Rausis (CRO-PR), Heraldito Dias Ribeiro (CRO-MG); Nilson Calasans Rego (CRO-RJ); Plínio de Azevedo Marques (CRO-SP); Valério José de Brito; e, Wladimir de Souza Pereira (CRO-RJ).

Suplentes: Almeno Ferreira de Souza (CRO-RJ); Dilson Ávila Tomé (CRO-RJ); Gastão Furtado Albuquerque Cavalcante (CRO-SP); João Macedo (CRO-MT); Manoel Ballian (CRO-RJ); Paulo Macedo (CRO-RJ); Rubim Cruz Pereira de Sá (CRO-AM); Solon Magalhães Vianna (CRO-DF); e, Walter Eddy Rohlfis (CRO-MG).

Em reunião que se realizou no dia 1º de julho de 1967, foi eleita a nova Diretoria do CFO:

- Presidente: Antonio Saraiva Filho;
- Vice-Presidente: Adriano Magalhães Freire;
- Secretário-Geral: Valério José de Brito; e,
- Tesoureiro: Nilson Calasans Rego.

O Conselheiro Nilson Calasans Rego (Tesoureiro) renunciou ao seu cargo e foi substituído por Plínio de Azevedo Marques, eleito em reunião realizada em 20 de agosto de 1967. A Comissão de Tomada de Contas foi eleita nos dias 22 e 23 de setembro de 1967 e nela atuaram os Conselheiros Anselmo de Abrantes Fortuna e Nilson Calasans Rego.

No ano de 1967 foram criados os seguintes CROs: Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Em Reunião Plenária de 23 de setembro de 1967 decidiu-se pela transferência provisória da sede do CFO para São Paulo.

1968-1969

Em reunião realizada em 15 de junho de 1968, decidiu o Plenário fixar o mandato da Diretoria em um ano. Em consequência, os Membros Diretores renunciaram ao restante de seus mandatos, vigorando, então, somente até o dia 1º de julho de 1968. Nesta mesma data foi eleita nova Diretoria para o período de 1º/07/1968 a 30/06/1969:

- Presidente: Anselmo de Abrantes Fortuna;
- Vice-Presidente: Adriano Magalhães Freire;
- Secretário-Geral: Nilson Calasans Rego; e,
- Tesoureiro: Wladimir de Souza Pereira.

A Comissão de Tomada de Contas para o período foi constituída por Antonio Saraiva Filho, Plínio de Azevedo Marques e Cyro Rausis.

No ano de 1968 foram criados os CROs de Maranhão, Piauí e Bahia.

Em 16 de julho de 1968 faleceu o Conselheiro Wladimir de Souza Pereira. Em 17 de julho de 1968 o Suplente Manoel Ballian foi indicado e aceito para substituí-lo, sendo empossado no cargo Efetivo e na função de Tesoureiro.

No final do exercício de 1969, por impedimento do então Presidente Anselmo de Abrantes Fortuna, assume seu posto no CFO o Vice-Presidente Adriano Magalhães Freire.

No dia 30 de junho de 1970 tomou posse o novo Plenário eleito:

Efetivos: Airton Costa (CRO-MG); Evandro de Carvalho Guedes (CRO-BA); Genaro Augusto Camargo (CRO-RJ); João Ephraim Wagner (CRO-RS); João Nunes Pinheiro (CRO-CE); Newton Bueno Brüzzi (CRO-GB); Osmar Soares de Freitas (CRO-SP); Ranilson de Amorim Alves (CRO-PE); e, Solon Magalhães Vianna (CRO-DF).

Suplentes: Christóvão de Magalhães Gomes (CRO-AM); Enedino Pôncio Alves (CRO-PA); Luiz Pinheiro Rodrigues (CRO-MA); João Baptista Gonçalves (CRO-GO); Clemente Galvão Neto (CRO-RN); Astor Negreiros (CRO-ES); Anthony Menezes Leahy (CRO-AL); Hamilton Figueira Ferrari (CRO-SC); e, Antônio de Oliveira Lopes (CRO-PI).

Em reunião realizada na mesma data, foi eleita pelo Plenário a nova Diretoria:

- Presidente: Newton Bueno Brüzzi;
- Vice-Presidente: Evandro de Carvalho Guedes;
- Secretário-Geral: Airton Costa; e,
- Tesoureiro: Genaro Augusto Camargo.

1970-1973

Da Assembleia-Geral que elegeu o novo Plenário do CFO para o triênio de 1970 a 1973, participaram como Delegados-Eleitores: Normando Élzon Barbosa de Freitas (CRO-AC); Renato Gama Vieira da Silva (CRO-AL); Salim Kahané (CRO-AM); Benedicto Alves de Castro Silva (CRO-BA); Pedro Teixeira Barroso (CRO-CE); Frederico Assis de Salles (CRO-DF); Manoel Lino de Araújo (CRO-ES); Pedro de Alcântara Nunes (CRO-GO); Vivaldo Chaves Nogueira (CRO-GB); Raimundo Manoel Ramos Martins (CRO-MA); Hélio Queiroga (CRO-MG); João Barbosa Pinheiro (CRO-PA); João Cavalcanti Pessoa de Luna (CRO-PB); Gilberto Paul (CRO-PR); José Roberto de Melo (CRO-PE); Delmar Oliveira Filho (CRO-PI); Rosalvo Pinheiro Galvão (CRO-RN); Oly Borges Ortiz (CRO-RS); Luiz Gonzaga de Souza Clímaco (CRO-RJ); César Átila Batalha da Silveira (CRO-SC); Fernando de Souza Lapa (CRO-SP); e João Simões dos Reis (CRO-SE).

Ainda no ano de 1970, no período compreendido entre 06 a 30 de novembro, o Conselheiro Genaro Augusto Camargo licenciou-se do cargo de Tesoureiro que ocupava e assumiu em seu lugar, durante este período, o Conselheiro Solon Magalhães Vianna. A partir dessa época até o dia 30 de julho de 1971, passa a ocupar o cargo de Tesoureiro o Conselheiro João Ephraim Wagner.

Em 1º de julho de 1971, a Diretoria ficou, assim, constituída:

- Presidente: Newton Bueno Brüzzi;
- Vice-Presidente: João Nunes Pinheiro;
- Secretário-Geral: Airton Costa; e,
- Tesoureiro: João Ephraim Wagner.

Em 1º de julho de 1972 até 30 de junho de 1973, a Diretoria teve seus cargos assim constituídos:

- Presidente: Newton Bueno Brüzzi;
- Vice-Presidente: Ranilson de Amorim Alves;
- Secretário-Geral: Osmar Soares de Freitas; e,
- Tesoureiro: João Ephraim Wagner.

1973-1976

Em 26 de maio de 1973, em Assembleia-Geral de Delegados-Eleitores, realizada no Rio de Janeiro, foi eleito o novo Plenário para o triênio 1973-1976. A posse foi no dia 29 de junho, ficando assim constituído:

Efetivos: Airton Costa (CRO-MG); Alcione Barreto Dias (CRO-BA); Glauco Silva (CRO-PR); João Ephraim Wagner (CRO-RS); João Nunes Pinheiro (CRO-CE); Newton Bueno Brüzzi (CRO-GB); Osmar Soares de Freitas (CRO-SP); Osmir Luiz Oliveira (CRO-MG); e, Ranilson de Amorim Alves (CRO-PE).

Suplentes: Antonio Ribeiro Pontes (CRO-RJ); José Ramos de Azeredo (CRO-GB); Renato Gama Vieira da Silva (CRO-AL); Clemente Galvão Neto (CRO-RN); Jacintho Teixeira do Nascimento (CRO-MT); João de Andrade Garcêz (CRO-SE); João Baptista Gonçalves (CRO-GO); Severino Rodrigues dos Santos (CRO-PB); e, Valdir Dantas (CRO-DF).

Dessa Assembleia-Geral de Delegados-Eleitores, fizeram parte os seguintes cirurgiões-dentistas: Antonio Luiz Milhazes (CRO-AL); João Batista Filgueiras de Noronha (CRO-AM); Edno Querino Câmara (CRO-BA); Jaciné Cidrack de Oliveira (CRO-CE); Adriano Magalhães Freire (CRO-DF); Telmo Bastos (CRO-ES); Pedro Nery Rodrigues (CRO-MA); Alberto Barbosa de Souza (CRO-MT); Sigismundo Leopoldo de Lima Kerth (CRO-MG); Ronald Moraes de Aguiar (CRO-PA); João Cavalcanti Pessoa de Luna (CRO-PB); Gilberto Paul (CRO-PR); José Roberto de Melo (CRO-PE); Maria Leonília de Freitas (CRO-PI); Francisco Amado Bastos Lacroix (CRO-RS); Itamar Rigueira (CRO-RJ); Luiz Estevam Rocha Freire (CRO-SC); Fernando de Souza Lapa (CRO-SP); e, Francisco Moreira de Souza (CRO-SE).

De 1º de julho de 1973 a 30 de junho de 1974 ficou, assim, a Diretoria:

- Presidente: Newton Bueno Brüzzi;
- Vice-Presidente: Osmar Soares de Freitas;
- Secretário-Geral: João Nunes Pinheiro; e,
- Tesoureiro: João Ephraim Wagner.

CRO “amazônico”

No ano de 1973, pela Resolução nº 80, de 16 de julho, o CFO incorporou os cirurgiões-dentistas do Acre e de Rondônia à jurisdição do CRO-Amazonas.

De 1º de julho de 1974 a 30 de junho de 1975:

- Presidente: Newton Bueno Brüzzi;
- Vice-Presidente: Airton Costa;
- Secretário-Geral: Ranilson de Amorim Alves e,
- Tesoureiro: João Ephraim Wagner.

De 1º de julho de 1975 a 30 de junho de 1976:

- Presidente: Newton Bueno Brüzzi;
- Vice-Presidente: Osmar Soares de Freitas;
- Secretário-Geral: João Nunes Pinheiro; e,
- Tesoureiro: João Ephraim Wagner.

De 1º de julho de 1976 a 1º de setembro do mesmo ano, o CFO sofreu intervenção do Ministério do Trabalho que nomeou uma Junta Governativa, assim composta:

- Presidente: Newton Bueno Brüzzi;
- Membros: Osmar Soares de Freitas e João Nunes Pinheiro.

1976-1979

Em 02 de agosto de 1976, duas chapas concorreram ao pleito do CFO:

CHAPA Nº 1

Efetivos: Danilo de Faria Mello (CRO-MG); Geraldo Halfeld (CRO-RJ); Hamilton Figueira Ferrari (CRO-SC); João Cavalcanti Pessoa de Luna (CRO-PB); João Ephraim Wagner (CRO-RS); José Dilson Vasconcelos de Menezes (CRO-CE); Laerte Pires (CRO-GO); Newton Bueno Brüzzi (CRO-RJ); e, Tito Ghersel (CRO-MT).

Suplentes: Antonio Ramos de Oliveira (CRO-ES); Antonio Alves Franco (CRO-CE); Antonio Ribeiro Pontes (CRO-RJ); Altmann Marques de Sampaio (CRO-PR); João Batista Filgueiras de Noronha (CRO-AM); José Roberto de Melo (CRO-PE); Lucindo Francisco Luzzi (CRO-RS); Moisés Mendes Martins Júnior (CRO-MT); e, Thiers Gaius Cerutti (CRO-MG).

CHAPA Nº 2

Efetivos: Antonio Nilton Leite dos Santos (CRO-BA); Charley Fayal de Lyra (CRO-RJ); Clemente Galvão Neto (CRO-RN); Eurico Kramer de Oliveira (CRO-RS); Evandro Cavalcanti Guimarães (CRO-PE); Fernando de Souza Lapa (CRO-SP); Lauro Caldeira de Andrada (CRO-SC); Osmir Luiz Oliveira (CRO-MG); e, Raimundo Manoel Ramos Martins (CRO-MA).

Suplentes: Aloysio Newton de Carvalho (CRO-PA); Amaro Gomes da Silva (CRO-DF); Clodomiro Moraes de Souto (CRO-PE); Fernando dos Santos Vasconcelos (CRO-SE); Haroldo Montagna (CRO-SP); Mauro Leitão Fraga (CRO-PI); Mozart de Oliveira Mello (CRO-GO); Osny Lisboa (CRO-SC); e, Pedro Antonio Maria Sobrinho (CRO-PR).

Posse na Câmara dos Deputados

A chapa vitoriosa, com dez votos contra nove, foi a Chapa nº 2. A posse se deu no dia 02 de setembro de 1976 em Brasília, na Câmara dos Deputados, no Salão Nereu Ramos. A Diretoria eleita foi a seguinte:

- Presidente: Fernando de Souza Lapa;
- Vice-Presidente: Clemente Galvão Neto;
- Secretário-Geral: Charley Fayal de Lyra;
- Tesoureiro: Osmir Luiz Oliveira.

A essa eleição do Plenário compareceram os seguintes Delegados-Eleitores: Valter Serrão Piccinini (CRO-AM); José Carlos Nunes da Silva (CRO-BA); Francisco Nogueira de Pontes (CRO-CE); José Ribamar de Azevedo (CRO-DF); Telmo Bastos (CRO-ES); Edison de Almeida e Silva (CRO-GO); Édio de Figueiredo (CRO-MT); Luiz Augusto Lima (CRO-MG); Ronald Moraes de Aguiar (CRO-PA); Antonio Honório da Silva (CRO-PB); Aristeu Corrêa de Bittencout Júnior (CRO-PR); Cyro Ferreira Emerenciano (CRO-PE); Antonio de Oliveira Lopes (CRO-PI); Giuseppe Leite de Albuquerque (CRO-RN); José Paulo Eztberger (CRO-RS); José Ramos de Azeredo (CRO-RJ); Marcos Egon Flach (CRO-SC); Jacques Narcisse Henri Duval (CRO-SP); e, Francisco Moreira de Souza (CRO-SE).

Este Plenário concluiu seu mandato em 1º de setembro de 1979.

CRO Mato Grosso do Sul

A Decisão CFO-38/77 determina o retorno, a partir de 1º de janeiro de 1978, da sede do CRO-MT para a cidade de Cuiabá, criando, assim, o CRO-Mato Grosso do Sul, com sede em sua capital, Campo Grande.

1979-1982

Para o período de 02 de setembro de 1979 a 1º de setembro de 1982, concorreu apenas uma Chapa composta pelos mesmos Conselheiros do Plenário anterior, sendo apenas o cirurgião-dentista Eurico Kramer de Oliveira, do Rio Grande do Sul, substituído pelo cirurgião-dentista Oly Borges Ortiz, do mesmo Estado. A Diretoria ficou composta pelos mesmos Conselheiros e os Suplentes foram os seguintes: Aloysio Newton de Carvalho (CRO-PA); Antonio Evandro Melo de Oliveira (CRO-AM); Jayme Lanna Marinho (CRO-ES); João Hildo de Carvalho Furtado (CRO-CE); José Ribamar de Azevedo (CRO-DF), Manoel Ferreira de Abreu (CRO-PB); Milton Rubens Saber (CRO-PR); Osmar Soares de Freitas (CRO-SP); e, Renato Gama Vieira da Silva (CRO-AL).

A Assembleia dos Delegados-Eleitores foi realizada no dia 03 de agosto de 1979 e a ela compareceram e votaram: Evandro Luiz Barros Marroquim (CRO-AL); José Albuquerque Cavalcanti (CRO-AM); Antonio Fernando Pereira Falcão (CRO-BA); Antero José de Moraes Rola (CRO-CE); Adriano Magalhães Freire (CRO-DF); Telmo Bastos (CRO-ES); Cide José Rodrigues (CRO-GO); Pedro Nery Rodrigues (CRO-MA); Rui Meneghini (CRO-MT); João Nelson Lyrio (CRO-MS); José Amâncio Cassini (CRO-MG); Nadim Darwich Zacarias (CRO-PA); João Cavalcanti Pessoa de Luna (CRO-PB); Guilherme Nalter Loney (CRO-PR); Luciano Alcantara Farias (CRO-PE); Arnaldo Rodrigues Neiva (CRO-PI); Sebastião Fernandes de Oliveira Neto (CRO-RN); Edy Ceciliano de Sá Carneiro (CRO-RS); Aloysio Cariello (CRO-RJ); Nivaldo José Nicodemos Nuernberg (CRO-SC); Jacques Narcisse Henri Duval (CRO-SP); e, Manoel Cardoso Barreto (CRO-SE).

A Chapa obteve vinte e dois votos.

1982-1985

Para o período de 02 de setembro de 1982 a 1º de setembro de 1985, também, apenas, uma Chapa concorreu:

Efetivos: Fernando de Souza Lapa (CRO-SP); Clemente Galvão Neto (CRO-RN); Charley Fayal de Lyra (CRO-RJ); Osmir Luiz Oliveira (CRO-MG); Aloysio Newton de Carvalho (CRO-PA); Antonio Nilton Leite dos Santos (CRO-BA); João Hildo de Carvalho Furtado (CRO-CE); Manoel Eduardo Corrêa Costa (CRO-PR); e, Oly Borges Ortiz (CRO-RS).

Suplentes: Antonio Evandro Melo de Oliveira (CRO-AM); Cide José Rodrigues (CRO-GO); Clodomiro Moraes de Souto (CRO-PE); Fernando dos Santos Vasconcelos (CRO-SE); José Ribamar de Azevedo (CRO-DF); Maria Leonília de Freitas (PI); Nivaldo José Nicodemos Nuernberg (CRO-SC); Osmar Soares de Freitas (CRO-SP); e, Raimundo Manoel Ramos Martins (CRO-MA).

Esta Chapa obteve dezenove votos a favor e três votos foram em branco. A Diretoria eleita foi a seguinte:

- Presidente: Fernando de Souza Lapa;
- Vice-Presidente: Clemente Galvão Neto;
- Secretário-Geral: Charley Fayal de Lyra; e,
- Tesoureiro: Osmir Luiz Oliveira.

Os Delegados-Eleitores que votaram nessa eleição ocorrida em 31 de julho de 1982, foram: Carlos da Costa Bezerra (CRO-AL); Valter Serrão Piccinini (CRO-AM); Benedicto Alves de Castro Silva (CRO-BA); Joarez Porto (CRO-CE); Nilton Carlos Garbim (CRO-DF); Fernando Paulo Bastos Valbão (CRO-ES); Antenor Freitas Leal (CRO-GO); Hebert de Jesus Moreira (CRO-MA); Bianco Latorraca (MS); Aloísio Gargaglione Póvoas (CRO-MT); José Amâncio Cassini (CRO-MG); Orivaldo de Araújo Pontes (CRO-PA); Manoel Ferreira de Abreu (CRO-PB); Nicolau Eros Petrelli (CRO-PR); Jurandy Messias Gomes (CRO-PE); Delmar Oliveira Filho (CRO-PI); José de Anchieta Pereira Pinto (CRO-RN); Régis Deon Rizzatto (CRO-RS); Almiro Reis Gonçalves (CRO-RJ); Marcos Egon Flach (CRO-SC); Jacques Narcisse Henri Duval (CRO-SP); e Manoel Cardoso Barreto (CRO-SE).

1985-1988

No dia 02 de agosto de 1985, foi realizada eleição para a composição do Plenário do CFO para o mandato de 02 de setembro de 1985 a 1º de setembro de 1988. Uma única Chapa concorreu ao pleito:

Efetivos: Fernando de Souza Lapa (CRO-SP); Clemente Galvão Neto (CRO-RN); Oly Borges Ortiz (CRO-RS); João Hildo de Carvalho Furtado (CRO-CE); Augusto Caetano Rocha (CRO-MG); José Rodrigues Laureano (CRO-PE); Lauro Araripe Pereira Filho (CRO-BA); Manoel Eduardo Corrêa Costa (CRO-PR); e, Maria Evangelina Monnerat (CRO-RJ).

Suplentes: Alfredo Fortes Melro (CRO-AL); Aloysio Newton de Carvalho (CRO-PA); Fernando Paulo Bastos Valbão (CRO-ES); Jaime Sampaio Bicalho (CRO-DF); João Macedo (CRO-MT); Nivaldo José Nicodemos Nuernberg (CRO-SC); Osmar Soares de Freitas (CRO-SP); Pedro Nery Rodrigues (CRO-MA); e, Valter Serrão Piccinini (CRO-AM).

A Diretoria ficou assim constituída:

- Presidente: Fernando de Souza Lapa;
- Vice-Presidente: Clemente Galvão Neto;
- Secretário-Geral: Oly Borges Ortiz; e,
- Tesoureiro: João Hildo de Carvalho Furtado.

Participaram da Assembleia dos Delegados-Eleitores e votaram os seguintes cirurgiões-dentistas: Paulo Sérgio Moreira da Silva (CRO-AL); João Luís Ribeiro Mendonça (CRO-AM); José Alberto Passos Silva (CRO-BA); Emílio Alverne Falcão de Albuquerque (CRO-CE); Luiz César Mendonça (CRO-DF); Jarbas Pires Martins (CRO-ES); Altran Gomes da Silva (CRO-GO); Hebert de Jesus Moreira (CRO-MA); Ivo Falcão de Arruda (CRO-MT); Waldomiro Avelino Rezende (CRO-MS); José Amâncio Cassini (CRO-MG); Manoel Fernando Costa (CRO-PA); José Caldas Lins Filho (CRO-PB); Orildo Luiz Scheffer (CRO-PR); Carlos Alberto Athayde de Almeida Lopes (CRO-PE); Delmar Oliveira Filho (CRO-PI); Luiz de Vasconcelos Leite (CRO-RN); José Arnaldo Motta Trois (CRO-RS); Eli Guimarães (CRO-RJ); Marcos Egon Flach (CRO-SC); Luiz Moreira da Silva (CRO-SP); e, Gilberto Acioli (CRO-SE).

CRO Rondônia

Em 1º de janeiro de 1986, foi criado o CRO-Rondônia.

1988-1991

No dia 30 de julho de 1988, foi realizada a Assembleia dos Delegados-Eleitores para a escolha dos novos Conselheiros-Federais para o triênio de 02 de setembro de 1988 a 1º de setembro de 1991. Compareceram e votaram: Paulo José Moraes da Silva (CRO-AL); Antonio Evandro Melo de Oliveira (CRO-AM); Mário Ferraro Tourinho Filho (CRO-BA); Alcides Feitosa Filho (CRO-CE); Claudiomar Carvalho Luz (CRO-DF); Adão Rosalém (CRO-ES); Graciara Matos de Azevêdo (CRO-GO); Hebert de Jesus Moreira (CRO-MA); José Rodrigues de Almeida (CRO-MS); Ubaldo Monteiro Filho (CRO-MT); Maria Aparecida Cerávolo (CRO-MG); Armando Souza Dourado (CRO-PA); Feliciano da Silva Neto (CRO-PB); Miguel Francisco Ferreira (CRO-PR); Reinildo Luiz de Assis (CRO-PE); José Rubens de Sousa Costa (CRO-PI); Yara Silva (CRO-RN); Itaboraí Revoredo Kunert (CRO-RS); Antonio Ribeiro Pontes (CRO-RJ); José Freitas Atallah (CRO-RO); Alfredo Meyer Filho (CRO-SC); Emil Adib Razuk (CRO-SP); e, Marcos Luis Macedo de Santana (CRO-SE).

Com vinte e dois votos a favor e um nulo, foi eleita a seguinte Chapa:

Efetivos: Edgard Carvalho Silva (CRO-MG); Edila Sinedino de Oliveira Maiorana (CRO-DF); João Hildo de Carvalho Furtado (CRO-CE); José Rodrigues Laureano (CRO-PE); Nivaldo José Nicodemos Nuernberg (CRO-SC); Orlando Limongi (CRO-RS); Osmar Soares de Freitas (CRO-SP); Paulo da Silva Freire (CRO-RJ); e, Valter Serrão Piccinini (CRO-AM).

Suplentes: Celso Aparecido Serafim da Silva (CRO-MT); Cid Pinheiro Machado (CRO-PR); Delmar Oliveira Filho (CRO-PI); Fernando Paulo Bastos Valbão (CRO-ES); Flávio Vellini Ferreira (CRO-SP); João Pedatella Júnior (CRO-GO); Joselita Martins Caldas Lins (CRO-PB); Orivaldo de Araújo Pontes (CRO-PA); e, Pedro Nery Rodrigues (MA).

Tomaram posse como integrantes da Diretoria:

- Presidente: Osmar Soares de Freitas;
- Vice-Presidente: João Hildo de Carvalho Furtado;
- Secretário-Geral: José Rodrigues Laureano; e,
- Tesoureiro: Orlando Limongi.

Em 08 de maio de 1989, por motivos de ordem particular, renunciou ao mandato de Conselheiro-Federal e de Presidente o cirurgião-dentista Osmar Soares de Freitas. No dia 20 de maio de 1989, foi eleito Presidente o Conselheiro João Hildo de Carvalho Furtado. Como Conselheiro-Efetivo, em substituição ao CD-Osmar Soares de Freitas, foi empossado o Suplente Flávio Vellini Ferreira. Na

mesma data foi empossado o Conselheiro Nivaldo José Nicodemos Nuernberg no cargo de Vice-Presidente. Todos com mandato até 1º de setembro de 1991.

Em 1º de janeiro de 1990, foram criados os CROs: Acre, Amapá, Roraima e Tocantins.

1991-1994

Em 03 de agosto de 1991, nova eleição foi processada para escolha dos Membros do Plenário com mandato de 02 de setembro de 1991 a 1º de setembro de 1994.

Compareceram e votaram os Delegados-Eleitores: Orpheu Zani (CRO-AC); Carlos Roberto Cerqueira de Meneses (CRO-AL); José Ribeiro Veiga (CRO-AM); Iracelha Soares D'Athaide (CRO-AP); Mário Ferraro Tourinho Filho (CRO-BA); Antonio Teles da Silva (CRO-CE); Adriano Magalhães Freire (CRO-DF); Jorge Augusto Pires Encarnação (CRO-ES); Durval Nassar Ferreira (CRO-GO); Helena Maria Pereira Alves (CRO-MA); Ubaldo Monteiro Filho (CRO-MT); Paulo Belchior dos Reis (CRO-MS); Carlos Roberto Martins (CRO-MG); Messias Gambôa de Melo (CRO-PA); Abrahão Martins Silva (CRO-PB); João Maria Baptista (CRO-PR); Emanuel Dias de Oliveira e Silva (CRO-PE); Fernando Paes Soares (CRO-PI); Melúcia Rodrigues Soares (CRO-RN); Ivori Dutra da Silveira (CRO-RS); Nicola Tancredo (CRO-RJ); Augusto Luiz Santos Veiga (CRO-RO); Manoel Leopoldo Filho (CRO-RR); Paulo Roberto Nicolazzi (CRO-SC); Emil Adib Razuk (CRO-SP); e, Marcos Luis Macedo de Santana (CRO-SE).

O resultado da eleição foi o seguinte: a Chapa Única apresentada obteve dezenove votos e houve um voto nulo e sete em branco. A chapa eleita foi a seguinte:

Efetivos: Edila Sinedino de Oliveira Maiorana (CRO-DF); Eli Guimarães (CRO-RJ); Jacques Narcisse Henri Duval (CRO-SP); José Carlos Nunes da Silva (CRO-BA); José Rodrigues Laureano (CRO-PE); Manoel Eduardo Corrêa Costa (CRO-PR); Orlando Limongi (CRO-RS); João Hildo de Carvalho Furtado (CRO-CE); e, Sidney Joffre Legat (CRO-SC).

Suplentes: Alberto Tadeu do Nascimento Borges (CRO-AM); Celso Aparecido Serafim da Silva (CRO-MT); Delmar Oliveira Filho (CRO-PI); Doriélio Barreto da Costa (CRO-RN); Fernando Paulo Bastos Valbão (CRO-ES); João Pedatella Júnior (CRO-GO); Joselita Martins Caldas Lins (CRO-PB); Luciano Eloi Santos (CRO-MG); e, Orivaldo de Araújo Pontes (CRO-PA).

Empossados no dia 02 de setembro de 1991, o Plenário elegeu e empossou a seguinte Diretoria:

- Presidente: João Hildo de Carvalho Furtado;
- Secretário-Geral: Orlando Limongi; e,
- Tesoureiro: José Rodrigues Laureano.

Somente no dia 13 de setembro foi empossado o Vice-Presidente: Jacques Narcisse Henri Duval.

1994-1997

Em 29 de julho de 1994, nova Assembleia dos Delegados-Eleitores foi realizada no Rio de Janeiro, para escolha dos dirigentes do CFO para o mandato de 02 de setembro de 1994 a 1º de setembro de 1997. Compareceram e votaram os seguintes Delegados: Marluiz Nunes de Freitas (CRO-AC); Theo Fortes Silveira Cavalcanti (CRO-AL); Alírio Trindade da Silva Benjamin (CRO-AP); Rozenaldo Tavares da Silva (CRO-AM); Rogério Brandão do Vale (CRO-BA); Sérgio Silva Vieira da Fonseca (CRO-CE); Marcus Antonio Félix Ribeiro (CRO-DF); Rogério Costa Pacheco (CRO-ES); Antonio Carlos Meneses Nunes (CRO-GO); Helena Maria Pereira Alves (CRO-MA); Venâncio Cajal Filho (CRO-MT); Waldir Gonçalves (CRO-MS); Arnaldo de Almeida Garrocho (CRO-MG); Aluizio José do Amaral Teixeira (CRO-PA); Feliciano da Silva Neto (CRO-PB); Antenor Neves Júnior (CRO-PR); Zeudo Cláudio da Costa Vidal (CRO-PE); Delmar Oliveira Filho (CRO-PI); Clemente Galvão Neto (CRO-RN); Oly Borges Ortiz (RS); Sérgio Antonio de Oliveira Sacramento (CRO-RJ); José Freitas Atallah (CRO-RO); Manoel Leopoldo Filho (CRO-RR); Paulo Roberto Nicolazzi (CRO-SC); Rubens Côrte Real de Carvalho (CRO-SP); Augusto Tadeu Ribeiro Santana (CRO-SE); e, Raimundo Wilson Ulisses Sampaio (CRO-TO). A Chapa obteve vinte e quatro votos. Houve um voto nulo e dois em branco.

Em 02 de setembro de 1994 foi empossada a chapa eleita:

Efetivos: João Hildo de Carvalho Furtado (CRO-CE); Jacques Narcisse Henri Duval (CRO-SP); Carlos Alberto dos Santos Pêgo (CRO-RJ); José Rodrigues Laureano (CRO-PE); Nicolau Eros Petrelli (CRO-PR); Edila Sinedino de Oliveira Maiorana (CRO-DF); Elza Maria de Araújo Conceição (CRO-MG); José Carlos Nunes da Silva (CRO-BA); e, Miguel Álvaro Santiago Nobre (CRO-RS).

Suplentes: Armando Souza Dourado (CRO-PA); Doriélio Barreto da Costa (CRO-RN); Evandro Barroso de Brito (CRO-MT); Fernando Paes Soares (CRO-PI); José Caldas Lins Filho (CRO-PB); José Ribeiro Veiga (CRO-AM); José Rodrigues de Almeida (CRO-MS), Lester Pontes de Menezes (CRO-RO); e, Sidney Joffre Legat (CRO-SC).

A Diretoria eleita, em Plenário, ficou assim constituída:

- Presidente: João Hildo de Carvalho Furtado;
- Vice-Presidente: Jacques Narcisse Henri Duval;
- Secretário-Geral: Carlos Alberto dos Santos Pêgo e,
- Tesoureiro: José Rodrigues Laureano.

Em 22 de março de 1996, renunciou aos cargos de Conselheiro-Federal e de Presidente, o cirurgião-dentista João Hildo de Carvalho Furtado. O Presidente em exercício, Jacques Narcisse Henri Duval, empossou o Suplente Sidney Joffre Legat no cargo de Efetivo na vaga do ex-Conselheiro. Na mesma data, o Plenário reunido elegeu o cirurgião-dentista Jacques Narcisse Henri Duval como Presidente e a Conselheira Edila Sinedino de Oliveira Maiorana como Vice-Presidente.

Em 31 de julho de 1997, em Assembleia dos Delegados-Eleitores, compareceram e votaram os seguintes cirurgiões-dentistas: Ian Batista Ferraz (CRO-AC); Carlos Roberto Cerqueira de Meneses (CRO-AL); Sílvia Maria Ataíde Nunes (CRO-AP); Alberto Tadeu do Nascimento Borges (CRO-AM); Mônica Mattos de Senna (CRO-BA); Moacir Tavares Martins Filho (CRO-CE); Adriano Magalhães Freire (CRO-DF); Ricardo Luiz Carvalho Gottardi (CRO-ES); Marcos Rochael (CRO-GO); Ataíde Mendes Aires (CRO-MA); Mário Marques de Souza (CRO-MT); Édio de Figueiredo (CRO-MS); Antonio Barbosa da Silveira (CRO-MG); Orivaldo de Araújo Pontes (CRO-PA); Severina do Nascimento Costa (CRO-PB); José Carlos Jacomel (CRO-PR); José Thadeu Pinheiro (CRO-PE); Lucimar de Sousa Leal (CRO-PI); Clemente Galvão Neto (CRO-RN); Raphael Onorino Carlos Loro (CRO-RS); Jose Antonio Moyses Abdelnur (CRO-RJ); Janilton Nazaré Sales de Oliveira (CRO-RO); Manoel Leopoldo Filho (CRO-RR); Cláudio Barbosa Fontes (CRO-SC); Luiz Roberto da Cunha Capella (CRO-SP); Marcos Luis Macedo de Santana (CRO-SE); e, Ricardo Fernandes Corrêa (CRO-TO). Com vinte e quatro votos, sendo dois votos nulos e um em branco, foi eleita a chapa única concorrente.

1997-2000

Em 1º de setembro, com mandato a vigor a partir de 02 de setembro de 1997 a 1º de setembro de 2000, foram empossados:

Efetivos: Jacques Narcisse Henri Duval (CRO-SP); Edila Sinedino de Oliveira Maiorana (CRO-DF); Carlos Alberto dos Santos Pêgo (CRO-RJ); Elza Maria de Araújo Conceição (CRO-MG); Emanuel Dias de Oliveira e Silva (CRO-PE); José Galba de Meneses Gomes (CRO-CE); José Ribeiro Veiga (CRO-AM); Miguel Álvaro Santiago Nobre (CRO-RS); e Nicolau Eros Petrelli (CRO-PR).

Suplentes: Doriélio Barreto da Costa (CRO-RN); Fausto Ribeiro Tancredi (CRO-ES); Irma Neuma Coutinho Ramos (CRO-PB); Lester Pontes de Menezes (CRO-RO); Mariam Kodjaoglanian Di Giorgio (CRO-MS); Messias Gambôa de Melo (CRO-PA); Ronda de Souza Cavalcanti (CRO-GO); e, Wilson Antônio Steinwandter (CRO-SC).

A Diretoria empossada foi a seguinte:

- Presidente: Jacques Narcisse Henri Duval;
- Vice-Presidente: Edila Sinedino de Oliveira Maiorana;

- Secretário-Geral: Nicolau Eros Petrelli e
- Tesoureiro: Miguel Álvaro Santiago Nobre.

Em 12 de novembro de 1998, o Suplente Lester Pontes de Menezes foi empossado no cargo de Conselheiro-Efetivo em face da renúncia da Conselheira Edila Sinedino de Oliveira Maiorana e a Conselheira-Efetiva Elza Maria de Araújo Conceição foi eleita e empossada no cargo de Vice-Presidente.

No dia 28 de julho de 2000, compareceram e votaram na Assembleia dos Delegados-Eleitores, no Rio de Janeiro: Sebastião Luiz Pires Vargas (CRO-AC); Carlos Roberto Cerqueira de Meneses (CRO-AL); Iracelha Soares D'Athaide (CRO-AP); Ericson Leão Bezerra (CRO-AM); Marilene Dias de Sant'Ana (CRO-BA); Tércio Menezes Gurgel (CRO-CE); Aureliano Dias Lustosa Filho (CRO-DF); Gilton Coutinho Barros (CRO-ES); Osni Gonzaga Pires (CRO-GO); Ataíde Mendes Aires (CRO-MA); José Armando Costa Júnior (CRO-MT); Silvano da Silva Silvestre (CRO-MS); Arnaldo de Almeida Garrocho (CRO-MG); Maria das Graças Guerreiro Pereira (CRO-PA); Alcione Maracajá de Moraes Beltrão (CRO-PB); Ediberto Schwartz (CRO-PR); Reginaldo Inojosa Carneiro Campello (CRO-PE); Lucimar de Sousa Leal (CRO-PI); José Ferreira Campos Sobrinho (CRO-RN); Cizino Risso Rocha (CRO-RS); Outair Bastazini (CRO-RJ); Milton Jorge Foroni (CRO-RO); Fider Paes Monteiro (CRO-RR); Cláudio Barbosa Fontes (CRO-SC); Moacyr da Silva (CRO-SP); Augusto Tadeu Ribeiro Santana (CRO-SE); e Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior (CRO-TO). A chapa única concorrente foi eleita com vinte e quatro votos, sendo um nulo e dois em branco e empossada no dia 02 de setembro de 2000 para o mandato até o dia 1º de setembro de 2003:

Efetivos: Miguel Álvaro Santiago Nobre (CRO-RS); Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (CRO-MS); Emanuel Dias de Oliveira e Silva (CRO-PE); Ivon Corrêgio de Figueiredo Sucasas (CRO-SP); Lester Pontes de Menezes (CRO-RO); Marcos Luis Macedo de Santana (CRO-SE); Mário Ferraro Tourinho Filho (CRO-BA); Roberto Eluard da Veiga Cavali (CRO-PR); e, Rutilio Caldas Pessanha (CRO-RJ).

Suplentes: Benício Paiva Mesquita (CRO-CE); Elphego Wanderley de Souza Júnior (CRO-PI); Hildeberto Cordeiro Lins (CRO-AL); Irma Neuma Coutinho Ramos (CRO-PB); Maria Izabel de Souza Ávila Ramos (CRO-AP); Messias Gambôa de Melo (CRO-PA); Norberto Francisco Lubiana (CRO-ES); Selene Machado Costa Guedes (CRO-AM); e, Wilson Antônio Steinwandter (CRO-SC).

A Diretoria ficou assim constituída:

- Presidente: Miguel Álvaro Santiago Nobre;
- Vice-Presidente: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues;
- Secretário-Geral: Marcos Luis Macedo de Santana; e,
- Tesoureiro: Lester Pontes de Menezes.

2003-2006

Em 1º de agosto de 2003 foi realizada a Assembleia dos Delegados-Eleitores para a escolha dos dirigentes do CFO para o período de 02 de setembro de 2003 a 1º de setembro de 2006. Compareceram e votaram: Tito Pereira Filho (CRO-AC); Carlos Roberto Cerqueira de Meneses (CRO-AL); Francisco Miccione Filho (CRO-AP); Marleno Litaiff Monteiro Júnior (CRO-AM); Josenito Lima Oliveira (CRO-BA); José Cláudio Cid Pereira (CRO-CE); José Ribamar de Azevedo (CRO-DF); Luzimar Gomes de Oliveira Pinheiro (CRO-ES); Henrique César Marçal de Oliveira (CRO-GO); Ataíde Mendes Aires (CRO-MA); José Armando Costa Júnior (CRO-MT); Anísio Lima da Silva (CRO-MS); Renato Durval Martins (CRO-MG); Enilda Machado Carriço Corrêa (CRO-PA); Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira (CRO-PB); Nicolau Eros Petrelli (CRO-PR); José Ricardo Dias Pereira (CRO-PE); Jairo Santos Oliveira (CRO-PI); Eimar Lopes de Oliveira (CRO-RN); Ben Hur Godolphim (CRO-RS); Outair Bastazini (CRO-RJ); Sandra Maria Rodrigues de Menezes (CRO-RO); Maria Livoni Bezerra de Oliveira (CRO-RR); Sidnei José Garcia (CRO-SC); Augusto Tadeu Ribeiro Santana (CRO-SE); e, Heber de Oliveira (CRO-TO). Não compareceu à eleição o Delegado-Eleitor do CRO-São Paulo.

A única chapa que concorreu ao pleito foi eleita e empossada com vinte e seis votos:

Efetivos: Miguel Álvaro Santiago Nobre (CRO-RS); Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (CRO-MS); Marcos Luis Macedo de Santana (CRO-SE); Emanuel Dias de Oliveira e Silva (CRO-PE); José Mário Morais Mateus (CRO-MG); Mário Ferraro Tourinho Filho (CRO-BA); Lester Pontes de Menezes (CRO-RO); Roberto Eluard da Veiga Cavali (CRO-PR); e, Rubens Côrte Real de Carvalho (CRO-SP).

Suplentes: Anísia Maria Fialho Abdala (CRO-MA); Benício Paiva Mesquita (CRO-CE); Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior (CRO-TO); Hildeberto Cordeiro Lins (CRO-AL); Jorge dos Passos Corrêa Cobra (CRO-SC); José Alaor Demartini Penna (CRO-MT); José Ferreira Campos Sobrinho (CRO-RN); Laércio Villela Barros (CRO-ES); Lucimar de Sousa Leal (CRO-PI); Manoel Leopoldo Filho (CRO-RR); Maria Carmen de Araújo Melo Jardim (CRO-PB); Maria Izabel de Souza Ávila Ramos (CRO-AP); Marluiz Nunes de Freitas (CRO-AC); Messias Gambôa de Melo (CRO-PA); Omar José da Silva Júnior (CRO-DF); Rutilio Caldas Pessanha (CRO-RJ); Selene Machado Costa Guedes (CRO-AM); e, Wilson Carneiro Ramos (CRO-GO).

Todos os CROs representados

Pela primeira vez na história do Conselho Federal, todos os Conselhos Regionais encontravam-se representados, face à alteração que foi promovida no Regimento Interno. A Diretoria ficou assim formada:

- Presidente: Miguel Álvaro Santiago Nobre;
- Vice-Presidente: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues;
- Secretário-Geral: Marcos Luis Macedo de Santana e
- Tesoureiro: Lester Pontes de Menezes.

2006-2009

Em 31 de agosto de 2006, considerando a deliberação unânime do Plenário, em reunião realizada no dia 09 de agosto de 2006, considerando que a eleição convocada para o dia 28 de julho de 2006, com a finalidade de renovar o Plenário do CFO, cujo mandato se expiraria em 1º de setembro, foi suspensa, por força de decisão judicial; considerando que em atenção à mesma decisão judicial, o CFO reabriu o prazo para inscrição de chapas, convocando a realização da Assembleia dos Delegados-Eleitores para o dia 08 de dezembro de 2006; considerando que à luz dos princípios legais que regem a Administração dos Serviços Públicos, é inadmissível o órgão central da Autarquia ficar sem representantes; considerando não terem os Conselhos de Odontologia nenhum vínculo com qualquer órgão público ou privado; considerando que ao Plenário do CFO, de acordo com o Regimento Interno, compete deliberar sobre os casos omissos em leis; e, por fim, considerando que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região decidiu que o CFO teria a oportunidade de realizar eleições regulares, com observância das normas legais que lhes são pertinentes, foram empossados pelo Presidente Miguel Álvaro Santiago Nobre, para o exercício do mandato a partir de 02 de setembro de 2006 até a eleição de 08 de dezembro de 2006, os mesmos cargos à época ocupados e com as respectivas funções os Membros do Plenário e da Diretoria do CFO com a finalidade de administrar a Autarquia até a posse dos que seriam eleitos.

No dia 08 de dezembro de 2006, no Rio de Janeiro, foi realizada a Assembleia dos Delegados-Eleitores, tendo a ela comparecido: Álvaro Luiz do Nazareth (CRO-AC); Carlos Roberto Cerqueira de Meneses (CRO-AL); Marco Antonio Pereira Ferraro (CRO-AP); Maria Eliana Cruz de Almeida (CRO-AM); David Costa Moreira (CRO-BA); Manoel de Jesus Rodrigues Mello (CRO-CE); Luzimar Gomes de Oliveira Pinheiro (CRO-ES); Anselmo Calixto (CRO-GO); Cláudio Fontoura Nogueira da Cruz (CRO-MA); Francisco Silva Araújo Luz (CRO-MT); Silvano da Silva Silvestre (CRO-MS); Arnaldo de Almeida Garrocho (CRO-MG); Mário Tavares Moreira Júnior (CRO-PA); Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira (CRO-PB); Gilson Blitzkow Sydney (CRO-PR); José Ricardo Dias Pereira (CRO-PE); Jairo Santos Oliveira (CRO-PI); Gerdo Bezerra de Faria (CRO-RN); Joaquim Guilherme Vilanova Cerveira (CRO-RS); Afonso Fernandes Rocha (CRO-RJ); Sandra Maria Rodrigues de Menezes (CRO-RO); Luis Carlos Schwinden (CRO-RR); Osny Lisboa (CRO-SC); Emil

Adib Razuk (CRO-SP); Augusto Tadeu Ribeiro Santana (CRO-SE); e, Dione Lima Teixeira (CRO-TO). Não compareceu o Delegado-Eleitor do CRO-DF e nem o seu suplente.

Pela segunda vez na história do CFO, duas chapas concorreram ao pleito:

CHAPA Nº 1

Efetivos: Miguel Álvaro Santiago Nobre (CRO-RS); Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (CRO-MS); Emanuel Dias de Oliveira e Silva (CRO-PE); José Mário Morais Mateus (CRO-MG); Lester Pontes de Menezes (CRO-RO); Marcos Luis Macedo de Santana (CRO-SE); Mário Ferraro Tourinho Filho (CRO-BA); Outair Bastazini (CRO-RJ); e, Rubens Côrte Real de Carvalho (CRO-SP).

Suplentes: Ataíde Mendes Aires (CRO-MA); Benício Paiva Mesquita (CRO-CE); Delmo Tavares (CRO-SC); Ericson Leão Bezerra (CRO-AM); Laércio Villela Barros (CRO-ES); Messias Gambôa de Melo (CRO-PA); Ricardo Luiz Araújo de Sá (CRO-RN); Tito Pereira Filho (CRO-AC); e, Wilson Carneiro Ramos (CRO-GO).

CHAPA Nº 02

Efetivos: Sérgio Valmor Barbosa (CRO-DF); Doriélio Barreto da Costa (CRO-RN); Henrique César Marçal de Oliveira (CRO-GO); Jeconias Câmara (CRO-AM); José Armando Costa Júnior (CRO-MT); José Martins Cardoso (CRO-SC); Osmar Aparecido Cuoghi (CRO-SP); Sara Grinfeld (CRO-PE); e, Sérgio Moraes de Souza (CRO-PA).

Suplentes: Ana Graça Casais e Silva Ribeiro (CRO-BA); Flávia Fonseca (CRO-MG); Flávio César de Carvalho (CRO-RJ); Florivaldo Garcia Peres (CRO-PR); Leônidas Antônio Deolindo (CRO-PI); Lindolfo Rocha Braga (CRO-TO); Marcus Antônio Teixeira (CRO-CE); Silvana Cristina Gama Vaz Rodrigues (CRO-MA); e, Steniel Ferreira Patrício (CRO-PB).

A Chapa nº 1 obteve vinte e cinco votos. A Chapa nº 2 não obteve voto. Ocorreu um voto nulo. A Diretoria eleita ficou assim constituída:

- Presidente: Miguel Álvaro Santiago Nobre;
- Vice-Presidente: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues;
- Secretário-Geral: Marcos Luis Macedo de Santana e
- Tesoureiro: Lester Pontes de Menezes.

No dia 16 de abril de 2009, foi empossado como Efetivo o Conselheiro Suplente Benício Paiva Mesquita na vaga do Conselheiro Mário Ferraro Tourinho Filho, que renunciou.

2009-2012

Em 6 de novembro de 2009, no Rio de Janeiro, foi realizada a Assembleia dos Delegados-Eleitores dos Conselhos Regionais de Odontologia, para escolha dos dirigentes do CFO para o triênio de 8 de dezembro de 2009 a 7 de dezembro de 2012. Compareceram, identificaram-se, entregaram à Mesa as suas credenciais e assinaram a lista de votação os seguintes Delegados-Eleitores: Luiz Carlos Basílio Paes (CRO-AC); Carlos Roberto Cerqueira de Meneses (CRO-AL); Moisés Pereira dos Santos (CRO-AP); Waldeyde Oderilda Gualberto Magalhães (CRO-AM); Ulisses Anselmo da Silva (CRO-BA); José Cláudio Cid Pereira (CRO-CE); Ângelo José Ferreira (CRO-DF); Élio Silva Lucas (CRO-ES); José Carrijo Brom (CRO-GO); Alberto Allan Rodrigues Patrício (CRO-MA); Marcus Benedito Fava (CRO-MT); Silvano da Silva Silvestre (CRO-MS); Arnaldo de Almeida Garrocho (CRO-MG); Armando Minenori Tuji (CRO-PA); Francisco Nogueira de Almeida (CRO-PB); César José Campagnoli (CRO-PR); Aron Coelho de Macedo (CRO-PE); Antonio Francisco Costa (CRO-PI); Gerdo Bezerra de Faria (CRO-RN); Joaquim Guilherme Vilanova Cerveira (CRO-RS); Paulo Murilo Oliveira da Fontoura (CRO-RJ); Sandra Maria Rodrigues de Menezes (CRO-RO); Rodrigo Ivo Matoso (CRO-RR); Emil Adib Razuk (CRO-SP); Augusto Tadeu Ribeiro Santana (CRO-SE); e, Juliano do Vale (CRO-TO). Não compareceu o Delegado-Eleitor do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina.

Procedida a eleição e após a abertura da urna, foi verificado o seguinte resultado: a chapa única concorrente obteve vinte e quatro votos; dois votos nulos; e, uma ausência. Obtida a maioria absoluta

dos votantes, o Presidente da Assembleia, Doutor Miguel Álvaro Santiago Nobre, proclamou eleita a Chapa Única concorrente composta pelos seguintes Cirurgiões-Dentistas:

Efetivos: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (CRO-MS); Benício Paiva Mesquita (CRO-CE); Emanuel Dias de Oliveira e Silva (CRO-PE); Ermensson Luiz Jorge (CRO-PR); José Mário Morais Mateus (CRO-MG); Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira (CRO-PB); Mário Tavares Moreira Júnior (CRO-PA); Outair Bastazini; (CRO-RJ); e, Rubens Côrte Real de Carvalho (CRO-SP).

Suplentes: Cláudio Fontoura Nogueira da Cruz (CRO-MA); Ericson Leão Bezerra (CRO-AM); Evanilde Borges Viana (CRO-BA); Genésio Pessôa de Albuquerque Júnior (CRO-TO); Maria Izabel de Souza Ávila Ramos (CRO-AP); Maria Rita Ibañez de Lemos (CRO-RS); Paulo Sérgio Moreira da Silva (CRO-AL); Samir Najjar (CRO-DF); e, Tito Pereira Filho (CRO-AC).

No dia 8 de dezembro, já empossado o Plenário, após realizada a eleição da Diretoria, que ficou assim constituída para o mandato de 8 de dezembro de 2009 a 7 de dezembro de 2012:

- Presidente: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues;
- Vice-Presidente: Emanuel Dias de Oliveira e Silva;
- Secretário-Geral: José Mário Morais Mateus; e,
- Tesoureiro: Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira.

2012 – 2015

No dia 20 de abril de 2012 foi publicado no Diário Oficial da União, o Edital nº 1, fixando a data de eleição para renovação dos Membros do Conselho Federal de Odontologia, para o período de 08.12.2012 a 07.12.2015. A Assembleia dos Delegados-Eleitores foi marcada para às 18:00 horas do dia 19 de outubro de 2012, na sede do CFO, no Rio de Janeiro-RJ.

Inicialmente, duas chapas se inscreveram para concorrer ao pleito. A chapa nº 1 foi assim composta: Membros Efetivos: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues – CRO-MS-1201; Benício Paiva Mesquita – CRO-CE-1427; Cesar José Campagnoli – CRO-PR-1916; Ericson Leão Bezerra – CRO-AM-1039; Genésio Pessôa de Albuquerque Júnior – CRO-TO-375; José Mário Morais Mateus – CRO-MG-12392; José Ricardo Dias Pereira – CRO-PE-2815; Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira – CRO-PB-721; e, Rubens Côrte Real de Carvalho – CRO-SP-8261. Membros Suplentes: Ataíde Mendes Aires – CRO-MA-294; Dalter Silva Favarete – CRO-MT-2831; Eimar Lopes de Oliveira – CRO-RN-1352; Maria Izabel de Souza Ávila Ramos – CRO-AP-33; Mário Dourado Queiroz – CRO-BA-1552; Messias Gambôa de Melo – CRO-PA-930; Murilo Rosa – CRO-SC-1515; Paulo Sérgio Moreira da Silva – CRO-AL-749; e, Tito Pereira Filho – CRO-AC-096.

Esta chapa designou o Cirurgião-Dentista Roberto Eluard da Veiga Cavali para receber toda e qualquer comunicação.

Os subscritores foram: Roberto Eluard da Veiga Cavali, do Paraná; Hildeberto Cordeiro Lins, de Alagoas; Abraão Alves de Oliveira, da Paraíba; Flávio Borella, do Rio Grande do Sul; e, Antonildes Medeiros Mota Gomes, do Maranhão.

A chapa nº 2 foi composta por: Membros Efetivos: Afonso Fernandes Rocha – CRO-RJ-7914; Arnaldo de Almeida Garrocho – CRO-MG-3871; Augusto Tadeu Ribeiro Santana – CRO-SE-311; Elio Silva Lucas – CRO-ES-1307; Fabiano Augusto Sfier de Mello – CRO-PR-10989; Henrique Cesar Marçal de Oliveira – CRO-GO-3618; Marcondes Martins da Silva Júnior – CRO-PI-1419; Ricardo Araújo da Silva – CRO-BA-5210; e, Robson Bizarro – CRO-SP-35412. Membros Suplentes: Ana Cláudia da Silva Araújo – CRO-PE-5113; André Gustavo Almeida de Castro Lima – CRO-MA-1542; Antonio Ricardo Calazans Duarte – CRO-RN-916; Elizeu Insaurralde – CRO-MS-226; Heládio de Souza Gomes – CRO-AM-1159; José Cleomir Tognonato Filho – CRO-DF-2133; Paulo Sérgio Carriço Correa – CRO-PA-616; Ricardo Lombardi de Farias – CRO-PB-1004; e, Roosevelt Carvalho da Silva – CRO-MG-13715.

Os subscritores dessa chapa indicaram o CD-Luiz Carlos Torres Martins para receber toda e qualquer comunicação referente à chapa em apreço.

Foram em número de 20 os subscritores da chapa: José Antonio Valério, de Minas Gerais; Alberto Magno da Rocha Silva, de Minas Gerais; Marcel Lautenschlager Arriga, da Bahia; Carlos Sérgio de Souza Araújo, do Rio de Janeiro; Norberto Francisco Lubiana, do Espírito Santo; Luiz Carlos Torres Martins, de Minas Gerais; Romilda de Melo Alves Branco, de Minas Gerais; Beatriz de Souza Araújo Barros, de Minas Gerais; Antonio Augusto de Barros, de Minas Gerais; Gerdal Roberto de Sousa, de Minas Gerais; Eucide Souza, de Minas Gerais; Leandro Medeiros dos Santos, de Minas Gerais; Edmar Figueiredo de Brito, de Minas Gerais; Dulcinea Dirce Salgado Mattar, de Minas Gerais; Edmee Almeida, de Minas Gerais; Ieda Piramo Moreira Santiago, de Minas Gerais; Débora Teixeira Starling, de Minas Gerais; Wellington Pacheco, de Minas Gerais; Oswaldo Costa Filho, de Minas Gerais; e, Orlando Santiago Júnior, de Minas Gerais.

Às vésperas do pleito a chapa 2 se retirou da disputa. No dia 19 de outubro, às 18:00 horas, foi realizada, então, a Assembleia dos Delegados-Eleitores.

Compareceram e votaram os seguintes Delegados-Eleitores: Isabelly Lemos Basto de Oliveira Rosas, Tiago Gusmão Muritiba, CRO-AL; Moizes Pereira dos Santos, CRO-AP; Vera Lúcia Louzada Ferreira, CRO-AM; Francisco Xavier Paranhos Coêlho Simões, CRO-BA; Marlio Ximenes Carlos, CRO-CE; Wagner Vaz Cardozo, CRO-DF; Luzimar Gomes de Oliveira Pinheiro, CRO-ES; Mauro Machado do Prado, CRO-GO; Raimundo Matias França de Lima, CRO-MA; João Milanez Moreira Júnior, CRO-MT; Francisco Carlos Grilo, CRO-MS; Lívio de Barros Silveira, CRO-MG; Armando Minenori Tuji, CRO-PA; Maria de Oliveira Alves Cavalcanti, CRO-PB; Aguiinaldo Coelho de Farias, CRO-PR; Fausto Aureliano Meira Ferreira, CRO-PI; Jaldir da Silva Cortez, CRO-RN; José Elvídio Giffoni Pinto de Moraes, CRO-RS; Paulo Murilo Oliveira da Fontoura, CRO-RJ; Luiz Fernando Rodrigues Rosa, CRO-RO; Rodrigo Ivo Matoso, CRO-RR; Élito Araújo, CRO-SC; Rada El Achkar da Silva, CRO-SP; Marcos Luís Macedo de Santana, CRO-SE; e, Juliano do Vale, CRO-TO.

Terminada a votação foram designados os Delegados-Eleitores de Santa Catarina, Maranhão e Espírito Santo para a função de escrutinadores. O Resultado da eleição foi o seguinte: a chapa 1 obteve 19 votos. Foram 7 nulos e 1 ausência. Obtida a maioria dos votantes, o Presidente da Assembleia proclamou eleita a chapa 1 concorrente para o triênio que vai de 08.12.2012 a 07.12.2015.

No dia 7 de dezembro foi realizada a Reunião Extraordinária do Plenário para a eleição da Diretoria e da Comissão de Tomada de Contas, para a gestão de 2012/2015. A Diretoria eleita e empossada foi a seguinte: Presidente – Ailton Diogo Morilhas Rodrigues; Vice-Presidente – Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira; Secretário-Geral – Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior; e, Tesoureiro – Rubens Côrte Real de Carvalho.

A Comissão de Tomada de Contas eleita e empossada foi a seguinte: Presidente – Benício Paiva Mesquita, e Membros: José Ricardo Dias Pereira e Ericson Leão Bezerra.

Atualizada em 23.01.2013, pelo Superintendente-Executivo do CFO, Antônio Márcio Coimbra

3.5 ORGANOGRAMA

ANEXO I - Esclarecimentos a Respeito do Organograma - Está no Anexo e Apendices - Vide anexo do tópico 3.5 na sessão 11

ANEXO II - Organograma_CFO - Está no Anexo e Apendices - Vide anexo do tópico 3.5 na sessão 11

4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

- Está no Anexos e Apêndices.

4.1.1 PLANO ESTRATÉGICO

ANEXO III - Planejamento - Estão no Anexos e Apêndices - Vide anexo do tópico 4.1.1 na sessão 11

4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Missão

O Conselho Federal de Odontologia e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia, criados pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964 e, posteriormente, instituídos pelo Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971, formam em seu conjunto uma Autarquia.

Tanto o CFO quanto cada CRO são dotados de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Nossa principal finalidade é a supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo-nos zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente. Para cumprir essa missão, o CFO legisla por meio de Atos Normativos, julga Processos Éticos e centraliza as informações sobre cursos de Especialização registrados e reconhecidos, bem como sobre o número de inscritos em todo o Brasil, entre Cirurgiões-Dentistas, Auxiliar de Saúde Bucal, Técnicos em Saúde Bucal, Técnicos em Prótese Dentária, Auxiliares de Prótese Dentária e Clínicas Odontológicas.

O Portal do CFO viabiliza o acesso às informações e ações concentradas por esta Autarquia, além de oferecer uma série de serviços online. Isso possibilita o contato mais direto e próximo tanto para a classe odontológica como para a população em geral, que, em última análise, é a razão de existir do CFO e CROs.

4.2 RESULTADOS

- 1 - CFO COMEMOROU MAIS UMA AÇÃO PROATIVA JUNTO À CLASSE ODONTOLÓGICA;
- 2 - CFO APOIOU O 6º ENCONTRO NACIONAL DAS COMISSÕES DE ODONTOLOGIA HOSPITALAR;
- 3 - COM O APOIO DO CFO A ODONTOLOGIA CONQUISTA MAIS UMA VITÓRIA: USO DE CLAREADORES SÓ COM PRESCRIÇÃO ODONTOLÓGICA;
- 4 - INCENTIVO AO ENSINO E À PESQUISA NA ÁREA DE DENTÍSTICA
- 5 - CFO APOIOU, JUNTO COM OS CONSELHOS REGIONAIS DE ODONTOLOGIA, O 33º CONGRESSO DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO – CIOSP;
- 6 - O CFO DIVULGOU MENSAGEM DE NÃO VIOLÊNCIA, EM QUALQUER CONTEXTO SOCIAL;
- 7 - CFO - ELO ENTRE AS INSTITUIÇÕES PELA CONSTANTE BUSCA DA QUALIDADE NA ODONTOLOGIA
- 8 – CFO CHEGA AO FACEBOOK
- 9 - DEZ ANOS DO PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE/CONSELHOS DE ODONTOLOGIA
- 10 - SISTEMA CFO/CROs JUNTOS NAS DECISÕES DELIBERANDO AS NECESSÁRIAS AO ANDAMENTO PRÓATIVO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS
- 11 - NOVA SEDE DO CFO EM BRASÍLIA
- 12 – COMISSÃO DO MERCOSUL REAVALIOU METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015
- 13 - DIA INTERNACIONAL DA MULHER; 8 DE MARÇO
- 14 – CFO FEZ ALERTA PARA O DIA 7 DE ABRIL: A PREVENÇÃO É UM IMPORTANTE ALIADO À VIDA SAUDÁVEL DA BOCA
- 15 - MENSAGEM DA PÁSCOA
- 16 - CAMPANHA DE PREVENÇÃO DE SAÚDE BUCAL
- 17 - CFO HOMENAGEOU O 21 DE MARÇO
- 18 - O CFO SE POSICIONOU CONTRÁRIO ÀS PALAVRAS DO MINISTRO DA CASA CIVIL
- 19 - CFO PRESTIGIOU A POSSE DO CRO-BA
- 20 - MUSEUS A HISTÓRIA DA ODONTOLOGIA REGISTRADA NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CFO HOMENAGEOU A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ODONTOLÓGICA
- 21 - CFO PRESTIGIOU A POSSE DA NOVA DIRETORIA DO CRO-MS
- 22 - POSSE DO CRO-MG CONTOU COM A PRESENÇA DO CFO
- 23 - CFO PARTICIPOU DA POSSE DA NOVA DIRETORIA DO CRO-PE
- 24 - CFO: 51 ANOS EM PROL DA SOCIEDADE BRASILEIRA
- 25 - CFO É RECEBIDO POR LIDERANÇA DO PSC
- 26 - CFO PRESTIGIA A ENTREGA DE MEDALHA TIRADENTES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
- 27 - TIRADENTES: PATRONO DA ODONTOLOGIA
- 28 - CFO REUNE COMISSÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO NORDESTE
- 29 - PARCEIROS DO PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE/CONSELHOS DE ODONTOLOGIA INVESTEM NA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
- 30 - O CFO PARTICIPOU DE AÇÕES EM PROL DA SAÚDE NA ODONTOLOGIA

- 31 - CFO DEFENDE NA CÂMARA PL PELA ODONTOLOGIA DO TRABALHO
- 32 - 28 DE ABRIL - DIA MUNDIAL DO SORRISO: HIGIENE BUCAL PREVINE DOENÇAS
- 33 - IMPOSTO DE RENDA: CIRURGIÕES-DENTISTAS ATENÇÃO ÀS NOVAS REGRAS
- 34 - CFO PRESTIGIA A POSSE DA NOVA ADMINISTRAÇÃO DO CRO-RJ
- 35 – CIRURGIÃO-DENTISTA: UMA PROFISSÃO DE MUITO TRABALHO EM PROL DA POPULAÇÃO
- 36 – CFO, JUNTO COM OS PRESIDENTES DOS CROs SE REUNIRAM COM PARLAMENTARES PARA PEDIR APOIO AOS PROJETOS DE INTERESSE DA CLASSE
- 37 – CFO PARABENIZA TODAS AS MÃES BRASILEIRAS PELO SEU DIA
- 38 - CFO PRESTIGIA A POSSE DO PLENÁRIO DO CRO-SP
- 39 - GOVERNANÇA FOI TEMA DE PALESTRA ACOMPANHADA PELO PRESIDENTE DO CFO
- 40 - PESQUISA DO IBGE MOSTROU QUE OFERTA À POPULAÇÃO AINDA É PEQUENA DIANTE DA DEMANDA
- 41 – MINISTÉRIO DA SAÚDE, ANVISA E CFO TRABALHAM EM CONJUNTO PARA FORMALIZAR RESOLUÇÕES
- 42 - INSCRIÇÕES DO PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE VÃO ATÉ 30 DE JUNHO
- 43 - BRASÍLIA SEDIU PRIMEIRA REUNIÃO DE COMISSÕES DO CFO DE 2014
- 44 - CFO APOIA O 14 DE JUNHO – DIA MUNDIAL DO DOADOR DE SANGUE
- 45 - ODONTOLOGIA DO TRABALHO: UM PL QUE BENEFICIA A SOCIEDADE
- 46 - CFO MARCOU PRESENÇA NA CERIMÔNIA DE POSSE DO NOVO PRESIDENTE DA ANS
- 47 - DIA INTERNACIONAL DE COMBATE ÀS DROGAS
- 48 - PRORROGADAS AS INSCRIÇÕES DO PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE/CONSELHOS DE ODONTOLOGIA
- 49 - REUNIÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO CFO DEFINIU AGENDA PEA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015
- 50 - SAÚDE BUCAL RECEBEU INVESTIMENTOS NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS
- 51 - CFO APOIOU A ACADEMIA BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA AO DESTACAR TRABALHO COM PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
- 52 - ELEIÇÕES DO PLENÁRIO DO CFO: VITÓRIA DE TODO SISTEMA CFO/CROs
- 53 – “PARTICIPAÇÃO POPULAR” DA TV CÂMARA CONTOU COM A PRESENÇA DO CFO
- 54 – CFO DIVULGOU CIDADES VENCEDORAS DO PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE/CONSELHOS DE ODONTOLOGIA
- 55 – CFO ALERTA: APARELHOS DENTÁRIOS ILEGAIS COLOCAM A SAÚDE EM RISCO
- 56 – ATUAÇÃO DO CFO NO CONGRESSO NACIONAL EM PROL DA POPULAÇÃO
- 57 - DIA NACIONAL DA SAÚDE: UM ALERTA PARA A POPULAÇÃO
- 58 - DENTISTA E ESCOVA: UMA DUPLA QUE FUNCIONA MUITO BEM
- 59 - FELIZ DIA DOS PAIS
- 60 - CFO ABRE PLENÁRIA DA 50ª REUNIÃO DA ABENO
- 61 - CFO E A VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA

- 62 - CFO RECEBEU CAMPANHA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- 63 - ABERTURA OFICIAL DO XXIII COBRAC CONTOU COM A PRESENÇA DO CFO
- 64 - CFO PARTICIPOU, EM CAMPO GRANDE – MS, DO IV ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE SAÚDE BUCAL
- 65 - PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE/CONSELHOS DE ODONTOLOGIA: DIVULGADOS OS MUNICÍPIOS VENCEDORES POR CATEGORIA
- 66 - CFO RECEBE VISITA DO SINOG
- 67 - CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO SOBRE A SAÚDE BUCAL
- 68 - A ESTOMATOLOGIA REUNE CFO E SOBEP
- 69 - LAI: FUNCIONÁRIOS EM CURSO PARA MAIOR INFORMAÇÃO SOBRE A LEI
- 70 - NATAL (RN) SEDIU A V REUNIÃO DE PESQUISA EM SAÚDE BUCAL COLETIVA
- 71 - ENTIDADES ODONTOLÓGICAS SE REUNEM COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE
- 72 - UNIVERSITÁRIOS ASSISTEM PALESTRA NO CFO
- 73 - FELIZ DIA DAS CRIANÇAS
- 74 - A SAÚDE DEVE SER PARA TODOS
- 75 - PROFESSOR: A PROFISSÃO QUE FAZ A DIFERENÇA
- 76 - 25 DE OUTUBRO: DIA DO CIRURGIÃO-DENTISTA BRASILEIRO
- 77 – “A TELESSAÚDE PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA SAÚDE”
- 78 – CFO PRESTIGIOU O ANIVERSÁRIO DE 25 ANOS DE CRIAÇÃO DO CRO-RORAIMA
- 79 - O CFO REUNIU OS CROs DO NORDESTE EM PERNAMBUCO
- 80 – PARTICIPAÇÃO DO CFO NO 14º CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO
- 81 - CFO SE FEZ PRESENTE NA POSSE DO CIRURGIÃO-DENTISTA FERNANDO MENDES
- COM O DIRETOR DA ANVISA
- 82 - CROs DA REGIÃO NORTE DE REÚNEM EM MANAUS
- 83 - A ACUPUNTURA, A HOMEOPATIA E A ODONTOLOGIA DO ESPORTE FORAM RECONHECIDAS COMO ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS
- 84 - NOVA SEDE DO CFO EM BRASÍLIA ABRIGOU REUNIÃO DO CFFAS
- 85 - O CFO HOMENAGEOU O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA
- 86 - ODONTOLOGIA EM REVISTA
- 87 - 25 DE NOVEMBRO, DIA DO DOADOR DE SANGUE; HOMENAGEM DO CFO
- 88 - ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
- 89 - CFO PRESTIGIA A V JORNADA DE ODONTOLOGIA DE IMPERATRIZ
- 90 - DIA NACIONAL DE COMBATE AO CÂNCER
- 91 - DIA MUNDIAL DE LUTA CONTRA A AIDS
- 92 - DIA PAN-AMERICANO DA SAÚDE
- 93 - ATO PÚBLICO EM DEFESA DO SUS TEM PRESENÇA DO CFO
- 94 - TOMA POSSE O NOVO PLENÁRIO DO CFO
- 95 - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
- 96 - 18 DE DEZEMBRO: CFO PRESTA HOMENAGEM AO DIA DO MUSEÓLOGO

97 - CFO DE CASA NOVA

A entidade obteve em parte os resultados planejados. Não houve meta determinada e também não foi definido indicadores para tabular os resultados alcançados.

As informações prestadas nesse contexto dão conta que o CFO teria atingido em parte os resultados planejados, indicando, a execução de 97 (noventa e sete) ações.

As ações listadas foram desenvolvidas. Entretanto, como o uso de ferramentas de gestão de projetos no CFO ainda se revelam incipiente, não há, neste momento, como mensurar com a acuidade devida os resultados alcançados e o seu grau de atingimento. O CFO demandará esforços para superar essa limitação de apoio a gestão.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

A escrituração das receitas e das despesas é realizada pelo regime misto, ou seja, de caixa para a receita e competência para a despesa. Ressalta-se que não foi adotada neste exercício a metodologia proposta pelo manual MCASP para a escrituração da receita, visto que a dívida ativa necessita de adequação a norma, no que tange a descrição da informação fornecida pelo sistema de TI do CFO, bem como a necessidade de estudos relativos a forma de contabilização.

O CFO encerrou o exercício 2015 com uma variação aumentativa de R\$ 41.067.606,62 (quarenta e um milhões, sessenta e sete mil, seiscentos e seis reais e sessenta e dois centavos) e as variações diminutivas totalizaram R\$ 34.189.900,49 (trinta e quatro milhões, cento e oitenta e nove mil, novecentos reais e quarenta e nove centavos.)

A entidade obteve no período apurado, um superávit patrimonial de R\$ 6.877.706,13 (seis milhões, oitocentos e setenta e sete mil, setecentos e seis reais e treze centavos).

No mesmo período, o CFO registrou um superávit orçamentário da ordem de R\$ 8.979.982,27 (oito milhões, novecentos e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos).

As informações encontra-se nos Anexos e Apêndices.

4.3.1 ORÇAMENTO ANUAL

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual						
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	68.994.400,00	68.994.400,00	0,00	4.549.757,54	0,00	4.298.319,54	68.994.400,00	69.245.838,00
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	49.354.400,00	49.354.400,00	0,00	3.068.757,54	0,00	4.298.319,54	49.354.400,00	48.124.838,00
6.2.1.1.1.03 - COTA PARTE	45.982.368,88	45.982.368,88	0,00	3.030.757,54	0,00	3.248.288,42	45.982.368,88	45.764.838,00
6.2.1.1.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	1.012.031,12	1.012.031,12	0,00	0,00	0,00	1.012.031,12	1.012.031,12	0,00
6.2.1.1.1.04.02 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.012.031,12	1.012.031,12	0,00	0,00	0,00	1.012.031,12	1.012.031,12	0,00
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
6.2.1.1.1.06.05.02 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
6.2.1.1.1.09 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.360.000,00	1.360.000,00	0,00	38.000,00	0,00	38.000,00	1.360.000,00	1.360.000,00
6.2.1.1.1.09.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.360.000,00	1.360.000,00	0,00	38.000,00	0,00	38.000,00	1.360.000,00	1.360.000,00
6.2.1.1.1.09.02.01 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.360.000,00	1.360.000,00	0,00	38.000,00	0,00	38.000,00	1.360.000,00	1.360.000,00
6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	19.640.000,00	19.640.000,00	0,00	1.481.000,00	0,00	0,00	19.640.000,00	21.121.000,00
6.2.1.1.2.01 - OPERAÇÕES DE CREDITO	14.560.000,00	14.560.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.560.000,00	14.560.000,00
6.2.1.1.2.01.01 - EMPRESTIMOS TOMADOS	14.560.000,00	14.560.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.560.000,00	14.560.000,00

6.2.1.1.2.02 - ALIENACAO DE BENS	5.080.000,00	5.080.000,00	0,00	1.481.000,00	0,00	0,00	5.080.000,00	6.561.000,00
6.2.1.1.2.02.01 - ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
6.2.1.1.2.02.02 - ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	1.481.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00	6.481.000,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	68.994.400,00	68.994.400,00	38.774.000,00	12.312.438,00	38.774.000,00	12.061.000,00	68.994.400,00	69.245.838,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	68.994.400,00	68.994.400,00	38.774.000,00	12.312.438,00	38.774.000,00	12.061.000,00	68.994.400,00	69.245.838,00
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	45.904.400,00	45.904.400,00	24.674.000,00	12.061.000,00	22.954.000,00	9.861.000,00	47.624.400,00	48.104.400,00
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.471.805,56	15.471.805,56	2.120.000,00	2.200.000,00	5.190.000,00	2.952.000,00	12.401.805,56	14.719.805,56
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	11.901.388,89	11.901.388,89	2.120.000,00	2.200.000,00	4.450.000,00	2.952.000,00	9.571.388,89	11.149.388,89
6.2.2.1.1.01.01.02 - ENCARGOS PATRONAIS	3.570.416,67	3.570.416,67	0,00	0,00	740.000,00	0,00	2.830.416,67	3.570.416,67
6.2.2.1.1.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.077.581,10	22.077.581,10	19.030.000,00	7.727.000,00	14.008.000,00	3.697.000,00	27.099.581,10	26.107.581,10
6.2.2.1.1.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.039.000,00	2.039.000,00	650.000,00	910.000,00	330.000,00	1.000,00	2.359.000,00	2.948.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03 - OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	130.000,00	130.000,00	250.000,00	200.000,00	210.000,00	0,00	170.000,00	330.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	130.000,00	130.000,00	250.000,00	200.000,00	210.000,00	0,00	170.000,00	330.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	16.747.233,01	16.747.233,01	16.530.000,00	6.317.000,00	12.273.000,00	3.396.000,00	21.004.233,01	19.668.233,01
6.2.2.1.1.01.04.04.001 - DIÁRIA CIVIL	2.920.000,00	2.920.000,00	1.550.000,00	50.000,00	1.090.000,00	30.000,00	3.380.000,00	2.940.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002 - MATERIAL DE CONSUMO	2.140.800,00	2.140.800,00	220.000,00	600.000,00	1.470.000,00	0,00	890.800,00	2.740.800,00

6.2.2.1.1.01.04.04.003 - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	282.133,01	282.133,01	0,00	0,00	235.000,00	0,00	47.133,01	282.133,01
6.2.2.1.1.01.04.04.003.001 - REMUNERACAO DE SERVIÇOS PESSOAIS	282.133,01	282.133,01	0,00	0,00	235.000,00	0,00	47.133,01	282.133,01
6.2.2.1.1.01.04.04.004 - SERVIÇOS - PESSOA JURÍDICA	11.404.300,00	11.404.300,00	14.760.000,00	5.667.000,00	9.478.000,00	3.366.000,00	16.686.300,00	13.705.300,00
6.2.2.1.1.01.04.05 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.161.348,09	3.161.348,09	1.600.000,00	300.000,00	1.195.000,00	300.000,00	3.566.348,09	3.161.348,09
6.2.2.1.1.01.05 - CONTRIBUIÇÕES	3.773.613,34	3.773.613,34	180.000,00	0,00	158.000,00	0,00	3.795.613,34	3.773.613,34
6.2.2.1.1.01.07 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	4.455.000,00	4.455.000,00	3.300.000,00	2.000.000,00	3.475.000,00	3.212.000,00	4.280.000,00	3.243.000,00
6.2.2.1.1.01.09 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	63.900,00	63.900,00	4.000,00	12.000,00	21.000,00	0,00	46.900,00	75.900,00
6.2.2.1.1.01.10 - SENTENÇAS JUDICIAIS	46.000,00	46.000,00	0,00	0,00	46.000,00	0,00	0,00	46.000,00
6.2.2.1.1.01.11 - DEMAIS DESPESAS CORRENTES	16.500,00	16.500,00	40.000,00	122.000,00	56.000,00	0,00	500,00	138.500,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	23.090.000,00	23.090.000,00	14.100.000,00	251.438,00	15.820.000,00	2.200.000,00	21.370.000,00	21.141.438,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	23.090.000,00	23.090.000,00	14.100.000,00	251.438,00	15.820.000,00	2.200.000,00	21.370.000,00	21.141.438,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	5.090.000,00	5.090.000,00	0,00	251.438,00	4.640.000,00	2.200.000,00	450.000,00	3.141.438,00
6.2.2.1.1.02.01.04 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	18.000.000,00	18.000.000,00	14.100.000,00	0,00	11.180.000,00	0,00	20.920.000,00	18.000.000,00
TOTAIS:	68.994.400,00	68.994.400,00	0,00	4.549.757,54	0,00	4.298.319,54	68.994.400,00	69.245.838,00

4.3.2 TRANSFERÊNCIAS

ANEXO IV - Auxilio Financeiro CROs - Transferencias - Vide anexo do tópico 4.3.2 na sessão 11

4.3.3 RECEITAS

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	69.245.838,00	42.047.884,16	27.197.953,84
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	48.124.838,00	40.797.451,91	7.327.386,09
6.2.1.2.1.03 - 6.2.1.2.1.03 - COTA PARTE	45.764.838,00	38.973.739,04	6.791.098,96
6.2.1.2.1.03.01 - 6.2.1.2.1.03.01 - Conselho Regional AC	82.680,00	105.056,58	-22.376,58
6.2.1.2.1.03.02 - 6.2.1.2.1.03.02 - Conselho Regional AL	594.264,92	342.654,09	251.610,83
6.2.1.2.1.03.03 - 6.2.1.2.1.03.03 - Conselho Regional AM	765.435,53	496.611,54	268.823,99
6.2.1.2.1.03.04 - 6.2.1.2.1.03.04 - Conselho Regional AP	155.212,94	69.276,58	85.936,36
6.2.1.2.1.03.05 - 6.2.1.2.1.03.05 - Conselho Regional BA	2.369.199,71	1.485.325,87	883.873,84
6.2.1.2.1.03.06 - 6.2.1.2.1.03.06 - Conselho Regional CE	1.599.171,24	783.672,60	815.498,64
6.2.1.2.1.03.07 - 6.2.1.2.1.03.07 - Conselho Regional DF	1.236.455,02	993.991,67	242.463,35
6.2.1.2.1.03.08 - 6.2.1.2.1.03.08 - Conselho Regional ES	1.109.500,36	843.790,93	265.709,43
6.2.1.2.1.03.09 - 6.2.1.2.1.03.09 - Conselho Regional GO	2.082.174,00	1.381.411,70	700.762,30
6.2.1.2.1.03.10 - 6.2.1.2.1.03.10 - Conselho Regional MA	754.900,95	442.361,38	312.539,57
6.2.1.2.1.03.11 - 6.2.1.2.1.03.11 - Conselho Regional MG	5.350.000,00	4.071.394,14	1.278.605,86
6.2.1.2.1.03.12 - 6.2.1.2.1.03.12 - Conselho Regional MS	716.253,73	486.055,57	230.198,16
6.2.1.2.1.03.13 - 6.2.1.2.1.03.13 - Conselho Regional MT	989.128,44	582.078,18	407.050,26
6.2.1.2.1.03.14 - 6.2.1.2.1.03.14 - Conselho Regional PA	1.187.442,82	697.555,67	489.887,15
6.2.1.2.1.03.15 - 6.2.1.2.1.03.15 - Conselho Regional PB	455.800,00	495.606,18	-39.806,18
6.2.1.2.1.03.16 - 6.2.1.2.1.03.16 - Conselho Regional PE	1.022.486,00	949.199,49	73.286,51
6.2.1.2.1.03.17 - 6.2.1.2.1.03.17 - Conselho Regional PI	334.960,00	310.330,89	24.629,11
6.2.1.2.1.03.18 - 6.2.1.2.1.03.18 - Conselho Regional PR	2.038.960,55	2.742.805,85	-703.845,30

6.2.1.2.1.03.19 - 6.2.1.2.1.03.19 - Conselho Regional RJ	4.378.476,32	3.508.297,62	870.178,70
6.2.1.2.1.03.20 - 6.2.1.2.1.03.20 - Conselho Regional RN	708.698,60	478.896,55	229.802,05
6.2.1.2.1.03.21 - 6.2.1.2.1.03.21 - Conselho Regional RO	320.000,00	285.824,21	34.175,79
6.2.1.2.1.03.22 - 6.2.1.2.1.03.22 - Conselho Regional RR	95.000,00	88.315,06	6.684,94
6.2.1.2.1.03.23 - 6.2.1.2.1.03.23 - Conselho Regional RS	3.161.974,16	2.537.506,73	624.467,43
6.2.1.2.1.03.24 - 6.2.1.2.1.03.24 - Conselho Regional SC	2.174.723,53	1.604.815,48	569.908,05
6.2.1.2.1.03.25 - 6.2.1.2.1.03.25 - Conselho Regional SE	366.123,40	265.875,41	100.247,99
6.2.1.2.1.03.26 - 6.2.1.2.1.03.26 - Conselho Regional SP	11.300.000,00	12.639.276,60	-1.339.276,60
6.2.1.2.1.03.27 - 6.2.1.2.1.03.27 - CONSELHO REGIONAL TO	415.815,78	285.752,47	130.063,31
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	1.000.000,00	850.587,56	149.412,44
6.2.1.2.1.06.05 - 6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.000.000,00	850.587,56	149.412,44
6.2.1.2.1.06.05.02 - 6.2.1.2.1.06.05.02 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.000.000,00	850.587,56	149.412,44
6.2.1.2.1.06.05.02.001 - 6.2.1.2.1.06.05.02.001 - Jrs e Corr Monet Poupança	1.000.000,00	850.587,56	149.412,44
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	94,81	-94,81
6.2.1.2.1.08.01 - 6.2.1.2.1.08.01 - RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	94,81	-94,81
6.2.1.2.1.08.01.01 - 6.2.1.2.1.08.01.01 - RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	94,81	-94,81
6.2.1.2.1.08.01.01.001 - 6.2.1.2.1.08.01.01.001 - RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	94,81	-94,81
6.2.1.2.1.09 - 6.2.1.2.1.09 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.360.000,00	973.030,50	386.969,50
6.2.1.2.1.09.02 - 6.2.1.2.1.09.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.360.000,00	789.920,71	570.079,29
6.2.1.2.1.09.02.01 - 6.2.1.2.1.09.02.01 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.360.000,00	789.920,71	570.079,29
6.2.1.2.1.09.02.01.001 - 6.2.1.2.1.09.02.01.001 - Indenizações	30.000,00	218.000,00	-188.000,00

6.2.1.2.1.09.02.01.002 - 6.2.1.2.1.09.02.01.002 - Restituições	8.000,00	17.246,56	-9.246,56
6.2.1.2.1.09.02.01.003 - 6.2.1.2.1.09.02.01.003 - Carteira custo	1.322.000,00	554.674,15	767.325,85
6.2.1.2.1.09.03 - 6.2.1.2.1.09.03 - RECEITAS DIVERSAS	0,00	183.109,79	-183.109,79
6.2.1.2.1.09.03.01 - 6.2.1.2.1.09.03.01 - Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	4.208,74	-4.208,74
6.2.1.2.1.09.03.02 - 6.2.1.2.1.09.03.02 - Outras Receitas Diversas	0,00	178.901,05	-178.901,05
6.2.1.2.2 - 6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	21.121.000,00	1.250.432,25	19.870.567,75
6.2.1.2.2.01 - 6.2.1.2.2.01 - OPERAÇÕES DE CREDITO	14.560.000,00	1.000.000,00	13.560.000,00
6.2.1.2.2.01.01 - 6.2.1.2.2.01.01 - EMPRESTIMOS TOMADOS	14.560.000,00	1.000.000,00	13.560.000,00
6.2.1.2.2.01.01.01 - 6.2.1.2.2.01.01.01 - Empréstimos para Despesas de Custeio	0,00	1.000.000,00	-1.000.000,00
6.2.1.2.2.01.01.02 - 6.2.1.2.2.01.01.02 - Empréstimos P/ Aquisição, Constr. e Reforma de Sede	14.560.000,00	0,00	14.560.000,00
6.2.1.2.2.02 - 6.2.1.2.2.02 - ALIENACAO DE BENS	6.561.000,00	250.432,25	6.310.567,75
6.2.1.2.2.02.01 - 6.2.1.2.2.02.01 - ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	80.000,00	56.000,00	24.000,00
6.2.1.2.2.02.01.01 - 6.2.1.2.2.02.01.01 - Veículos	80.000,00	56.000,00	24.000,00
6.2.1.2.2.02.02 - 6.2.1.2.2.02.02 - ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	6.481.000,00	194.432,25	6.286.567,75
6.2.1.2.2.02.02.01 - 6.2.1.2.2.02.02.01 - Edifícios	6.481.000,00	194.432,25	6.286.567,75

4.3.4 DESPESAS

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Demais elementos do grupo	13.446.583,12	3.491.842,95	13.327.851,80	3.261.885,47	118.731,32	229.957,48	13.240.247,82	3.261.885,47
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - Salários	6.443.086,19	6.570.795,16	6.443.086,19	6.570.795,16	0,00	0,00	6.443.086,19	6.570.795,16
6.2.2.1.1.01.01.01.006 - Gratificação por Tempo de Serviço	1.364.436,06	1.432.035,07	1.364.436,06	1.432.035,07	0,00	0,00	1.364.436,06	1.432.035,07
6.2.2.1.1.01.01.02.001 - INSS	1.845.484,67	1.977.485,67	1.845.484,67	1.522.621,32	0,00	454.864,35	1.700.504,81	1.522.621,32
Demais elementos do grupo	2.630.722,19	2.626.944,42	2.622.658,07	2.537.512,30	8.064,12	89.432,12	2.519.009,95	2.537.512,30
3. Outras Despesas Correntes								
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Plano de Saúde	1.213.234,17	1.526.058,76	1.213.234,17	1.410.369,72	0,00	115.689,04	1.213.234,17	1.410.369,72
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Plano de Saúde	1.213.234,17	1.526.058,76	1.213.234,17	1.410.369,72	0,00	115.689,04	1.213.234,17	1.410.369,72
6.2.2.1.1.01.04.01.004 - Auxílio Alimentação	853.901,43	839.321,31	853.901,43	839.321,31	0,00	0,00	853.901,43	839.321,31
6.2.2.1.1.01.04.01.004 - Auxílio Alimentação	853.901,43	839.321,31	853.901,43	839.321,31	0,00	0,00	853.901,43	839.321,31
6.2.2.1.1.01.04.04.001.002 - Conselheiros	1.637.455,00	1.027.709,00	1.635.145,00	1.025.399,00	2.310,00	2.310,00	1.635.145,00	1.025.399,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001.002 - Conselheiros	1.637.455,00	1.027.709,00	1.635.145,00	1.025.399,00	2.310,00	2.310,00	1.635.145,00	1.025.399,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001.003 - Convidados	930.160,00	510.510,00	930.160,00	508.970,00	0,00	1.540,00	930.160,00	508.970,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001.003 - Convidados	930.160,00	510.510,00	930.160,00	508.970,00	0,00	1.540,00	930.160,00	508.970,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.006 - Locação de Bens Imóveis e Condomínios	841.223,82	770.049,12	798.541,00	747.979,01	42.682,82	22.070,11	798.541,00	747.979,01
6.2.2.1.1.01.04.04.004.006 - Locação de	841.223,82	770.049,12	798.541,00	747.979,01	42.682,82	22.070,11	798.541,00	747.979,01

Bens Imóveis e Condomínios								
6.2.2.1.1.01.04.04.004.010 - Serviços de Divulgação, Impressão, Encadernação e Fotocópias	1.250.941,49	871.627,97	1.248.361,49	740.324,57	2.580,00	131.303,40	1.248.361,49	740.324,57
6.2.2.1.1.01.04.04.004.010 - Serviços de Divulgação, Impressão, Encadernação e Fotocópias	1.250.941,49	871.627,97	1.248.361,49	740.324,57	2.580,00	131.303,40	1.248.361,49	740.324,57
6.2.2.1.1.01.04.04.004.019 - Serviço de Assessoria Contábil	397.233,61	1.349.471,10	397.233,61	1.138.771,10	0,00	210.700,00	397.233,61	1.138.771,10
6.2.2.1.1.01.04.04.004.019 - Serviço de Assessoria Contábil	397.233,61	1.349.471,10	397.233,61	1.138.771,10	0,00	210.700,00	397.233,61	1.138.771,10
6.2.2.1.1.01.04.04.004.021 - Serviço de Assessoria e Consultoria de Comunicação	1.979.150,70	527.789,90	1.979.150,70	439.935,90	0,00	87.854,00	1.979.150,70	439.935,90
6.2.2.1.1.01.04.04.004.021 - Serviço de Assessoria e Consultoria de Comunicação	1.979.150,70	527.789,90	1.979.150,70	439.935,90	0,00	87.854,00	1.979.150,70	439.935,90
6.2.2.1.1.01.04.04.004.025 - Postagem de Correspondência Institucional	1.594.064,21	1.053.104,51	1.301.986,40	1.053.104,51	292.077,81	0,00	1.301.986,40	1.053.104,51
6.2.2.1.1.01.04.04.004.025 - Postagem de Correspondência Institucional	1.594.064,21	1.053.104,51	1.301.986,40	1.053.104,51	292.077,81	0,00	1.301.986,40	1.053.104,51
6.2.2.1.1.01.04.04.004.027 - Serviços de Microfilmagem de Documentos	0,00	485.758,87	0,00	485.758,87	0,00	0,00	0,00	485.758,87
6.2.2.1.1.01.04.04.004.027 - Serviços de Microfilmagem de Documentos	0,00	485.758,87	0,00	485.758,87	0,00	0,00	0,00	485.758,87
6.2.2.1.1.01.04.04.004.030 - Despesas com Terceirização	0,00	1.307.225,28	0,00	1.154.039,84	0,00	153.185,44	0,00	1.154.039,84
6.2.2.1.1.01.04.04.004.030 - Despesas com Terceirização	0,00	1.307.225,28	0,00	1.154.039,84	0,00	153.185,44	0,00	1.154.039,84
6.2.2.1.1.01.04.04.004.099 - Outros Serviços e Encargos	6.109.464,06	736.342,68	3.203.130,21	735.851,46	2.906.333,85	491,22	3.203.130,21	735.851,46
6.2.2.1.1.01.04.04.004.099 - Outros Serviços e Encargos	6.109.464,06	736.342,68	3.203.130,21	735.851,46	2.906.333,85	491,22	3.203.130,21	735.851,46
6.2.2.1.1.01.04.05.001 - Passagens Aéreas, Terrestres	3.376.663,32	2.218.246,49	3.366.078,39	2.192.851,17	10.584,93	25.395,32	3.366.078,39	2.192.851,17

6.2.2.1.1.01.04.05.001 - Passagens Aéreas, Terrestres	3.376.663,32	2.218.246,49	3.366.078,39	2.192.851,17	10.584,93	25.395,32	3.366.078,39	2.192.851,17
Demais elementos do grupo	13.446.583,12	3.491.842,95	13.327.851,80	3.261.885,47	118.731,32	229.957,48	13.240.247,82	3.261.885,47
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
4. Investimentos								
Demais elementos do grupo	21.251.766,54	1.553,64	6.251.766,54	1.553,64	15.000.000,00	0,00	6.251.766,54	1.553,64
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO V - Despesas Por Modalidades Licitação.pdf - Despesas Por Modalidades Licitação - Vide anexo do tópico 4.3.4 na sessão 11

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

O CFO encerrou o exercício 2015 com uma variação aumentativa de R\$ 41.067.606,62 (quarenta e um milhões, sessenta e sete mil, seiscentos e seis reais e sessenta e dois centavos) e as variações diminutivas totalizaram R\$ 34.189.900,49 (trinta e quatro milhões, cento e oitenta e nove mil, novecentos reais e quarenta e nove centavos.)

A entidade obteve no período apurado, um superávit patrimonial de R\$ 6.877.706,13 (seis milhões, oitocentos e setenta e sete mil, setecentos e seis reais e treze centavos).

No mesmo período, o CFO registrou um superávit orçamentário da ordem de R\$ 8.979.982,27 (oito milhões, novecentos e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos).

Os demonstrativos estão nos anexos e apêndices.

4.5 FISCALIZAÇÃO

O CFO, conforme o art. 4º, alínea "e", da Lei 4324/64 deve promover diligências relativas ao funcionamento dos CROs, nos Estados ou Territórios e Distrito Federal, e adotar, quando necessário, providências para eficiência e regularidade, portanto dessa forma foi contratado Auditoria Independente Loudon Blomquist, conforme as principais operações, como segue:

Deficiências observadas no preparo das reconciliações bancárias por alguns CRO's.

Ausência de registros contábeis de parte das anuidades inscritas ou não na dívida ativa.

Falta de política de baixa/provisão de perdas e/ou cobrança dos créditos inscritos ou não na Dívida Ativa.

Falta de política de atualização dos cadastros dos membros dos CRO's.

Relevância observada no montante das anuidades a receber, dos últimos 05 anos, registradas ou não na contabilidade dos CRO's, aproximadamente R\$ Mil 103.000.

Falta de levantamentos e implantação de controle dos bens patrimoniais através do SISPAT/ROSFIL, conseqüentemente, o cálculo e a contabilização da depreciação.

Falta de adoção de práticas para contabilização das provisões para férias e adicional, encargos sociais e contingências trabalhistas e cívicas.

Falta de adoção de práticas para registros e controles dos almoxarifados e bens de consumo.

Diários encadernados sem o devido registro no órgão competente, ainda, pendente cerca de 37%

Ausência de implantação de plano de cargos e salários. Adoção por alguns CRO's, porém sem homologação junto ao Ministério do Trabalho.

Não observância integral pelos CRO's quanto à obrigatoriedade da apresentação das DCTF's.

Não cumprimento integral, em alguns casos, das disposições da Lei 8.666/93, quanto aos processos de compras e contratações realizados pelos CRO's.

Revisão das políticas adotadas pelos CRO's quanto às segregações de funções.

Nos Anexos e Apêndices encontra-se a Súmula dos Principais Assuntos e Levantamentos nos Relatórios de Auditoria Externa dos CRO's.

4.6 INDICADORES

Não foram desenvolvido indicadores.

5 - GOVERNANÇA

5.1 GOVERNANÇA

III – COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria, órgão executivo do Conselho Federal, é integrado por 4 (quatro) Conselheiros Efetivos, eleitos com mandato de 3 (três) anos, pelo Plenário, para o exercício dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro.

De 01 de Janeiro a 07 de dezembro de 2015, a Diretoria do CFO, ficou assim constituída:

Presidente: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
Vice-Presidente: Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira
Secretário-Geral: Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior
Tesoureiro: Rubens Côrte Real de Carvalho

De 08 a 31 de dezembro de 2015, a Diretoria do CFO, ficou assim constituída:

Presidente: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
Vice-Presidente: Ermensson Luiz Jorge
Secretário-Geral: Eimar Lopes de Oliveira
Tesoureiro: Juliano do Vale

IV – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Diretoria Executiva

Consultoria Jurídica e Procuradoria Jurídica

Gerencia Administrativa

1.2.1 Protocolo

1.2.2 Serviços Gerais

1.2.3 Recepção

1.2.3 Telefonistas

Gerencia de Tecnologia da Informação

Setor de Registro

Setor de Especialidades

Gerencia Financeira

1.6.1 Cobrança

1.6.2 Tesouraria

Setor de gráfica

Setor de Pessoal

Setor Compras e Serviços

Gerencia Contábil

1.10.1. Patrimônio

1.10.2. Contabilidade

1.10.3. Almoxarifado e Arquivo

V – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

A Comissão de Tomada de Contas é um órgão assessor do Plenário de caráter consultivo e fiscal.

Integram a Comissão de tomada de Contas 3 (três) Conselheiros eleitos pelo Plenário, em escrutínio secreto, por maioria de votos.

De 1º de janeiro a 07 de dezembro de 2015, integraram a Comissão de Tomada de Contas os seguintes Conselheiros:

- Benicio Paiva Mesquita	Presidente
- Ericson Leão Bezerra	Membro
- José Ricardo Dias Pereira	Membro

De 08 a 31 de dezembro de 2015, integraram a Comissão de Tomada de Contas os seguintes Conselheiros:

- Paulo Sérgio Moreira da Silva	Presidente
- Messias Gambôa de Melo	Membro
- Eduardo Sakai	Membro

5.2 DIRIGENTES

Dirigente:	Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
CPF:	065.541.211-53
Cargo:	Presidente
Registro Profissional:	CD 1201
Entidade:	Conselho Regional de Odontologia do Mato Grosso do Sul
Ato de designação:	Decisão CFO-58/2012
Data do Ato de designação:	07/12/2012
Data inicial do mandato:	08/12/2012
Data final do mandato:	07/12/2018
Informações adicionais	Registrado 5º Ofício de Titulos e Documentos 883425 RCPJ 164816
Dirigente:	Rubens Corte Real de Carvalho
CPF:	199.221.758-00
Cargo:	Tesoureiro
Registro Profissional:	CD 8261
Entidade:	Conselho Regional de Odontologia de São Paulo
Ato de designação:	Decisão CFO-58/20121
Data do Ato de designação:	07/12/2012
Data inicial do mandato:	08/12/2012
Data final do mandato:	07/12/2015
Informações adicionais	Registrado 5º Ofício de Titulos e Documentos 883425 RCPJ 164816
Dirigente:	Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira
CPF:	071.080.014-20
Cargo:	Vice-Presidente
Registro Profissional:	CD 721
Entidade:	Conselho Regional de Odontologia da Paraíba
Ato de designação:	Decisão CFO-58/2012
Data do Ato de designação:	07/12/2012
Data inicial do mandato:	08/12/2012
Data final do mandato:	07/12/2015
Informações adicionais	
Dirigente:	Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior
CPF:	285.401.584-34
Cargo:	Secretário-Geral

Registro Profissional: CD 375
Entidade: Conselho Regional de Odontologia de Tocantins
Ato de designação: Decisão CFO-58/2012
Data do Ato de designação: 07/12/2012
Data inicial do mandato: 08/12/2012
Data final do mandato: 07/12/2015
Informações adicionais Registrado 5º Ofício de Titulos e Documentos 883425 RCPJ 164816

Dirigente: Ermensson Luiz Jorge

CPF: 449.353.409-59

Cargo: Vice-Presidente

Registro Profissional: CRO-PR-3493

Entidade: Conselho Regional de Odontologia do Parana

Ato de designação: ATA de Posse da Diretoria

Data do Ato de designação: 08/12/2015

Data inicial do mandato: 08/12/2015

Data final do mandato: 07/12/2018

Informações adicionais

Dirigente: Juliano do Vale

CPF: 451.715.301-06

Cargo: Tesoureiro

Registro Profissional: CRO-TO-539

Entidade: Conselho Regional de Odontologia do Tocantis

Ato de designação: Ata de Eleição da Diretoria

Data do Ato de designação: 08/12/2015

Data inicial do mandato: 08/12/2015

Data final do mandato: 07/12/2018

Informações adicionais

Dirigente: Eimar Lopes de Oliveira

CPF: 466.662.494-53

Cargo: Secretário-Geral

Registro Profissional: CRO-RN-1352

Entidade: Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte

Ato de designação: Ata de Eleição da Diretoria

Data do Ato de designação: 08/12/2015

Data inicial do mandato: 08/12/2015

Data final do mandato: 07/12/2018

Informações adicionais

5.3 AUDITORIA

Os atos e fatos financeiros e econômicos ocorridos no exercício de 2015 encontram-se classificados de acordo com o novo plano de contas em vigor, que está em consonância com as novas diretrizes orçamentárias e contábeis estabelecidas nas Resoluções do CFC e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, que foi resultante do decreto 6976/2009 e parte pela Lei 4.320/64, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, espelhando os lançamentos dessa classificação, devendo ser transcritos no Livro Contábil Diário 2015 ainda não registrado.

O Livro Diário será registrado no Cartório de Títulos e Documentos no Rio de Janeiro, sendo numerado, datado e receberá assinatura do Presidente da Entidade Dr. Ailton Diogo Morilhas Rodrigues, CD, do Tesoureiro Juliano do Vale, CD e do Contador Responsável Técnico Contábil Márcio da Silva Marcellino CRC/RJ 091.904/O-8.

Para análise e conferência do Balanço Patrimonial e o Balanço Financeiro do Conselho Federal de Odontologia levantado em 31 de Dezembro de 2015 e as demonstrações das variações patrimoniais, do comparativo da receita e do comparativo da despesa empenhada, liquidada e paga para o período de doze meses, findo naquela data, procedemos à verificação do Livro Razão com a documentação apresentada em forma de processos e razões auxiliares do Patrimônio, Setor de Pessoal e Setor de Tesouraria SEF 001 a 504.

O CFO organiza sua documentação Contábil em forma de processos, seguindo o padrão do Código de Processo Civil, numerados, e durante nossas análises encontramos processos sem numeração e com pendências de ordem administrativa.

Foi efetuado o rateio parcial para os CRO's, das despesas imputadas ao CFO, como auxílio de serviços contábeis.

O aumento do imobilizado é proveniente de aquisições no exercício de material permanente.

O regime Contábil adotado pela entidade está em observância às novas diretrizes orçamentárias e contábeis estabelecidas nas Resoluções do CFC e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, que foi resultante do decreto 6976/2009 e parte pela Lei 4.320/64, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As informações estão nos anexos e Apêndices.

5.4 APURAÇÕES

Descrição da execução das atividades de correção, principais eventos apurados e as providências adotadas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS DO CFO

NOTA TÉCNICA 2015

JUSTIFICATIVA

A CTC – Comissão de Tomada de Contas do Conselho Federal de Odontologia foi eleita e tomou posse em 08 de Dezembro de 2015, cabendo-lhe as ações de emissão, para consideração e julgamento do Plenário, nos balancetes e processos de tomada de contas do Conselho Federal, fazendo referência expressa aos resultados das seguintes verificações: (a) recebimento das rendas integrantes da receita, (b) regularidade do processamento e documentos comprobatórios da outorga ou recebimento de legados, doações e subvenções, (c) regularidade do processamento de aquisições, alienações e baixas dos bens patrimoniais e (d) regularidade dos documentos comprobatórios das despesas pagas e, complementando, requisitar ao Presidente todos os elementos que julgar necessários para o completo e perfeito desempenho de suas atribuições, inclusive assessoramento técnico.

Ao tomar posse, a CTC do CFO, em sua primeira reunião, decidiu, visto ser sistema, sanar as pendências referentes às análises das contas da Autarquia, a saber: (a) primeiro (com análise da CTC anterior com parecer recomendando aprovação), segundo (situação idêntica ao primeiro trimestre), terceiro e quarto trimestres de 2013, (b) primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre de 2014 e primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre de 2015, além de se comprometer a estabelecer, em seguida, calendário anual para análise das contas de 2016. A decisão da CTC de iniciar por 2015 prende-se ao fato de atualizarmos os exames das contas afim de entrarmos, com celeridade, nas análises das contas do exercício em curso.

Os anos de 2013 e 2014, por estarem sob a égide do TCU e MPF, terão que ser objeto de uma análise mais demorada e profunda. Em razão dessas premissas, optamos, pelo critério já aludido iniciar por 2015, objetivando evitar acúmulo de trabalhos em atraso.

À luz dessa compreensão e estabelecidas tais metas, iniciaram-se os trabalhos pelo citado

ano e, atos contínuos, serem procedidas as análises dos anos pretéritos ao ano objeto do início dos trabalhos avaliativos.

Por se tratar de situação atípica ao modelo pré-estabelecido que preconiza as avaliações das contas nos anos em tela dentro do próprio exercício, atípica também passou a ser a atuação da CTC que teve que trabalhar durante várias semanas, na Sede do CFO do Rio de Janeiro – por deter o arquivo dos processos contábeis, para ter acesso a todo o arsenal documental, ouvindo os técnicos responsáveis pelas áreas pertinentes, a saber: superintendência executiva, gerência contábil e financeira e de auditoria interna.

Com tal suporte técnico e à luz do manuseio de todos os processos físicos do exercício de 2015, procedeu-se a consecução do trabalho, resultado que ora apresentamos ao Plenário do Conselho Federal para as devidas análises e ponderações, buscando, se convier aos pares, a aprovação dos presentes pareceres da CTC, ancorados e ilustrados por esta Nota Técnica.

METODOLOGIA

A Comissão de Tomada de Contas reuniu-se à guisa de calendário de trabalho

previamente elaborado e aprovado por seus membros, iniciando suas atividades pelo manuseio de todos os processos físicos de pagamentos e afins, objetivando gerar um documento fidedigno, que espelhasse a realidade do exercício financeiro de 2015. As reuniões de trabalho contaram, além dos membros da CTC, com as participações do Superintendente Executivo do CFO e do Gerente Contábil e Financeiro, além do Auditor Interno. Logo ficou acordado, por decisão da Comissão, que, diferentemente de procedimentos pretéritos, a área técnica contábil, financeira e de auditoria emitiriam seus pareceres que se submeteriam ao crivo da CTC quando da elaboração de seus pareceres e relatórios. Tal medida asseguraria um resultado mais consubstanciado, visto que os membros da CTC serem cirurgiões-dentistas, sem formação nas áreas fins.

Há de se reconhecer que devido à atipicidade das questões temporais, ou seja, análise de contas semestrais de ano já vencido, o modelo final adotado de apresentação também seria resultante dessa situação, posto inusitado.

RESULTADOS

O trabalho ancorou-se nos seguintes pressupostos: (1) análise física de todos os processos de 2015 (2) estudo apurado de processos de contratação de serviços (3) evidenciação de critérios de economicidade (4) respeito às orientações emanadas do TCU (5) avaliação de atos internos do CFO no que concerne à sua rotina administrativa e (6) proposição de ressalvas com suas consequentes recomendações para as necessárias correções, evitando dessa forma, desperdícios, repetição de passos, convulsão do sistema e fragilização de potencial e valores técnicos.

Como referenciado em exposição acima, a CTC, devido – repetimos (grifo nosso) - à atipicidade do modelo e formato do trabalho então executado, apresentamos os resultados abaixo, como resultante das verificações efetuadas. As ressalvas elencadas a seguir, compõem um quadro que para se fazer completo e factível, vai lastreada por recomendações à Diretoria do Conselho Federal de Odontologia, com o único e mais verdadeiro objetivo: sanar vícios de gestão, sem caracterizar má fé ou dolo.

RESSALVA 1 – Ao procedermos a análise isenta e criteriosa de contratos de prestação de serviços, chamou-nos a atenção o que se refere à terceirização de mão-de-obra para atender demandas da Autarquia. Detectamos, na nossa ótica, a título de exemplo, que o referido contrato com a JJC, para atender a então Sede do Rio de Janeiro, ultrapassou os limites da economicidade, vez que envolveu a contratação de outros serviços que não deveriam ser objetos desse contrato, tais como: (a) manutenção de aparelhos de ar condicionado; (b) serviços de jardinagem e poda de árvores do prédio onde funcionou a Gráfica do CFO, no bairro da Tijuca (RJ), atualmente em vias de alienação. Concluímos que poderão existir outros contratos que serão alvo de análise mais detalhada, visto terem sido formalizados em períodos ainda a serem analisados.

RECOMENDAÇÃO: Com a transferência da CFO para sua Sede própria em Brasília, recomendamos à Diretoria que seja realizada concorrência para terceirização de mão-de-obra, se necessária, apenas para os níveis básicos da administração, tais como: telefonia, portaria, office boy e limpeza.

RESSALVA 2–Na análise dos gastos com passagens aéreas de funcionários, conselheiros e membros de comissões, avaliamos que tal custo representa significativo impacto na vida financeira da Autarquia. É mister destacar, para que não paire nenhuma dúvida acerca da pertinência desses gastos, que sem os referidos deslocamentos assegurados pelo Sistema, não haveria como viabilizar a rotina exigida pelo CFO. No entanto, iniciativas podem ser tomadas para garantir certo grau de economicidade bastante interessante para a saúde financeira da instituição.

RECOMENDAÇÃO: Partindo das ponderações exaladas na ressalva acima, recomendamos

à Diretoria que seja promovida a emissão imediata das passagens tão logo sejam confirmados os eventos, uma vez que pelo sistema de aquisição de passagens pelas empresas aéreas nacionais, a antecipação das referidas compras asseguram preços menores. Essa iniciativa, por certo e à luz do exposto, gerará uma boa dose de redução dos custos nesse item.

RESSALVA 3 – Um dos temas supostamente mais sensíveis da rotina administrativa e financeira do CFO é a que se refere à concessão de diárias para conselheiros, funcionários, membros de comissões e afins. Estudos detalhados e comparativos nos levaram a uma situação onde por vezes determinado membro do CFO teria feito jus a um número supostamente exorbitante de diárias, ultrapassando até o limite de dias que compõem um mês. Um leitor menos preparado de tal quadro, ou até de má fé para proceder tal análise, certamente restaria com a imagem de pagamentos indevidos. Como a missão da CTC é a de buscar elucidação para temas suscetíveis a avaliações por vezes equivocadas, cuidamos em nos ater aos mínimos detalhes para chegarmos à verdade dos fatos, o que de resto, preservará honras pessoais e sistemas de gestão. O que se constatou como resultado desse apurado trabalho de análise referente ao exercício de 2015, é que o número de diárias concedidas a uma pessoa em determinado mês, por exemplo, não se referia às diárias daquele mês e sim à soma de diárias de meses pretéritos, que não foram efetuadas/pagas na data correta, gerando uma distorção que terminaria por expor, de maneira injusta, o beneficiário. Ressalte-se, por necessário, que todos os processos de concessão de diárias foram analisados e encontram-se justificados.

RECOMENDAÇÃO: Para correção de tais distorções evidenciadas sobre tal tema, recomendamos à Diretoria que oriente, através de seus instrumentos administrativos, à Tesouraria para que seja mais ágil no pagamento das diárias, evitando o acúmulo de pagamentos em único mês, referentes a outros, bem como isentando o beneficiário da concessão da avaliação perversa/maldosa de que estaria recebendo diárias indevidas, o que não se configurou nas nossas análises.

RESSALVA 4 – Ao nos depararmos com algumas questões críticas de gestão, que não configura má fé ou ato de improbidade, constatamos que muitas dessas situações aconteceram porque o corpo funcional da Autarquia carece de aperfeiçoamento dos conhecimentos para desenvolvimento adequado de suas funções, gerando um ambiente de convulsão gerencial e fragilidade nos mecanismos de controle e avaliação.

RECOMENDAÇÃO: À luz de nossas avaliações, recomendamos à Diretoria a elaboração de uma agenda contínua e perene de investimento na capacitação do corpo funcional do CFO, dotando-os de conhecimentos modernos de gestão de uma instituição do porte desse Conselho. Tal investimento, ao invés de parecer gasto, representará uma importante ferramenta que possibilitará a geração de uma equipe mais preparada, mais atenta e com maior capacidade de estancar vícios e perdas.

CONCLUSÃO:

Findo o trabalho da CTC referente à análise das contas do exercício de 2015 do Conselho Federal de Odontologia, resta-nos a certeza do cumprimento de nossa missão, sobretudo por reconhecermos a grandiosidade do Sistema Conselhos e por desejarmos ser instrumentos de trabalho para que o CFO ultrapasse as dificuldades passadas e vividas até aqui e, corrigindo suas distorções – pois inerente à toda grande instituição –, possa vivenciar dias nos quais sua gestão se lastreie na fidedignidade desejada e finalmente atingida.

Tendo em vista o que foi examinado, discutido e relatado, OPINAMOS pela Aprovação das Contas do exercício de 2015, observadas as ressalvas emanadas nesta Nota Técnica.

Por fim, sugerimos que sejam submetidos ao Plenário os pareceres da CTC anterior concernentes ao primeiro e segundo trimestres de 2013, já analisados e ambos com sugestão para sua aprovação, inclusive com respaldo técnico da Gerência Contábil Financeira do CFO na pessoa do Senhor Luciano de Mendonça Costa e do Auditor Interno da Autarquia, o Senhor Luiz Alberto Pereira

Roque, para sanar deficiências administrativas ocorridas no período.

ANEXOS: Relatórios do primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2015.

Rio de Janeiro (RJ), 17 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO MOREIRA DA SILVA, CD

PRESIDENTE

MESSIAS GAMBÔA DE MELO, CD

MEMBRO

EDUARDO SAKAI, CD

MEMBRO

Informações adicionais

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, REALIZADA
EM 17 DE MAIO DE 2016, NO RIO DE JANEIRO

Av. Nilo Peçanha, 50 - Conj. 2316 – Centro

20.020-906 - Rio de Janeiro - RJ

Tel: (21) 2122-2200 - Fax: 2122-2229

E-mail: cfo@cfo.org.br / Site: www.cfo.org.br

Às nove horas do dia dezessete de maio de dois mil e dezesseis, no escritório 1 do Conselho Federal de Odontologia, situado na Avenida Nilo Peçanha, número cinquenta, conjunto dois mil trezentos e dezesseis, no Rio de Janeiro, cumprindo as atribuições do Regimento Interno da Autarquia, reuniram-se os membros da CTC - Comissão de Tomada de Contas do CFO, o presidente, Paulo Sérgio Moreira da Silva; e, Messias Gambôa de Melo. Por motivo de força maior, não pode comparecer o membro Eduardo Sakai. A Comissão contou com o assessoramento do superintendente-executivo, Antônio Márcio Coimbra. Em face de decisão tomada quando da sua primeira reunião, a Comissão de Tomada de Contas do CFO, analisando primeiramente as contas do ano de 2015, emitiu para análise e ponderações do plenário do Conselho Federal, nota técnica, na qual apresentou justificativa, metodologia e resultados, com ressalvas e recomendações. Todos os quatro trimestres do exercício de 2015, após profunda análise de todos os documentos contábeis, mereceram pareceres distintos, os quais, assim como a nota técnica, passam a integrar esta ata. Em seguida, a Comissão deliberou pela emissão de cópias da referida nota técnica e dos pareceres para encaminhamento aos membros do plenário do Conselho Federal de Odontologia.

16 Finalizando, a CTC opina pela aprovação das contas do exercício de 2015 e sugere a
17 apreciação dos pareceres referentes ao primeiro e segundo trimestres de 2013 emitidos
18 pela Comissão de Tomada de Contas anterior em seu pleno exercício, ambos opinativos pela
19 aprovação dos trimestres em questão, ambos aprovados com respaldo técnico da Gerência
20 Contábil Financeira do CFO nas pessoas dos Senhores Luciano de Mendonça Costa e do
21 Auditor Interno da Autarquia, o Senhor Luiz Alberto Pereira Roque. Não havendo mais nada
22 a ser tratado, o presidente da Comissão de Tomada de Contas, Paulo Sérgio Moreira da
23 Silva, declarou encerrada a reunião às vinte horas. Para constar, foi lavrada a presente ata a
24 qual vai assinada pelos participantes natos. Rio de Janeiro (RJ), dezessete de maio de dois
25 mil e dezesseis.

PAULO SÉRGIO MOREIRA DA SILVA, CD

PRESIDENTE DA COMISSÃO

MESSIAS GAMBÔA DE MELO, CD

MEMBRO DA COMISSÃO

AMC/

Foram editadas normas para Diárias, passando a ser exigidos relatório de viagem e supenso reembolso.

5.5 GESTÃO RISCOS

Não foi desenvolvido.

5.6 REMUNERAÇÕES

Dirigente:	Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
Cargo:	Presidente
Tipo de Remuneração:	Diárias, Jetons e Ajuda de Custo
Valor total no exercício:	R\$ 158.042,50
Informações adicionais:	
Dirigente:	Rubens Corte Real de Carvalho
Cargo:	Tesoureiro
Tipo de Remuneração:	Diarias
Valor total no exercício:	R\$ 165.704,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira
Cargo:	Vice-Presidente
Tipo de Remuneração:	Diarias
Valor total no exercício:	R\$ 51.744,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior
Cargo:	Secretário-Geral
Tipo de Remuneração:	Diarias
Valor total no exercício:	R\$ 133.364,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Ermensson Luiz Jorge
Cargo:	Vice-Presidente
Tipo de Remuneração:	Diarias
Valor total no exercício:	R\$ 5.390,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Juliano do Vale
Cargo:	Tesoureiro
Tipo de Remuneração:	Diarias
Valor total no exercício:	R\$ 5.390,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Eimar Lopes de Oliveira
Cargo:	Secretário-Geral
Tipo de Remuneração:	Diarias
Valor total no exercício:	R\$ 4.620,00
Informações adicionais:	

5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE

ANEXO VI - Esclarecimentos a Respeito Auditoria Externa - Informações sobre a Contratação da Empresa de Auditoria Externa - Vide anexo do tópico 5.7 na sessão 11

ANEXO VII - Relatório de Auditoria CROs - Sumário - Vide anexo do tópico 5.7 na sessão 11

6 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO

ANEXO VIII - Canais de Acesso do Cidadão - Portal da Transparência Pública do CFO - Vide anexo do tópico 6.1 na sessão 11

6.2 PESQUISA SATISFAÇÃO

Não é elaborado.

6.3 TRANSPARÊNCIA

ANEXO IX - Canais de Acesso do Cidadão - Portal da Transparência Pública do CFO - Vide anexo do tópico 6.3 na sessão 11

6.4 ACESSIBILIDADE

Não foi elaborado programa de acessibilidade.

7 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 ORÇAMENTO

ATIVO CIRCULANTE R\$ 6.857.119,82

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representa os recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Incluem contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, e está demonstrada ao valor de realização, incluindo conforme aplicável aos rendimentos e as variações monetárias auferidas e representam em 31/12/2015 R\$ 1.405.492,64. Destes R\$ 475.955,07 são de valores constantes nas diversas contas de cobrança do Bradesco de titularidade do CFO e nomenclatura do CRO, referentes a arrecadação deste banco a repassar.

Demais Créditos e valores a curto prazo.

Os créditos apresentados representam valores de empréstimos a regionais sendo, R\$ 100.000,00 ao CRO Alagoas conforme demonstrado no processo 411/2010, R\$ 2.500.000,00 ao CRO Minas Gerais conforme processo 322/2013 e R\$ 258.000,00 referente ao processo 445/2013. Há na conta 1.1.3.3.3.08 o saldo de R\$ 289.794,74, referente a depósito judicial consignado ao INSS, processo 00327875920134025101, relativo a contestação de pagamento sobre verbas indenizatórias da folha de pagamento. Há ainda, na conta 1.1.3.3.3.09, débito do CRO São Paulo, relativo a repasse não efetuado dos meses 07 a 12/2015, com saldo em 31/12/2015 em R\$ 1.863.244,86.

Estoques.

O almoxarifado está demonstrado ao custo médio ponderado e corresponde a itens de materiais de consumo que se encontra em nosso estoque que em 31/12/15 representa 354.789,89.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Os investimentos e imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção. Não houve a depreciação dos ativos que sofrem tal incidência nem reavaliação ao valor justo de mercado, visto que o Sistema patrimonial deverá ser adequado para receber tal procedimento.

Os valores representativos de bens móveis e imóveis, ao fim do exercício supracitado foram de R\$ 1.763.487,25 e 23.243.653,09 respectivamente.

Registra esta conta os bens e benfeitorias dos imóveis, veículos, móveis e utensílios que compõem e são necessários ao funcionamento do Conselho Federal de Odontologia:

Bens Móveis	R\$ 1.763.487,25
Bens Imóveis	R\$ 23.067.783,45
Titulos e Ações	R\$ 47.812,47
Total	R\$ 24.879.083,17

Informamos que as contas do permanente não sofreram depreciações nos exercícios anteriores.

PASSIVO CIRCULANTE

Grupo representativo das obrigações do CFO em 31/12/2015.

Obrigações	R\$	458.665,83
Emprest. e Financ. a Curto Prazo	R\$	1.000.000,00
Provisões a Curto Prazo	R\$	289.794,74
Demais Obrigações CP	R\$	9.245.411,32
Total	R\$	10.993.871,89

Consignações:

Estão evidenciadas as provisões trabalhistas consignadas ao decorrer do exercício, sendo o saldo de R\$ 458.665,83 referentes ao INSS e IRRF relativo aos meses 11 e 12/2015.

Empréstimos e Financiamentos:

Consta o saldo na conta 2.1.2.2.1.01 no valor de R\$ 1.000.000,00, referente a empréstimo tomado junto ao CRO Rio de Janeiro para despesa de custeio, conforme processo 431/2015.

Provisões a Curto Prazo:

Saldo de R\$ 289.794,74, relativo a provisão para pagamento de INSS, contrapartida da conta 1.1.3.3.3.08.

Saldo de R\$ 9.000.000,00 referente a restos a pagar a Sociedade Incorporadora Sorrento Ltda, relativo a aquisição de imóvel sede do CFO no Distrito Federal, processo 588/2014.

Saldo de R\$ 203.229,92 referente a saldo de cobrança Bradesco a repassar aos CRO's em 31/12/2015.

PATRIMONIO LIQUIDO

Patrimônio Líquido do CFO R\$ 20.742.331,10.

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente e, é composto atualmente pelas contas Patrimônio Social e Resultados Acumulados. Até 31/12/2011, o saldo era composto pela conta ativo real líquido. Com as alterações contábeis já descritas anteriormente, o saldo resultante da conta ativo real líquido, passa em 02/01/2012 a ingressar na conta Patrimônio Social, ao valor de R\$ 19.047.799,57. Já o superávit a partir de então encerra em 31/12/2015 o saldo de R\$ 1.694.531,53.

02 – DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As variações Aumentativas correspondem:

Transferências Correntes (de 1/3, das receitas de anuidades dos CROs).
Receitas de Serviços;
Receitas Financeiras;
Valorização e Ganhos com Ativos;
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

Variações Aumentativas R\$ 41.067.606,62

As Variações Diminutivas correspondem:

Pessoal e encargos;
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo;
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras;
Desvalorização e Perdas de Ativos;
Tributárias;
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.

Variações Diminutivas R\$ 34.189.900,49

Resultado Patrimonial – Superávit do exercício R\$ 6.877.706,13

A escrituração das receitas e das despesas é realizada pelo regime misto, ou seja, de caixa para a receita e competência para a despesa. Ressalta-se que não foi adotada neste exercício a metodologia proposta pelo manual MCASP para a escrituração da receita, visto que a dívida ativa necessita de adequação a norma, no que tange a descrição da informação fornecida pelo sistema de TI do CFO, bem como a necessidade de estudos relativos a forma de contabilização.

O CFO encerrou o exercício 2015 com uma variação aumentativa de R\$ 41.067.606,62 (quarenta e um milhões, sessenta e sete mil, seiscentos e seis reais e sessenta e dois centavos) e as variações diminutivas totalizaram R\$ 34.189.900,49 (trinta e quatro milhões, cento e oitenta e nove mil, novecentos reais e quarenta e nove centavos.)

A entidade obteve no período apurado, um superávit patrimonial de R\$ 6.877.706,13 (seis milhões, oitocentos e setenta e sete mil, setecentos e seis reais e treze centavos).

No mesmo período, o CFO registrou um superávit orçamentário da ordem de R\$ 8.979.982,27 (oito milhões, novecentos e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos).

Pelo exame realizado na documentação comprobatória das despesas, constatamos que foram cumpridas em parte as formalidades legais, fiscais e estatutárias, estando a classificação contábil de acordo com o plano adotado pelo CFO.

03 – VIAGENS

As despesas de viagens foram a serviço do CFO, e a entidade publicou norma em Março/2015 instituindo relatório do trabalho realizado e o acompanhamento que comprovam a

utilização dos valores destinados pelo CFO.

Informamos que os valores estão contabilizados em diversas contas, como segue:

Diárias/Ajuda de custos	R\$ 1.829.905,00;
Passagens e Translado	R\$ 2.396.840,03

A entidade não mantinha controle sobre as diárias/passagens, não sendo anexado relatório com eventos e ticket de viagens e emite reembolso de despesas para beneficiários das diárias. Entendemos que a falta de justificativa e aplicação adequada das mencionadas verbas implica em devolução de numerários relativos ao reembolso/diárias recebidas.

A partir de Março/2015 foi instituído relatório de viagem com o devido comprovante de utilização da passagem aérea.

A partir de 11/02/2016, foi editada a Decisão 06/2016 que Suspende a restituição de despesas com alimentação e transporte.

A norma mencionado é a Portaria CFO 11/2015, editada em 04 de março de 2015.

As informações detalhadas estão nos Anexos e Apêndices.

7.2 NCASP

Conselho adotou as normas NCASP no exercício? **Parcialmente**

Justificativa

Justificativa: O CFO não executou a avaliação, o ajuste ao valor justo e a depreciação no exercício de 2014, com base nas normativas vigentes - STN Portaria 406/2011 alterada pela Portaria 828/2011.

A motivação da não adoção está pautada na falta de condições operacionais.

Foi programado para 2012 e 2013 a instalação e maturação do PCASP e treinamento e amadurecimento do novo sistema de Contabilidade e os procedimentos patrimoniais.

O ano de 2013 foi no sentido de treinamento e sedimentação dos procedimentos orçamentários e patrimoniais básicos, conforme preconiza a Portaria 406/2011.

No tocante ao Patrimônio será preparado o levantamento e inventario para se fazer o ajuste ao valor justo e posterior depreciação no exercício de 2015/2016.

No que se refere a Dívida Ativa, deverá também ser ativada e controlada contabilmente a partir do exercício 2015.

Dessa forma estamos buscando aperfeiçoar os procedimentos para podermos cumprir o que preconiza as Resoluções do CFC e o MCASP.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo

Não implementado.

Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

Não implementado.

Taxas utilizadas para os cálculos

Não implementado.

Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Não implementado.

Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício

Não implementado.

Informações adicionais

7.3 APURAÇÃO CUSTOS

O Conselho Federal de Odontologia ainda não tem desenvolvido e implantado um sistema de gestão por custos.

7.4 DEMONSTRAÇÕES

Nome	Descrição
Balanço Financeiro.pdf	Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário.pdf	Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial.pdf	Balanço Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

ANEXO X - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Vide anexo do tópico 7.4 na sessão 11

ANEXO XI - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Vide anexo do tópico 7.4 na sessão 11

ANEXO XII - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Vide anexo do tópico 7.4 na sessão 11

ANEXO XIV - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Vide anexo do tópico 7.4 na sessão 11

ANEXO XIII - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das Variações Patrimoniais - Vide anexo do tópico 7.4 na sessão 11

8 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 GESTÃO DE PESSOAS

É adotado pelo CFO o regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nas relações de trabalho com seus empregados.

Os salários obedecem à tabela de cargos e salários definidos em Portaria emitida, constando também, promoções por merecimento e nomeação para cargos.

As gratificações das funções foram definidas pela Portaria CFO-DP-223 de 11/09/1996 e correspondem:

50% - Diretor Executivo, 30% - Chefe de Setor, 20% - Subchefe / Responsável de setor / Assessor de Diretoria

O CFO instituiu a Gratificação por Tempo de Serviço que corresponde a 1% ao ano de serviço prestado a entidade sobre o salário correspondente ao cargo conforme Portaria CFO-45 de 20/12/1986.

Importa esclarecer que a Portaria CFO nº 222 de 11/09/1996 inaugura a tabulação de cargos e salários no âmbito do Conselho Federal de Odontologia, ajustada posteriormente pela Portaria CFO-SP 01 de 18/02/2000 que hodiernamente encontra-se atualizada no endereço de nosso sítio da transparência (<http://transparenciacfo.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Relação-de-Cargos-e-Salários-Por-Area-LAI.pdf>).

O quadro funcional vem ao longo do tempo se movendo com base nas edições de outras portarias, como por exemplo, os exercícios de 2013, 2014 e 2015, conforme abaixo e disponível no endereço de nosso sítio da transparência (<http://transparenciacfo.org.br/recursos-humanos-portarias/>).

2013

Portaria CFO-SP nº 16 de 08/11/2013; Portaria CFO-SP nº 15 de 08/11/2013; Portaria CFO-SP nº 14 de 04/11/2013; Portaria CFO-SP nº 13 de 04/11/2013; Portaria CFO-SP nº 10 de 17/10/2013; Portaria CFO-SP nº 07 de 02/05/2013; Portaria CFO-SP nº 06 de 02/05/2013; Portaria CFO-SP nº 05 de 15/04/2013; Portaria CFO-SP nº 04 de 26/03/2013; Portaria CFO-SP nº 03 de 18/03/2014; Portaria CFO-SP nº 02 de 01/03/2013; Portaria CFO-SP nº 01 de 01/03/2013.

2014

Portaria CFO-SP nº 11 de 13/11/2014; Portaria CFO-SP nº 10 de 13/08/2014; Portaria CFO-SP nº 09 de 24/07/2014; Portaria CFO-SP nº 08 de 24/07/2014; Portaria CFO-SP nº 07 de 24/07/2014; Portaria CFO-SP nº 06 de 24/07/2014; Portaria CFO-SP nº 05 de 24/07/2014; Portaria CFO-SP nº 04 de 30/04/2014; Portaria CFO-SP nº 03 de 26/03/2014; Portaria CFO-SP nº 02 de 26/03/2014; Portaria CFO-SP nº 01 de 06/03/2014.

2015

Portaria CFO-SEC nº 29 de 17/12/2015 e Decisão CFO 35/2015 de 17/12/2015; Portaria CFO-SP nº 08 de 03/12/2015; Portaria CFO-SP nº 07 de 03/12/2015; Portaria CFO-SP nº 06 de 30/09/2015; Portaria CFO-SP nº 05 de 30/09/2015; Portaria CFO-SP nº 04 de 02/09/2015; Portaria CFO-SP nº 03 de 16/07/2015; Portaria CFO-SP nº 02 de 16/07/2016.

8.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

Força de trabalho da UPC

Introdução

As gratificações das funções foram definidas pela Portaria CFO-DP-223 de 11/09/1996 e correspondem: 50% - Diretor Executivo, 30% - Chefe de Setor, 20% - Subchefe / Responsável de setor / Assessor de Diretoria

Análise Crítica

Não temos análise.

Informações adicionais

As obrigações acessórias foram cumpridas pela Entidade.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	77	77	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	77	77	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	77	77	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	77	77	0	2

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	61	16
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	61	16
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	61	16
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	61	16

Detalhamento da estrutura da UPC

Introdução

Os salários obedecem à tabela de cargos e salários definidos em Portaria emitida, constando também, promoções por merecimento e nomeação para cargos.

As gratificações das funções foram definidas pela Portaria CFO-DP-223 de 11/09/1996 e correspondem:

50% - Diretor Executivo, 30% - Chefe de Setor, 20% - Subchefe / Responsável de setor / Assessor de Diretoria

O CFO instituiu a Gratificação por Tempo de Serviço que corresponde a 1% ao ano de serviço prestado a entidade sobre o salário correspondente ao cargo conforme Portaria CFO-45 de 20/12/1986.

Análise Crítica

Não tem análise crítica.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	65	65	0	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	65	65	0	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	65	65	0	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	12	12	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	12	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	77	77	0	2

Análise Crítica

Quantidade de servidores frente às necessidades da unidade

A quantidade de servidores atendem plenamente as necessidades da entidade.

Avaliação da distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim

Não temos métodos de avaliação.

Avaliação do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

Não temos métodos de avaliação.

Impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

Não temos métodos de avaliação.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas

Não temos métodos de avaliação.

8.1.2 DESPESA C/ PESSOAL

Despesas com Pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis						Despesas exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assist. e previd.	Demais despesas var.			
Membros de poder e agentes políticos										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2015	9.688.939,57	0,00	0,00	0,00	118.314,73	2.537.757,47	0,00	0,00	0,00	12.345.011,77
2014	9.530.256,36	0,00	0,00	0,00	161.268,95	2.342.878,56	0,00	0,00	0,00	12.034.403,87
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com órgão da unidade										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2014

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

8.1.3 GESTÃO DE RISCOS

A entidade elabora o PCMSO/PPRA e cumpri todas as determinações do plano.

a) A sigla PCMSO significa Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, segundo o subitem 7.2.1 da norma regulamentadora nº 07 do Ministério do Trabalho e Emprego, o PCMSO trata-se da parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais normas regulamentadoras;

b) A sigla PPRA significa Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. E conforme, o subitem 9.1.3 da norma regulamentadora nº 09 do Ministério do Trabalho e Emprego, trata-se da parte integrante do conjunto mais amplo das iniciativas da empresa no campo da preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais normas regulamentadoras, em especial com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO previsto na norma regulamentadora nº 07.

A entidade tem elaborado os referidos programas, atendendo dentro do período exigido nas normas regulamentadoras em tela. Sendo certo que os exames admissionais, demissionais e periódicos estão sendo tempestivamente efetuados e acostados aos arquivos pertinentes. E, no que concerne as avaliações dos riscos ambientais, os relatórios anuais emitidos pela empresa contratada para tanto, não vem apontando riscos.

Nesse sentido, por assim dizer, a entidade vem cumprindo o que preconiza tais normas regulamentadoras, bem como vem observando e acolhendo as orientações de cunho preventivo. Exemplo disso e o uso de equipamento de proteção individual para os colaboradores do seguimento de serviços de limpeza, ajustes nas iluminações das mesas etc.

8.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

Não tem temporarios.

8.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Gerência de Tecnologia do Conselho Federal de Odontologia

O presente documento tem, por principal objetivo, apresentar de forma clara e consolidada, as demandas em soluções tecnológicas apresentadas pelas Gerências e Setores do Conselho Federal de Odontologia.

Em reunião com a Gerência de Tecnologia da Informação do CFO, as Gerências de Administração, Contábil, Registro e Inscrição, além dos Setores de Compras, Passagens e Hospedagem, apresentaram os seus respectivos Documentos de Demandas. Nesses documentos são transcritas suas demandas por soluções em tecnologia da informação, considerando, prioritariamente, os seus principais objetivos estratégicos. São descritos, ainda, as motivação e os resultados a serem alcançados com as soluções propostas, além da indicação da previsibilidade da fonte de recursos financeiros.

Por fim, esse documento ainda possui a indicação do nome do funcionário que a representará na Equipe de Planejamento da Contratação.

A Instrução Normativa n.4 (IN-4) disciplina, em seu art.4, que todas as contratações de soluções na área de Tecnologia da Informação, devem ser, obrigatoriamente, precedidas de planejamento.

Esse planejamento deve ser elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, com o planejamento estratégico das áreas solicitantes e, principalmente, com o planejamento estratégico da Autarquia. Entretanto, no caso específico do Conselho Federal de Odontologia, não existe documento formal que expresse suas estratégias e de suas respectivas áreas. No entanto, dois outros documentos oficiais, fornecem as orientações necessárias a esse objetivo.

O primeiro deles, é o Regimento Interno do Conselho Federal de Odontologia. Devidamente aprovado pela Resolução CFO N° 34/2002 e publicado no DOU em 31/10/2002, seção 1, págs.183 a 189 e no DOU de 16/09/2003, retificação à pág. 116, seção 1, ele descreve o arcabouço organizacional das Gerências e Setores CFO. De forma complementar ao Regimento Interno, um segundo documento nos serve de orientador. É a Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia, devidamente aprovada pela Resolução CFO 63/2005. Por meio dessa Consolidação é possível transformar/traduz todo o arcabouço organizacional, instituído pelo Regimento Interno, em um compêndio de normas e procedimentos, de forma balizar e orientadora, que operacionalizam todos os procedimentos obrigatórios para o perfeito funcionamento das Autarquias (Conselhos de Odontologia, Federal e Regionais).

Por conseguinte, é importante ressaltar que, grande parte desse trabalho se balizou por esses dois documentos institucionais. não obstante a contribuição importante de outros tantos documentos oficiais, devidamente citados.

O CFO sempre demonstrou preocupação em possuir sistemas tecnológicos que pudessem gerir e garantir os seus processos de trabalho.

No começo eram sistemas simples para o gerenciamento do Cadastro Nacional da Odontologia. Entretanto, com o aumento do número de processos de trabalho executados pelos Conselhos de Odontologia, aliado a evolução da tecnologia e a intensão de sua área de TI em identificar objetivos de negócios a serem operacionalizados, se construiu o cenário ideal para o desenvolvimento de sistemas

integrados que suportem os principais processos de trabalho dos Conselhos de Odontologia.

Para retratar essa evolução alguns marcos importantes devem ser destacados, pois demonstram a preocupação e o comprometimento da Gerência de Tecnologia da Informação do CFO na busca de soluções e instrumentos que consubstancie seus trabalhos.

Um bom exemplo dessa iniciativa foi o Projeto de Interligação das Bases de Dados dos Conselhos de Odontologia, iniciada em 1999 e concluído em 2003, que produziu um grande avanço para a estruturação e para a disponibilização de sistemas informatizados que atendessem aos objetivos fins dos Conselhos de Odontologia. Esse projeto interligou, através de sistemas informatizados, todos os Conselhos de Odontologia em um único Sistema informatizado de Gestão, promovendo a padronização e a integração dos seus processos de trabalho e base de dados, agregando ganhos organizacionais significativos e importantes não só aos Conselhos de Odontologia, Federal e Regionais, mas à classe Odontologia, principalmente os profissionais e pessoas físicas registradas e inscritas.

Outras duas iniciativas, também merecem destaques. A primeira, foi a elaboração do Plano Diretor de Informática do CFO. Esse documento foi desenvolvido em parceria com a Fundação Vanzolini-USP-SP, e possuía como objetivo precípuo a avaliação da situação atual, projetar as necessidades de tecnologia da informação e comunicação e recomendar processo mais adequado para realizá-lo de forma a permitir a instauração de contínuas melhorias na área de tecnologia da informação do CFO. Ele é constituído por três documentos, a saber: 1) Diagnóstico da Situação Atual: É um documento que evidencia as principais falhas no uso da tecnologia da informação e suas causas potenciais, bem como os pontos fortes atendidos até o momento da elaboração; 2) Plano Diretor de Informática: É o documento que contém as estratégias fundamentais de gestão e uso da informática e são orientadas para a adoção das novas tecnologias da informação e modernização dos sistemas de informação; 3) Plano de Ação: É o documento que propõem as principais ações gerencial-operacionais necessárias a elaboração dos projetos de implantação das melhorias indicadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação. A segunda iniciativa foi o Projeto de Levantamento e Proposta de Atualização da Arquitetura Corporativa dos Conselhos de Odontologia. Também através de uma nova parceria com a Fundação Vanzolini-USP-SP, essa ação pautou-se pelo levantamento e mapeamento da atual situação das operações em nível regional e federal, proporcionando uma visão clara da execução de todos os processos fim dos Conselhos de Odontologia.

AS DEMANDAS

Em reunião com a Gerência de Tecnologia da Informação do CFO, as Gerências de Administração, Contábil, Registro e Inscrição, além dos Setores de Compras, Passagens e Hospedagem, apresentaram os seus respectivos Documentos de Demandas por soluções em tecnologia da informação, considerando, prioritariamente, os seus principais objetivos estratégicos. Essas demandas são apresentadas e descritas, a seguir, evidenciando-se os seguintes aspectos, para as soluções propostas:

Fatores Motivacionais Orientadores;

Resultados a Serem Atingidos;

Requisitos Funcionais;

Indicação do Funcionário que a Representará na Equipe de Planejamento da Contratação; e,

Indicação da Previsibilidade da Fonte de Recursos Financeiros.

É importante ressaltar que os aspectos Motivações Orientadoras para as Soluções Propostas e

Resultados a Serem Atingidos com as Soluções Propostas, por possuírem as mesmas fundamentações para todas as áreas, serão citados apenas uma vez, de forma comum à todas as Gerências e Setores do CFO. Em relação aos demais aspectos a serem abordados, Requisitos Funcionais, Indicação do Funcionário que a representará na Equipe de Planejamento da Contratação e Indicação da Previsibilidade da Fonte de Recursos Financeiros serão descritos, independentemente, para cada uma das áreas apresentadas.

FATORES MOTIVACIONAIS ORIENTADORES:

Em consonância com os novos desafios organizacionais impostos aos Conselhos de Fiscalização Profissional, através de Normatizações governamentais (Ex: Acórdão 2666/2012) que afetam, diretamente, as áreas contábil e financeira dos Conselhos, estabelecendo normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas, torna-se necessário contribuir para a melhoria da gestão e do desempenho das respectivas áreas. Portanto, é necessário buscar melhorias que permitam alcançar esses objetivos e, sem dúvida, intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação é a melhor forma de proporcionar eficiência, eficácia e efetividade aos processos de trabalho, além de gestão e transparência.

O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CFO, em seu:

PRODUTO 01 – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, aponta as seguintes considerações a respeito da informatização e/ou sistemas informatizados da Gerência Financeira do CFO:

I. Item 6.3 - Principais Pontos de Melhoria na área de TI:

Item 6.3.11 - Antiguidade do MUMPS: “A antiguidade da plataforma MUMPS põe em risco a operacionalidade do sistema, a elaboração de novas funcionalidades e integração com as funcionalidades oferecidas pela computação moderna. Foi comentado que o sistema Solaris não pode ser atualizado para não comprometer o funcionamento do MUMPS. Além disso, existem poucos profissionais capacitados a trabalhar nesta plataforma”;

Item 6.4 – Principais Pontos de Melhorias – Demais Áreas:

Subitem 6.4.5 - Falta de Integração nos Processos de trabalho das atividades-meio: “Constatou-se a necessidade de “alinhamento” entre as políticas adotadas entre as atividades auxiliares e a integração entre os sistemas de informação que atendem estas atividades”;

Subitem 6.4.6 - Melhor Usabilidade nas telas do sistema: “Faltam interfaces sistêmicas mais amigáveis, como o uso de browser, impossibilidade decorrente da linguagem MUMPS”;

Subitem 6.4.16 - Duplicidade do sistema Financeiro: “Existem dois sistemas financeiros, o que causa transtorno, perda de segurança e atraso no registro das informações. O sistema financeiro desenvolvido internamente não dispõe de diversas funcionalidades e integração com o sistema contábil”;

Subitem 6.4.19 - Integração Contábil: “Constatou-se a necessidade da existência de integração entre o Sistema de Contabilidade com os seguintes Sistemas” – I - Sistema Financeiro; II - Sistema de Folha de Pagamento”;

Subitem 6.4.21 - Registro de pagamento de diárias de viagem para lançamento na GFIP: “Faz um controle a parte para o pagamento das diárias de viagem dos funcionários para lançamento na GFIP.

Este controle deveria ser automático”.

Em seu item CONCLUSÕES:

Subitem Sistemas de Informação: “Foi constatado que o Sistema Corporativo não cobre todos os processos de negócio (atividades-fim) e também processos auxiliares (atividades-meio) do CFO. Além disso, o Sistema Corporativo não está integrado aos demais sistemas existentes no CFO (ex. Contabilidade e RH). Foi constatada a falta quase que total de documentação técnica de sistemas de informação”;

PRODUTO 02 – PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO aponta as seguintes considerações a respeito da infraestrutura, informatização e/ou sistemas informatizados da Gerência Financeira do CFO:

Item Introdução: “Não obstante os esforços da GerTI em cumprir eficaz e eficientemente sua missão, traduzida na expressiva quantidade de funcionalidades do acervo computacional encontra-se diante de um problema de alta magnitude, que é o risco iminente de paralização total do Sistema de Informação Corporativo, devido a obsolescência tecnológica da plataforma computacional do CFO. A obsolescência tecnológica decorre da falta de um fluxo contínuo e obrigatório de investimentos em Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), fazendo com que as organizações substituam periodicamente parte considerável de seu acervo de computadores e sistemas de informação, acompanhando a evolução tecnológica e que pode ser explicada e comprovada pela famosa Lei de Moore; Além disso, diversas novas funcionalidades vem se fazendo necessárias para prover as exigências operacionais e táticas da comunidade de interesse do CFO, mas não é possível atendê-las, uma vez que a arquitetura computacional atual restringe tecnologicamente a sua implementação. Por outro lado, a crescente e ininterrupta demanda por soluções informáticas da categoria de profissionais de Odontologia através dos Conselhos Regionais, aliada à convergência informacional em curso no Brasil (um dos requisitos mais importantes do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal - PAC, 2008-2010) e consubstanciada pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) nas operações fiscais (SPED-FISCAL) e contábeis (SPED-CONTÁBIL), antecipam o “dead-line” da atual tecnologia de informação adotada pelo CFO e determinam a premência da elaboração deste Plano Diretor de Tecnologia da Informação. O que potencializa a gravidade da situação, é que o conhecimento desta tecnologia está restrito a poucas pessoas no CFO e, portanto, não pertence ao CFO. Esta incômoda situação faz com que o futuro próximo do Sistema de Informação CFO fique perigosamente dependente do conhecimento de poucas pessoas. Para agravar a situação, não existe no mercado profissionais com conhecimento suficiente desta tecnologia para qualquer modificação, caso o CFO venha a não contar com o trabalho das pessoas que dominam esta tecnologia. Quanto ao hardware utilizado existem ainda dois grandes riscos. O primeiro deles é que não existem mais servidores que suportam o sistema operacional MUMPS e o segundo, é que espera-se que os novos computadores passem a não mais suportar emulação de terminal para o MUMPS”;

Item 5.1 - Pontos de atenção identificados - Sistemas de Informação: “Foi constatado que o Sistema Corporativo não cobre todos os processos de negócio (atividade-fim) e também processos auxiliares (atividade-meio) do CFO. Além disso, o Sistema Corporativo não está integrado aos demais sistemas existentes no CFO (ex. Contabilidade e Recursos Humanos)”;

Item 6.1 - Premissas fundamentais: “O Sistema de Informação Corporativo deve ser construído com as seguintes características de tecnologia, banco de dados e arquitetura.”;

Tecnologia

A tecnologia a ser utilizada deve:

Ser padrão de mercado, isto é, já estar consolidada e estabilizada (livre de erros desconhecidos), ter uma comunidade significativa de usuários (practioners);

Ser capaz de incorporar as atualizações incrementais e as inovações tecnológicas;

Ser capaz de migrar para tecnologias mais modernas;

Ser genuinamente WEB, desenvolvida de acordo com as normas do W3C;

Respeitar diretrizes governamentais (e-PING e e-MAG);

Garantir evolução a longo prazo;

Garantir recursos de mobilidade;

Garantir independência das camadas de apresentação, repositório e da aplicação;

Permitir portabilidade entre diferentes plataformas computacionais;

Ter estrutura de Portal, permitindo uso de internet e intranet.

Banco de Dados

O Banco de Dados deve:

Ser relacional: respeitar todas as regras de integridade entidade-relacionamento;

Suportar dados não estruturados (textos, sons e imagens);

Ser robusto, tolerante a falhas, altamente confiável e padrão de mercado.

Arquitetura

A arquitetura deve:

Garantir portabilidade entre ambientes computacionais;

Suportar software livre, de acordo com as políticas do poder público da esfera federal;

Permitir a execução da camada de apresentação através dos browsers mais utilizados na Internet (ver Anexo 4).

Componentes de Software

Os componentes de software do Sistema de Informação Corporativo devem:

Ser construídos de acordo com Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS) do CFO;

Atender tanto quanto possível às exigências de Software livre;

Garantir portabilidade, isto é, ser executável em diferentes ambientes computacionais.

Sistemas de Informação

Os Sistemas de Informação devem:

Ser aderentes ao e-PING;

Atender às exigências do SPED fiscal e contábil.

Item 6.2 - Premissas de suporte – Coexistência de tecnologia: “O nível de qualidade atingido com a tecnologia atual é um fator extremamente positivo que garante ao GerTI uma mudança tecnológica segura e sob controle, propiciando que as decisões sempre privilegiem a qualidade em relação ao prazo. No entanto, a gestão da GerTI deve ter claro consigo que esta garantia é ao mesmo tempo um grave risco para o projeto, pois atrasos em demasia pode corroborar para a perda de confiabilidade do projeto por parte da gestão do CFO. Por esta razão, a gestão do GerTI deve dedicar boa parte de seu tempo para administrar a ansiedade natural face a liberação da nova tecnologia, bem como posicionar amiúde os diretores a respeito do andamento do projeto, bem como das estratégias adotadas para a implantação. Implantação gradual: A implantação do Sistema deve ser feita de forma gradual e

organizada, priorizando as funcionalidades de alto impacto e que sejam rápidas de serem implantadas junto a comunidade do Conselho de Odontologia, garantindo, no entanto, plena adequação com o atual Sistema de Informação Corporativo. O novo sistema deve garantir a reputação e o nível de qualidade atingidos pelo atual Sistema Corporativo, atentando para o cumprimento de todos os prazos e responsabilidades do CFO em relação à comunidade de Odontologia. Proatividade dos sistemas de Informação: A implantação deve atuar fortemente sobre a perda natural de produtividade que sempre ocorre na mudança de sistemas de informação através do comprometimento, envolvimento e treinamento adequados dos usuários de cada uma das funcionalidades implementadas. O novo sistema deve levar em conta também os aspectos ergonômicos priorizando aqueles que simplificam e agilizam a operação dos sistemas. Por outro lado, o novo sistema deve estimular a visão “processo” de cada funcionalidade, estimulando a participação ativa dos envolvidos no sistema. Redução da quantidade de papel em trânsito: A nova sistemática deve contemplar o uso de tecnologia de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) contribuindo para reduzir o trânsito de documentos em papel, priorizando sempre que possível o uso da versão eletrônica dos mesmos. Reputação frente a outros órgãos: O novo Sistema de Informação Corporativo deve manter a alta reputação que goza junto a Conselhos de outras categorias.

Item O PDTI-CFO – 7.1.3 - - Infraestrutura e Suporte: “Esta área deve continuar a cuidar de toda a infraestrutura computacional e de comunicação de dados a disposição da estrutura do CFO, de forma a garantir alto desempenho e disponibilidade dos servidores, banda de dados, cabeamento, computadores, equipamentos móveis e demais periféricos. Para que seja possível modificar a forma de trabalho desta área, o CFO deve avaliar fortemente a possibilidade de:”:

Terceirizar (em um Data Center) a hospedagem das informações corporativas: sistema de informação, site e emails;

Elaborar plano de contingência de sorte a minimizar os tempos de indisponibilidade;

Item O PDTI-CFO – 7.3 - Estruturação de processos da GerTI: “A atuação de GerTI deve ser organizada de forma a melhor e mais rapidamente atender às mudanças tecnológicas previstas. Para tanto, os processos das áreas operativas da GerTI, ou seja, Sistemas de Informação e Infraestrutura e Suporte, devem estar definidos, para que possam ser compreendidos e praticados de forma eficaz e eficientemente. As bases para a elaboração e descrição dos processos devem ser o dia-a-dia destas áreas, com o devido suporte dos termos de referência internacionais já citados. Os princípios sobre os quais estes processos devem ser modelados estão descritos a seguir e se referem a:

À Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas de Informação;

À Tecnologia de Informação;

À Arquitetura Computacional para os Sistemas de Informação Corporativos;

À Arquitetura Computacional para os Sistemas de Informação exclusivos do CFO;

À Arquitetura Computacional para o Portal e serviço de e-mail;

À Arquitetura Computacional para uso interno do CFO;

Aos Planos de Contingência;

Às comunicações de Solicitações dos órgãos usuários para a área de GerTI;

Aos padrões visuais dos Sistemas de Informação;

À integração ativa dos processos de trabalho do CFO aos Sistemas de Informação;

À gestão eletrônica dos documentos dos processos de negócios.

Item O PDTI-CFO – 7.3.1 - Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas de Informação: “Este conjunto de princípios garantirá unicidade, padronização e transferência de conhecimento tácito dos

profissionais para o CFO. Os objetivos básicos da metodologia são:”

Definir os procedimentos, atividades e atores envolvidos em cada etapa do Desenvolvimento de Sistemas de Informação, visando permitir que em qualquer uma dessas etapas do desenvolvimento de um sistema de informação o CFO possa contratar mão de obra externa qualificada sem nenhum comprometimento da eficácia e da qualidade do produto concebido;

Elaborar os modelos de documentação a serem observados para o desenvolvimento de sistemas de informação;

Definir os critérios que determinarão a obrigatoriedade de confecção de cada um dos artefatos inerentes ao desenvolvimento de sistemas de informação, visando a flexibilização da aplicação da Metodologia dependendo da complexidade e do tamanho do projeto a ser executado.

A metodologia deve considerar as seguintes premissas:

Orientação a objetos – padrão utilizado pelo mercado para desenvolvimento de sistemas de informação;

Desenvolvimento em camadas, respeitando camada de apresentação, negócio e persistência – visa possibilitar a portabilidade do sistema de informação para outras plataformas operacionais como também a independência de base de dados;

Deve-se garantir a interoperabilidade do sistema com qualquer outro aplicativo, seguindo os padrões preconizados: e-PING (ver Anexo 12); e-MAG (ver Anexo 13); e, No Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) fiscal e contábil.

A camada de apresentação deve respeitar as diretrizes do W3C;

Toda e qualquer regra de negócio deve estar explicitamente definida na camada de negócio;

Toda e qualquer regra de negócio deve ser implementada, preferencialmente, na forma de componente;

As regras de integridade do acervo de dados devem ser implementadas preferencialmente na camada de negócio (de acordo com o modelo de classe);

A camada de persistência deve ser garantir e apoiar as regras de integridade, considerando a possibilidade do armazenamento ocorrer de forma distribuída.

É recomendável a observância da prática de Gerência de Configuração no controle de todo acervo produzido.

Item O PDTI-CFO – 7.3.2 - Características para a escolha da Tecnologia de Informação: “A tecnologia de informação e de comunicação adotada deve conter recursos que permitam as seguintes funcionalidades / características:”:

Portabilidade entre os diversos ambientes operacionais;

Tecnologia Ajax ou equivalente;

Uso de Webservice;

Independência de banco de dados;

Armazenamento distribuído;

Processamento distribuído em tantos nodos quantos necessários, minimizando o overhead de cada nodo e maximizando o desempenho do sistema;

Possibilidade de agregar tecnologias de mobilidade.

Item O PDTI-CFO – 7.3.3-Arquitetura Computacional para os Sistemas de Informação Corporativos: “Recomenda-se que a infraestrutura computacional de suporte aos Sistemas de Informação Corporativos seja instalada em empresas especializadas neste tipo de serviço.”

Item O PDTI-CFO – 7.5.2-Estratégias possíveis para a continuidade do projeto de desenvolvimento do sistema Corporativo - Alternativa 4 – Formação de Uma Equipe Mista: ”É a alternativa mais indicada ao CFO:”:

Mescla as habilitações e talentos das equipes com experiência técnica (externa) e com experiência no negócio (interna). Desta forma, a falta de experiência em análise de negócio e outras disciplinas exigidas pela nova tecnologia da equipe interna são superadas ao longo do trabalho;

Preserva o conhecimento já gerado no Sistema Piloto, ao utilizar a mesma equipe externa;

Preserva a estrutura metodológica (forma de executar);

Reduz o risco do desenvolvimento, fazendo com que a gestão e a garantia de qualidade seja feita por terceiros;

Libera recursos internos para participação efetiva no processo, aprendendo fazendo;

Garante o aprendizado seguro e eficaz da equipe interna (aprender fazendo);

Permite uma gestão de custos de acordo com a agilidade exigida pelo CFO.

PRODUTO 03 – PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, aponta as seguintes considerações a respeito da informatização e/ou sistemas informatizados da Gerência Financeira do CFO:

Item 6.4 - Estratégia adotada para continuidade no Desenvolvimento do Sistema de Informação – “Após avaliação das quatro opções para a continuidade dos trabalhos de Desenvolvimento do novo Sistema Corporativo do CFO, indicadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação, optou-se pela alternativa 4 que consiste na formação de uma equipe mista de trabalho constituída por profissionais atualmente existentes na GerTI e por profissionais de mercado com experiência necessária nos diversos perfis necessários. Esta modalidade de trabalho irá propiciar a transferência de conhecimento necessário a atual equipe de TI para, quando da conclusão dos trabalhos, efetuar a necessária manutenção em todo acerto de TI gerado.”;

Hospedagem dos Sistemas de Informação – “A hospedagem dos sistemas de informação, tanto os sistemas aplicativos quanto as bases de dados devem ser hospedados em ambiente fora do CFO e, para tanto, recomenda-se utilizar os serviços de em empresas especializadas neste tipo de serviço, ou seja, operação dos recursos de tecnologia da informação (Application Service Provider – ASP).”.

A Gerência Financeira do CFO utiliza-se de um Sistema desenvolvido pela Gerência de Tecnologia da Informação. Trata-se do Sistema de Gerência Financeira. Apesar de contemplar as necessidades da Gerência, temos como fatores inviabilizadores, o fato de ele possuir pouca, ou quase nenhuma, interação com o Sistema de Contabilidade, o que obriga a digitação dos dados vulnerabilizando o processo em decorrência de erros de digitação e retrabalho. Outro fator negativo a ser considerado, é a pouca usabilidade que a linguagem MUMPS permite, o que dificulta o seu aprendizado e uso.

RESULTADOS A SEREM ATINGIDOS:

Informatização dos seus processos de trabalho, de forma aderente e interoperável, com as soluções de tecnologia adotadas na Gestão Contábil dos Conselhos de Odontologia;

Aumentar e otimizar os graus de automatização, reuso das informações, produtividade, validação, tempestividade na obtenção dos resultados, controle, gestão e confiabilidade dos processos de trabalho pertencentes as atividades meio do Conselho Federal de Odontologia, executados e custodiados pelas Gerência Financeira do Conselho Federal de Odontologia;

8.2.1 SISTEMAS

Informatização dos Processos de Negócio

O CFO possui um sistema corporativo que automatiza praticamente todos os processos de negócio previstos no Regimento Interno da organização e na Consolidação das normas, integrando o CFO aos Conselhos Regionais. O sistema implantado garante um alto nível de qualidade e confiabilidade da informação, estando alinhado as normas existentes.

Por outro lado, o processo de informatização demonstra a eficácia do esforço despendido por TI ao longo do tempo.

Ambiente Computacional

Devido ao fato do MUMPS ser uma plataforma de desenvolvimento considerada há algum tempo como obsoleta, o CFO corre riscos relevantes pelos seguintes fatos:

Falta de suporte;

Não poder atualizar o Sistema Operacional do servidor;

Não poder atualizar o servidor;

Não dispor de profissionais no mercado;

Não poder implementar novas funcionalidades que necessitem de uma tecnologia mais atual;

Informalismo no relacionamento

Foi constatado um significativo “informalismo” entre as diversas áreas da organização, impossibilitando a geração de indicadores que propiciem a melhoria das atividades do CFO.

Sistemas de Informação

Foi constatado que o Sistema Corporativo não cobre todos os processos de negócio (atividades-fim) e também processos auxiliares (atividades-meio) do CFO. Além disso, o Sistema Corporativo não está integrado aos demais sistemas existentes no CFO (ex. Contabilidade e RH).

Foi constatada a falta quase que total de documentação técnica de sistemas de informação.

Infra-estrutura

Foi constatado a falta de Contingência, Certificação de cabeamento, Documentação Física e Lógica e Inventário dos ativos.

Suporte

Não existe o controle de chamados e atendimentos.

Gestão

Ficou evidenciado a necessidade de formalização de Políticas de TI (Utilização e Segurança) que norteiam todos os procedimentos de TI aos usuários do CFO, bem como a equipe de TI.

Pela total falta de controles sistematizados, não são produzidos indicadores para a gestão de TI.

Capacitação

Ficou evidenciada a necessidade de um programa formal de capacitação dos profissionais da área de TI.

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 TCU

TC 011.185/2015-5 - Representação - Possíveis irregularidades ocorridas no CFO - em andamento, ainda sem Acordão.

9.2 INTERNO

O CFO editou Decisões com o objetivo de cumprir as determinações do TCU relativo a Diárias e Reembolsos. Diárias somente são pagas com o relatório comprovando a viagem e forma suspensos os reembolsos.

Não houve, em 2015, recomendações do órgão de controle interno (OCI).

9.3 DANOS AO ERÁRIO

Não houve apuração de danos ao erário.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Nada a declarar.

11 - ANEXOS E APÊNDICES

11.1 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO XV - Anexo Capa - Anexo - Vide anexo do tópico 11.1 na sessão 11

Assinatura(s)

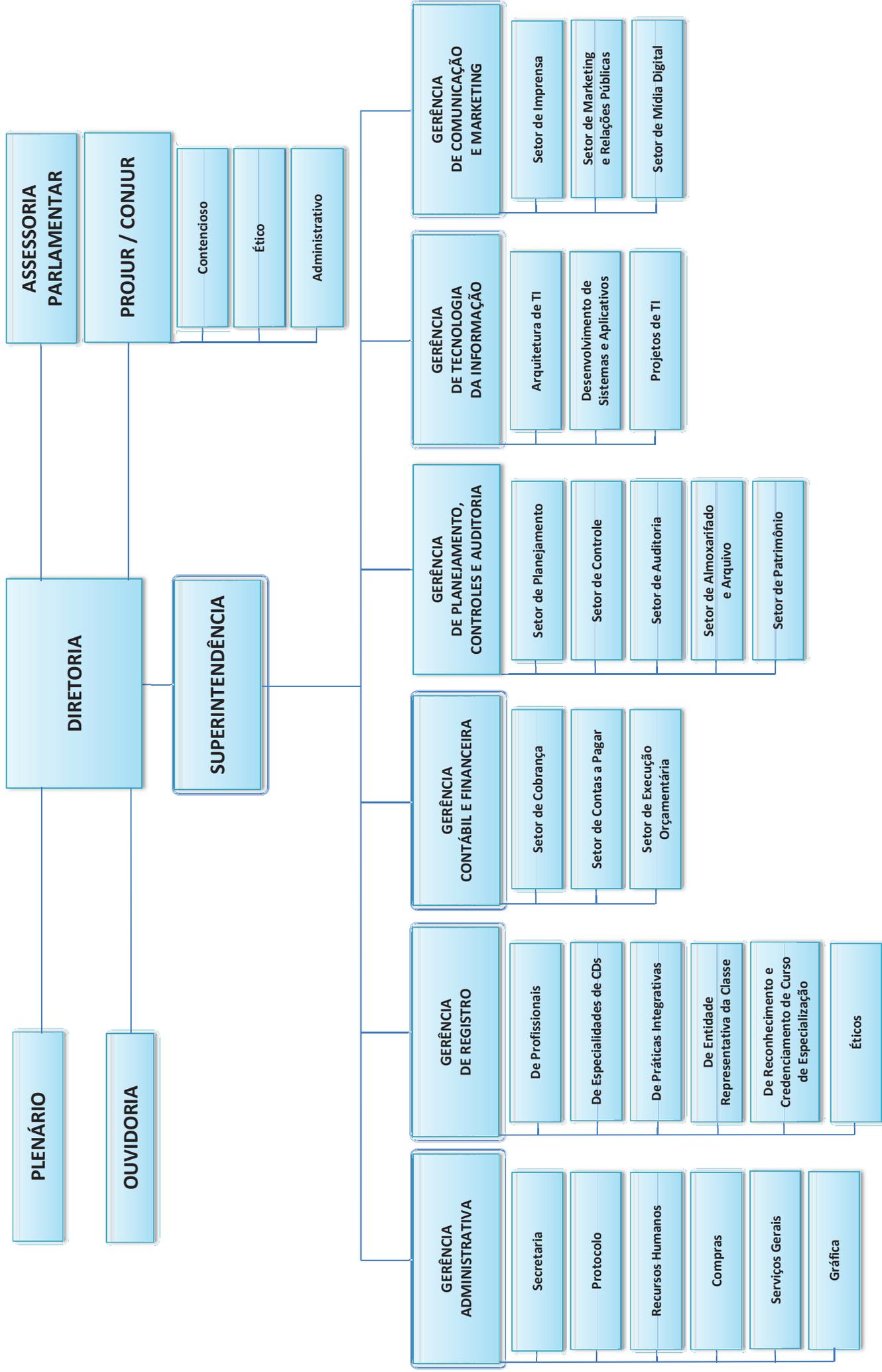
**ANEXO I - Esclarecimentos a Respeito do
Organograma - Está no Anexo e
Apendices - Anexo do tópico 3.5**

ESCLARECIMENTOS SOBRE O ORGANOGRAMA E O REGIMENTO INTERNO

Importante salientar que há uma dicotomia entre o organograma apresentado e o Regimento Interno do CFO. Essa situação se apresentou em virtude do Regimento Interno do CFO não ter sofrido as adequações necessárias para retratar as mudanças organizacionais ocorridas.

De qualquer sorte, encontra-se em estudo a revisão da estrutura organizacional apresentada, como também, os competentes ajustes do regimento interno.

ANEXO II - Organograma_CFO - Está no Anexo e Apendices - Anexo do tópico 3.5



**ANEXO III - Planejamento - Estão no
Anexos e Apêndices - Anexo do tópico
4.1.1**



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA 2015

1. Transferência para nova sede do CFO em Brasília, adequando as instalações com a finalidade de oferecer boas condições aos conselheiros, funcionários e Conselhos Regionais.
2. Estabelecimento de um relacionamento com os profissionais jurisdicionados e com as entidades da classe, através de um periódico considerado um dos mais eficazes instrumentos para o contato de maneira segura e célere.
3. Promoção de solenidades. Com a finalidade de comemorar a data da criação dos Conselhos de Odontologia, a Autarquia anualmente, no mês de abril, promove evento, ocasião em que homenageia renomados profissionais com a Medalha de Honra ao Mérito Odontológico Nacional. Também por ocasião do dia do cirurgião-dentista brasileiro pretende o CFO promover uma solenidade para entrega do Prêmio Brasil Sorridente aos municípios que dão maior atenção aos programas de saúde bucal.
4. Aquisição de automóveis. Com a transferência da sede para Brasília o CFO necessitará da aquisição de automóveis (no mínimo dois) para as atividades de locomoção na capital.
5. Capacitação dos funcionários do CFO e dos CROs. Para oferecer melhor qualidade de serviços à classe odontológica, pretende o CFO promover cursos, seminários para o seu quadro funcional e dos Regionais.
6. Aquisição de mobiliário de escritório. Com a finalidade de dotar as instalações da Autarquia com mobiliário que atenda as necessidades operacionais atuais, o CFO necessitará de adquirir novos bens patrimoniais.
7. Promoções de reuniões. Com a finalidade de atender os objetivos para os quais foi criado, necessário se fará, pela Autarquia, a promoção de reuniões plenárias, de assembleias gerais, de comissões, além de reuniões com as entidades de especialistas da classe.
8. Fórum de Fiscalização Profissional. É obrigação do CFO o dever de zelar pelas boas práticas da profissão. Assim o CFO pretende, em 2016, promover um fórum de fiscalização profissional com a colaboração dos Conselhos Regionais.
9. Informatização da nova sede do CFO. Para maior celeridade dos processos que tramitam diariamente na Autarquia, o CFO pretende adquirir no mercado computadores e outros equipamentos capazes de implementar as rotinas de automação suficiente.

10. Digitalização dos arquivos. É premente a necessidade de digitalizar os processos da Instituição, com a finalidade de seu armazenamento seguro, bem como para o cumprimento dos preceitos da Lei de Acesso à Informação (LAI).
11. Auxílio aos Regionais. Tendo com objetivo tornar efetiva a fiscalização no âmbito nacional, os Conselhos Regionais devem possuir toda uma estrutura necessária para isto. Assim, o CFO como fez nos anos anteriores prestará auxílio financeiro à alguns CROs.
12. Dar continuidade à obrigatoriedade do que é estabelecido na Lei de Acesso à Informação. Criada a comissão especial para dar cumprimento ao regramento legal, esta deverá disponibilizar, ao conhecimento da sociedade, o que preconiza a LAI.
13. Criação de cargos em comissão. Pretende o CFO, para obter maior controle das ações administrativas, contratar de pessoal para assessoria, em cargo comissionado, a fim de aprimoramento do controle interno.
14. Manutenção de elo entre as instituições pela constante busca da qualidade na Odontologia. O CFO pretendo continuar o trabalho junto à sociedade organizada na área de saúde como os CROs, ANVISA, MS, CNS, ABO, ABENO, AcBO, FIO FNO, ABOR, ABCD, entre outras, como também CONASS e CONASEMS. Assim como pela classe odontológica, sempre voltado ao bem estar do cidadão brasileiro.
15. Manifestações nos dias de comemorações nacionais. Pretende a Autarquia manter a tradição de sempre divulgar nota na imprensa homenageando ou parabenizando os profissionais ou instituições nos seus dias estabelecidos. Assim, o Dia Internacional da Mulher (8 de março), o Dia Mundial da Saúde (7 de abril), Páscoa, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial (21 de março), Tiradentes - Patrono da Odontologia (21 de abril), Dia Mundial do Sorriso (28 de abril), Dia das Mães, Dia Mundial do Doador de Sangue (14 de Junho), Dia Internacional de Combate às Drogas (25 de junho), Dia Nacional da Saúde (5 de agosto), Dia dos Pais, Dia das Crianças, Dia do Professor (15 de outubro), Dia do Cirurgião-Dentista Brasileiro (25 de outubro), Dia Nacional de Combate ao Câncer, Dia do Técnico em Prótese Dentária (05 de novembro) e Dia do Técnico em Saúde Bucal e do Atendente em Saúde Bucal (24 de dezembro).
16. Ampliação da relação com os poderes públicos para maior valorização da profissão. É o que pretende o CFO, com o apoio dos Regionais, realizar em 2016.
17. Ajuste de conduta com outros Conselhos Profissionais nas áreas conflitantes. Principalmente com o Conselho Federal de Medicina e com o Conselho Nacional de Técnico em Radiologia procurará o CFO manter contatos para dirimir e solucionar áreas conflitantes.
18. Planejamento estratégico em todos os Conselhos Regionais de Odontologia implantados e alinhados com as diretrizes do sistema CFO/CROs.
19. Atuar junto aos Regionais como o objetivo de reduzir a inadimplência tanto de pessoa física como jurídica. Assim, o CFO deverá usar, como estratégias, intensificar a

fiscalização, atualizar o cadastro das pessoas físicas e jurídicas, promover convênios com as demais entidades afins.

- 20.** Campanha Nacional de Prevenção ao Câncer de Boca. Continuará o CFO desta vez com mais vigor, fazer uma ampla campanha nacional de prevenção ao câncer de boca.
- 21.** Implantação do novo sistema de informática de interligação de todos os procedimentos do CFO e dos Regionais, tornando mais ágeis o atendimento ao CD e à sociedade.



ANEXO IV - Auxilio Financeiro CROs - Transferencias - Anexo do t3pico 4.3.2

**CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA
AUXÍLIO FINANCEIRO - 2015**

CRO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
AC								40.000,00	80.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
AL													-
AP	25.000,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	75.000,00	40.000,00	40.000,00	80.000,00	40.000,00		40.000,00	480.000,00
AM				19.184,99	19.184,99								38.369,98
BA													-
CE													-
DF													-
ES													-
GO													-
MA													-
MT													-
MS													-
MG													-
PA													-
PB		35.000,00	35.000,00										70.000,00
PR													-
PE													-
PI								10.000,00	20.000,00	10.000,00	30.000,00	10.000,00	80.000,00
RN													-
RS													-
RJ													-
RO													-
RR	42.000,00		84.000,00	42.000,00		84.000,00							252.000,00
SC													-
SE		6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	67.320,00
SP													-
TO	8.500,00		8.500,00										17.000,00
SOMA	75.500,00	71.120,00	163.620,00	107.304,99	65.304,99	165.120,00	46.120,00	96.120,00	186.120,00	96.120,00	76.120,00	96.120,00	1.244.689,98

Auxílio a outras entidades:

ACDBS Associação dos Cirurgiões Dentistas da baixada santista

ABPD Associação Brasileira de Prótese Dentária

5.000,00

7.000,00

TOTAL

-

12.000,00

**ANEXO V - Despesas Por Modalidades
Licitação.pdf - Despesas Por Modalidades
Licitação - Anexo do tópico 4.3.4**

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Liquidada				Despesa Paga			
	2015		2014		2015		2014	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
a) Convite	111	471.753,42	2	76.323,00	111	471.753,42	2	76.323,00
b) Tomada de Preços	81	1.718.553,03	127	1.249.778,78	81	1.718.553,03	127	1.249.778,78
c) Concorrência	33	450.878,40	0	0,00	33	450.878,40	0	0,00
d) Pregão	322	6.799.717,08	224	5.475.027,20	322	6.799.717,08	223	5.431.225,21
i) Dispensa	672	2.140.372,61	84	339.143,24	675	2.140.372,61	84	339.143,24
j) Inexigibilidade	484	6.012.283,97	55	2.115.088,50	484	6.012.283,97	53	1.866.460,52
k) Suprimento de Fundos	30	57.831,40	0	0,00	30	57.831,40	0	0,00
l) Pagamento em Folha	108	10.375.615,81	12	5.107,00	108	10.375.615,81	12	5.107,00
m) Diárias	1236	1.822.705,50	5	11.858,00	1236	1.822.705,50	5	11.858,00
n) Outros	353	19.012.568,34	4063	40.663.633,34	352	10.012.568,34	4071	40.663.633,34

**ANEXO VI - Esclarecimentos a Respeito
Auditoria Externa - Informações sobre a
Contratação da Empresa de Auditoria
Externa - Anexo do tópico 5.7**

ESCLARECIMENTOS SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Sistemática de Contratação: A empresa foi contratada por inexigibilidade de licitação em conformidade com o artigo 25, I e artigo 13, III e V, todos da Lei No. 8666/1993.

Dados da Empresa Contratada: LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES, CNPJ/MF: 33.179.672/0001-08, situada na Avenida Presidente Vargas, 509 – 3º. Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

Remuneração pelos Serviços (Exercício de 2015): R\$ 901.971,00 (novecentos e um mil, novecentos e setenta e um reais).

Objeto: Prestação de serviços especiais de auditoria contábil e financeira dos 27 (vinte e sete) Conselhos Regionais de Odontologia observando um escopo pré-combinado, não representando uma auditoria completa dos balanços encerrados em 31 de dezembro de 2015.

Informações Relevantes a Respeito: O serviço de auditoria teve como produtos os relatórios de todos os 27 (vinte e sete) Conselhos Regionais de Odontologia, bem como um relatório sumarizado dos pontos de controles mais relevantes (anexo a esse Relatório de Gestão). Tais relatórios tiveram como base a análise os balancetes e contas contábeis do exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2015, processos, contratos e documentações a fins.

ANEXO VII - Relatório de Auditoria CROs - Sumário - Anexo do tópico 5.7

Matriz

São Paulo - SP
Rua Senador Paulo Egídio, 72 – Conj. 1.009 – Sé
São Paulo – SP – CEP: 01.006-904
E-mail: loudonsp@loudon.com.br
Tel.: (11) 3104-8303/3101-7782
Fax: (11) 3104-3420

Filial

Rio de Janeiro - RJ
Av. Pres. Vargas, 509 – 3º andar – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.071-003
E-mail: secretaria@loudon.com.br
Tel.: (21) 2509-8658
Fax: (21) 2242-7212

Escritório

Brasília - DF
SCS – Quadra 06 – Bl. A – Conj. 402
Edifício Carioca – Brasília – DF – CEP: 70.325-900
E-mail: projetos@loudon.com.br
Tel.: (61) 3225-0120 / 3963-0705

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2015.

Ilmos. Srs. Diretores
Conselho Federal de Odontologia – CFO
Rio de Janeiro - RJ

At.: Dr. Ailton Diogo M. Rodrigues

**Ref.: Súmula dos Principais Assuntos
Levantamentos nos Relatórios de
Auditoria Externa dos CRO's - com
base no ano de 2014**

Prezados Senhores,

Com vistas a melhor leitura e apreciação dos assuntos levantados nos Relatórios de Auditoria Externa dos CRO's – com base no ano de 2014, elaboramos uma súmula, bem como um demonstrativo dos balanços combinados e das demonstrações de resultado, dessas Regionais.

Principais destaques:

- 1) Deficiências observadas no preparo das reconciliações bancárias por alguns CRO's.
- 2) Ausência de registros contábeis de parte das anuidades inscritas ou não na dívida ativa.
- 3) Falta de política de baixa/provisão de perdas e/ou cobrança dos créditos inscritos ou não na Dívida Ativa.
- 4) Falta de política de atualização dos cadastros dos membros dos CRO's.
- 5) Relevância observada no montante das anuidades a receber, dos últimos 05 anos, registradas ou não na contabilidade do CRO's, aproximadamente R\$ Mil 103.000.
- 6) Falta de levantamentos e implantação de controle dos bens patrimoniais através do SISPAT/ROSFIL, conseqüentemente, o cálculo e a contabilização da depreciação.
- 7) Falta de adoção de práticas para contabilização das provisões para férias e adicional, encargos sociais e contingências trabalhistas e cíveis.

- 8) Falta de adoção de práticas para registros e controles dos almoxarifados e bens de consumo.
- 9) Diários encadernados sem o devido registro no órgão competente, ainda, pendente cerca de 37%
- 10) Ausência de implantação de plano de cargos e salários. Adoção por alguns CRO's, porém sem homologação junto ao Ministério do Trabalho.
- 11) Não observância integral pelos CRO's quanto à obrigatoriedade da apresentação das DCTF's.
- 12) Não cumprimento integral, em alguns casos, das disposições da Lei 8.666/93, quanto aos processos de compras e contratações realizados pelos CRO's.
- 13) Revisão das políticas adotadas pelos CRO's quanto às segregações de funções.

Colocando-nos ao inteiro dispor de V. Sas., firmamo-nos,

Cordialmente,

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-000064/F-8

Noel Luiz Ferreira
Sócio
CRC-RJ-23.317-T-SP-1.458-S-RJ

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA
SÚMULA DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE 2014

ÍNDICE

DEMONSTRATIVO DE BALANÇO COMBINADO	ANEXO I
DEMONSTRATIVO COMBINADO DO RESULTADO	ANEXO II
PONTOS OBSERVADOS E SUGESTÕES	ANEXO III

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA - CFO
SÚMULA DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS COMENTADOS
NOS RELATORIOS DE AUDITORIA EXTERNA DOS CRO'S
COM BASE NO ANO DE 2014

CONSELHOS REGIONAIS DE ODONTOLOGIA
DEMONSTRATIVO DE BALANÇO COMBINADO DO EXERCÍCIO DE 2014
(EM REAIS)

	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA
ATIVO										
Circulante	209.710	163.627	1.194.218	14.368	1.967.001	950.763	351.225	3.465.012	1.615.128	69.033
Disponível	101.106	41.897	29.463	13.994	189.961	88.077	51.145	77.399	13.924	46.159
Conta Vinculada Aplicações	-	86.503	111.872	-	1.742.630	770.895	273.066	74.490	1.157.984	15.867
Créditos a Curto Prazo	-	-	-	-	-	-	50	-	-	-
Dívida Ativa	108.477	-	1.052.883	-	-	-	-	3.268.514	-	-
Demais Créditos a Curto prazo	127	35.227	-	-	34.410	2.543	-	44.609	443.220	7.007
Variações Patrim. Pagas Antecip.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Almoxarifado - Estoque	-	-	-	374	-	89.248	26.964	-	-	-
Não Circulante	999.358	1.485.772	431.407	250.123	878.174	911.230	1.118.210	791.968	2.585.364	834.524
Dívida Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizável a Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	643.299	-
Almoxarifado	-	59.436	-	-	-	-	-	-	-	3.596
Imobilizado	999.358	1.426.336	431.407	250.123	878.174	911.230	1.118.210	791.968	1.942.065	830.928
TOTAL	1.209.068	1.649.399	1.625.625	264.491	2.845.175	1.861.993	1.469.435	4.256.980	4.200.492	903.557
<i>Dívida Ativa não contabilizada</i>	<i>325.717</i>	<i>873.048</i>	<i>-</i>	<i>540.275</i>	<i>4.305.708</i>	<i>2.696.009</i>	<i>2.715.757</i>	<i>-</i>	<i>3.795.913</i>	<i>1.958.141</i>
PASSIVO										
PASSIVO CIRCULANTE	-	241.826	374.060	1.157	47.708	21.653	31.288	32.808	64.064	33.113
Obrig.Trab.Prev.Assist. a Pagar	-	6.377	19.220	-	33.992	13.562	29.147	327	17.904	503
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	154	-	9.442	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	13.775	-	-	12.040	-	-	32.481	36.718	123
Obrig.a Curto Prazo	-	121.674	62	1.157	1.676	-	1.987	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-	354.778	-	-	8.091	-	-	-	32.487
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	100.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações a Longo Prazo	-	100.000	-	-	-	-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO	1.209.068	1.407.573	1.251.565	263.334	2.797.467	1.840.340	1.438.147	4.224.172	4.136.428	870.444
Patrimônio Social	1.041.334	1.117.694	1.111.753	268.675	2.292.193	1.626.535	1.403.814	3.910.690	3.362.552	939.186
Deficit/Superavit do Exercício	167.734	289.879	139.812	(5.341)	505.274	213.805	34.333	313.482	773.876	(68.742)
Ajuste/Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.209.068	1.649.399	1.625.625	264.491	2.845.175	1.861.993	1.469.435	4.256.980	4.200.492	903.557
<i>Auxílio Financeiro do CFO</i>	<i>261.064</i>	<i>314.696</i>	<i>50.000</i>	<i>480.000</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>100.000</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

CONSELHOS REGIONAIS DE ODONTOLOGIA
DEMONSTRATIVO DE BALANÇO COMBINADO DO EXERCÍCIO DE 2014
(EM REAIS)

	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ
<u>ATIVO</u>									
Circulante	5.061.209	1.291.283	361.642	729.242	515.904	1.032.506	102.840	4.743.723	11.271.585
Disponível	44.058	10.402	33.314	93.712	40.991	76.217	72.220	7.844	19.567
Conta Vinculada Aplicações	82.618	1.270.288	270.981	632.783	67.109	12.216	23.855	4.390.421	4.731.370
Créditos a Curto Prazo	-	-	-	2.747	7.543	31.768	-	-	-
Dívida Ativa	4.832.789	-	-	-	395.768	912.268	-	-	6.296.413
Demais Créditos a Curto prazo	47.356	10.593	19.900	-	2.103	-	(4.423)	-	142.183
Variações Patrim. Pagas Antecip.	-	-	-	-	2.390	37	-	-	-
Almoxarifado - Estoque	54.388	-	37.447	-	-	-	11.188	345.458	82.052
Não Circulante	14.887.167	2.298.023	1.625.682	1.257.029	2.446.097	3.446.731	724.789	4.880.058	23.173.599
Dívida Ativa	-	-	-	-	-	2.610.662	-	-	12.046.650
Realizável a Longo Prazo	-	-	10.933	-	-	-	-	100.000	-
Almoxarifado	452.266	-	-	-	-	-	288	-	-
Imobilizado	14.434.901	2.298.023	1.614.749	1.257.029	2.446.097	836.069	724.501	4.780.058	11.126.949
TOTAL	19.948.376	3.589.306	1.987.324	1.986.271	2.962.001	4.479.237	827.629	9.623.781	34.445.184
<i>Dívida Ativa não contabilizada</i>	-	<i>1.679.759</i>	<i>1.244.205</i>	<i>1.989.106</i>	<i>1.842.515</i>	-	<i>1.109.485</i>	<i>5.423.471</i>	-
<u>PASSIVO</u>									
PASSIVO CIRCULANTE	4.104.420	266.710	127.885	14.967	46.089	409.659	26.908	60.059	539.006
Obrig.Trab.Prev.Assist. a Pagar	89.911	(1.007)	104.899	15.035	23.978	9.869	4.725	-	253.160
Empréstimos e Financiamentos	-	-	10.200	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	367.876	256.799	12.786	-	-	4.792	637	-	-
Obrig.a Curto Prazo	17.317	-	-	-	12.642	313.590	-	-	3.004
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.629.316	-	-	(68)	9.469	81.408	21.546	60.059	282.842
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	10.918,00	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações a Longo Prazo	-	10.918	-	-	-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO	15.843.956	3.322.596	1.859.439	1.971.304	2.915.912	4.069.578	800.721	9.563.722	33.906.178
Patrimônio Social	13.430.117	1.805.206	1.747.797	1.177.279	1.781.820	3.742.616	772.085	6.256.959	28.792.813
Deficit/Superavit do Exercício	2.413.839	1.517.390	111.642	794.025	1.134.092	326.962	28.636	1.807.859	(2.133.293)
Ajuste/Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	1.498.904	7.246.658
TOTAL	19.948.376	3.589.306	1.987.324	1.986.271	2.962.001	4.479.237	827.629	9.623.781	34.445.184
<i>Auxílio Financeiro do CFO</i>	-	<i>1.500.000</i>	-	-	-	-	<i>59.976</i>	<i>32.386</i>	-

CONSELHOS REGIONAIS DE ODONTOLOGIA
DEMONSTRATIVO DE BALANÇO COMBINADO DO EXERCÍCIO DE 2014
(EM REAIS)

	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Σ SALDOS
ATIVO									
Circulante	92.661	29.326	151.620	978.606	277.656	291.473	7.808.392	158.834	44.898.587
Disponível	67.867	23.044	46.164	138.824	90.418	6.698	155.746	143.208	1.723.419
Conta Vinculada Aplicações	14.668	-	49.924	797.000	187.161	293.478	177.791	-	17.234.970
Créditos a Curto Prazo	-	-	-	-	-	(8.953)	-	-	33.155
Dívida Ativa	-	-	54.911	4.004	-	-	6.882.875	-	23.808.902
Demais Créditos a Curto prazo	10.126	6.282	621	38.778	77	250	206.064	15.626	1.062.679
Variações Patrim. Pagas Antecip.	-	-	-	-	-	-	-	-	2.427
Almoxarifado - Estoque	-	-	-	-	-	-	385.916	-	1.033.035
Não Circulante	396.016	364.275	1.403.751	5.740.324	3.036.854	967.661	52.031.889	372.525	129.338.600
Dívida Ativa	-	-	256.055	-	-	-	26.423.807	-	41.337.174
Realizável a Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	754.232
Almoxarifado	-	-	-	-	-	-	-	-	515.586
Imobilizado	396.016	364.275	1.147.696	5.740.324	3.036.854	967.661	25.608.082	372.525	86.731.608
TOTAL	488.677	393.601	1.555.371	6.718.930	3.314.510	1.259.134	59.840.281	531.359	174.237.187
<i>Dívida Ativa não contabilizada</i>	<i>1.270.680</i>	<i>521.574</i>	<i>-</i>	<i>2.010.777</i>	<i>2.619.576</i>	<i>420.450</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>37.342.166</i>
PASSIVO									
PASSIVO CIRCULANTE	5.712	17.777	16.602	6.513	50.004	3.712	3.156.895	704	9.701.299
Obrig.Trab.Prev.Assist. a Pagar	-	6.906	13.516	5.893	3.009	1.314	332.687	704	985.631
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	426	-	-	20.222
Fornecedores e Contas a Pagar	5.712	-	3.086	-	-	670	417.939	-	1.165.434
Obrig.a Curto Prazo	-	5.457	-	620	46.995	-	2.047.292	-	2.573.473
Demais Obrigações a Curto Prazo	-	5.414	-	-	-	1.302	358.977	-	4.845.621
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	2.670	-	-	-	-	-	-	113.588
Obrigações a Longo Prazo	-	2.670	-	-	-	-	-	-	113.588
PATRIMÔNIO	482.965	373.154	1.538.769	6.712.417	3.264.506	1.255.422	56.683.386	530.655	164.533.218
Patrimônio Social	405.308	357.162	1.423.593	8.526.478	2.860.308	1.173.422	34.684.793	411.507	126.423.689
Deficit/Superavit do Exercício	77.657	15.992	115.176	(884.416)	404.198	82.000	3.078.081	119.148	11.373.100
Ajuste/Avaliação Patrimonial	-	-	-	(929.645)	-	-	18.920.512	-	26.736.429
TOTAL	488.677	393.601	1.555.371	6.718.930	3.314.510	1.259.134	59.840.281	531.359	174.237.187
<i>Auxílio Financeiro do CFO</i>	<i>183.900</i>	<i>189.120</i>	<i>56.000</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>86.550</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>3.313.692</i>

CONSELHOS REGIONAIS DE ODONTOLOGIA
DEMONSTRATIVO COMBINADO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2014
(EM REAIS)

	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA
<u>RECEITAS</u>										
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	200.945	759.819	1.001.479	151.109	3.683.974	1.940.704	2.608.482	1.956.190	3.259.165	978.654
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS E SERVIÇOS	31.555	75.184	151.670	21.719	265.384	168.871	239.857	127.091	336.336	115.567
RECEITAS FINANCEIRAS	3.045	13.213	29.097	2.423	-	136.076	107.568	51.430	115.436	19.720
RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	156.069	227.579	508.199	28.801	627.215	225.312	291.260	451.738	542.378	146.782
INCORPORAÇÃO E LUCRO NA VENDA DE BENS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	81.940	-	-	-	-	90.369
AUXÍLIO FINANCEIRO DO CFO	261.064	314.696	50.000	480.000	-	-	-	100.000	-	-
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	963	914	-	-	6.870	-	3.368	-	5.084	7.837
OUTRAS VARIAÇÕES - RECEITAS DIVERSAS	14.987	63.668	54.877	16.602	63.490	38.898	138.227	-	234.983	23.480
<u>TOTAL</u>	668.628	1.455.073	1.795.322	700.654	4.728.873	2.509.861	3.388.762	2.686.449	4.493.382	1.382.409
<u>DESPESAS</u>										
PESSOAL E ENCARGOS	86.557	508.502	697.408	361.642	1.389.777	670.236	1.336.369	1.075.229	1.458.634	529.089
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO	315.308	282.387	381.085	260.201	1.377.165	861.802	975.179	502.694	912.466	494.234
JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS	-	4.552	-	-	29.388	6.813	27.444	11.925	49.180	2.929
BAIXA E PERDAS NA VENDA DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-	-	1.117	-	-	-	-
TRIBUTÁRIAS - COTA CFO	89.511	2.238	536.271	68.318	1.423.015	751.258	1.010.305	749.856	1.295.538	422.657
IMPOSTOS E TAXAS	9.517	358.464	-	109	3.053	1.700,00	-	6.527	-	2.243
DEPRECIACÃO DO IMOBILIZADO	-	-	21.116	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	9.051	-	645	1.202	-	-	26.737	-	-
PERDAS ANUIDADES DÍVIDA ATIVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS	-	-	19.630	-	-	3.130	5.132	-	3.688	-
<u>TOTAL</u>	500.893	1.165.194	1.655.510	690.915	4.223.600	2.296.056	3.354.429	2.372.968	3.719.506	1.451.152
<u>SUPERAVIT OU DEFICIT DO EXERCÍCIO</u>	167.735	289.879	139.812	9.739	505.273	213.805	34.333	313.481	773.876	(68.743)

CONSELHOS REGIONAIS DE ODONTOLOGIA
DEMONSTRATIVO COMBINADO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2014
(EM REAIS)

	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN
<u>RECEITAS</u>										
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	11.175.056	1.258.828	1.261.048	1.472.913	1.502.314	3.206.180	760.146	5.695.683	13.022.364	1.013.941
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS E SERVIÇOS	1.027.372	116.093	101.545	187.602	95.065	234.051	85.227	769.423	723.841	73.024
RECEITAS FINANCEIRAS	203.269	117.240	59.202	71.824	33.697	60.122	17.328	524.031	666.331	26.988
RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	6.297.334	298.782	276.031	258.968	210.352	-	75.635	676.549	76.101	190.190
INCORPORAÇÃO E LUCRO NA VENDA DE BENS	-	-	-	-	868.000	-	-	-	-	77.356
RECEITAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	46.851	47.926	-	-	-	-
AUXÍLIO FINANCEIRO DO CFO	-	1.500.000	-	-	-	-	59.976	32.386	-	183.900
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-	2.538	3.544	-	-	5.415	2.154	11.951	28.356	5
OUTRAS VARIAÇÕES - RECEITAS DIVERSAS	8.421	36.090	118.055	117.145	11.710	77.865	178.664	538.357	593.134	50.438
<u>TOTAL</u>	18.711.452	3.329.571	1.819.425	2.108.452	2.767.989	3.631.559	1.179.130	8.248.380	15.110.127	1.615.842
<u>DESPESAS</u>										
PESSOAL E ENCARGOS	7.470.969	456.592	572.516	772.660	472.030	1.293.482	260.375	2.311.299	5.101.778	632.327
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO	4.007.824	798.041	523.925	455.845	683.675	972.418	544.869	1.675.822	3.244.494	474.920
JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS	70.948	11.179	2.902	4.106	-	11.589	11.284	9.843	9.728	2.462
BAIXA E PERDAS NA VENDA DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRIBUTÁRIAS - COTA CFO	4.742.390	541.221	552.463	639.118	470.692	990.605	302.178	2.405.652	3.478.805	-
IMPOSTOS E TAXAS	5.482	-	-	-	6.663	11.394	3.365	37.905	13.981	424.818
DEPRECIACÃO DO IMOBILIZADO	-	-	-	-	-	600	-	-	107.205	2.549
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	25.523	838	24.509	-	-	5.287.429	-
PERDAS ANUIDADES DÍVIDA ATIVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS	-	5.149	55.977	2.572	-	-	28.423	-	-	1.108
<u>TOTAL</u>	16.297.613	1.812.182	1.707.783	1.899.824	1.633.898	3.304.597	1.150.494	6.440.521	17.243.420	1.538.184
<u>SUPERAVIT OU DEFICIT DO EXERCÍCIO</u>	2.413.839	1.517.389	111.642	208.628	1.134.091	326.962	28.636	1.807.859	(2.133.293)	77.658

CONSELHOS REGIONAIS DE ODONTOLOGIA
DEMONSTRATIVO COMBINADO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2014
(EM REAIS)

	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Σ SALDOS
<u>RECEITAS</u>								
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	598.006	422.991	6.084.611	3.976.468	667.309	28.199.713	520.076	97.378.168
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS E SERVIÇOS	104.074	41.861	573.658	340.130	66.415	1.301.445	47.150	7.421.210
RECEITAS FINANCEIRAS	10.457	124.463	401.183	105.470	36.441	826.660	8.192	3.770.906
RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	136.288	12.528	503.876	514.290	69.389	13.109.140	146.077	26.056.863
INCORPORAÇÃO E LUCRO NA VENDA DE BENS	-	-	-	-	-	-	-	945.356
RECEITAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.441	-	-	-	-	-	-	289.527
AUXÍLIO FINANCEIRO DO CFO	189.120	56.000	-	100.200	86.550	-	250.526	3.664.418
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.410	-	12.013	8.675	1.570	-	1.698	104.365
OUTRAS VARIAÇÕES - RECEITAS DIVERSAS	-	14.292	237.221	63.834	19.949	227.027	44.246	2.985.660
<u>TOTAL</u>	1.061.796	672.135	7.812.562	5.109.067	947.623	43.663.985	1.017.965	142.616.473
<u>DESPESAS</u>								
PESSOAL E ENCARGOS	305.646	266.555	4.182.648	1.977.478	293.078	16.486.401	303.095	51.272.372
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO	501.660	199.422	1.854.131	1.161.809	306.244	9.552.370	341.450	33.661.440
JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS	3.963	2.112	2.405	-	2.116	324.970	630	602.468
BAIXA E PERDAS NA VENDA DE BENS MÓVEIS	-	-	50.432	-	-	186.220	-	237.769
TRIBUTÁRIAS - COTA CFO	232.294	86.046	2.325.919	1.558.308	261.892	10.726.664	251.293	35.914.507
IMPOSTOS E TAXAS	1.845	1.015	-	7.274	-	-	-	895.355
DEPRECIACÃO DO IMOBILIZADO	-	-	281.340	-	-	-	-	412.810
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	396	-	103	-	-	-	-	5.376.433
PERDAS ANUIDADES DÍVIDA ATIVA	-	-	-	-	-	3.300.186	-	3.300.186
OUTRAS DESPESAS	-	1.808	-	-	2.292	9.093	2.348	140.350
<u>TOTAL</u>	1.045.804	556.958	8.696.978	4.704.869	865.622	40.585.904	898.816	131.813.690
<u>SUPERAVIT OU DEFICIT DO EXERCÍCIO</u>	15.992	115.177	(884.416)	404.198	82.001	3.078.081	119.149	10.802.783

Seq	PONTOS OBSERVADOS	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1	1 - DISPONIBILIDADES																											
2	1.1 - DISPONIBILIDADES EM TRÂNSITO																											
3	a) Saldo sem análise para acompanhamento			R														X									X	
4	1.2 - CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS																											
5	a) Sem assinatura de quem elaborou,																											
6	revisou e aprovou.				R			R		X			R	R	R							R		R				X
7	b) Mal elaboradas não transcrevem os saldos																											
8	corretos dos extratos e razões.												X	R											X			
9	c) Não vêm sendo elaboradas em formulários																											
10	próprios.		X		X		X												X	R								
11	1.3 - CONTA VINCULADA - APLICACÕES																											
12	a) Falta de extratos para o necessário																											
13	acompanhamento das aplicações.									X	R																	
14	1.4 - BANCO CONTA MOVIMENTO																											
15	a) Itens pendentes na conciliação desde																											
16	datas anteriores, sem solução.									X		R															X	R
17	b) O valor dos cheques emitidos só é baixado																											
18	da conta Movimento quando sacado.																		R			R		R				
19	1.5 - ARRECADACÃO POR MEIO DE CARTÕES																											
20	a) Não são examinadas as informações																											
21	recebidas da Administradora dos cartões.																		R									
22	b) Registrar em Créditos a Receber a Curto																											
23	Prazo para melhor classificação.										X																	
24	2 - CRÉDITOS E VALORES A RECEBER																											
25	2.1 - DEVEDORES DA ENTIDADE																											
26	a) Pendentes de exerc. anteriores a																											
27	serem analisados e regularizados.	X	R				R					X				R		R		R		X				X	X	
28	b) Saldo ref. Obrigações recolhidas a																											
29	maior, pendentes de ressarcimento.										R					X												R
30	c) Efetuar cobrança dos saldos pendentes.															X		R				X						

Seq	PONTOS OBSERVADOS	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
31	2.2 - ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS																											
32	a) Pendentes de exerc. anteriores a																											
33	serem analisados e regularizados.	X				R				R																	X	
34	2.3 -DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER CURTO PRAZO																											
35	a) Falta de análise para correção e ajuste																											
36	dos saldos.		X			X	X	X		X			X	R	X						X	X					X	X
37	b) Saldo exercício anterior a regularizar.					X					X	X	X	X								R						
38	c) Empréstimo vencido a liquidar entre os																											
39	CRO - AL e CRO- PR.		X																	X								
40	2.4 - ADIANTAMENTOS-SUPRIMENTO DE CAIXA																											
41	a) Concessão de adiantamentos sem																											
42	prestação de conta do anterior.									R																		
43	3 - ALMOXARIFADO - ESTOQUE																											
44	3.1- Utilização somente de controle																											
45	extra contábil.											X															X	
46	3.2 -Não são realizados inventários físicos.		R				X	X		X		X	X	X						X	R				R	X	X	
47	3.3 -Não adota sistema de Estoque, sem qualquer																								X			
48	tipo de controle, são registrados direto em																											
49	Despesas.	R		X		R		R	R		R		X		R							R		R	X	X	X	
50	3.4- Com registro contábil mas sem controle																											
51	e acompanhamento, apresentando dif.																											
52	no confronto com o saldo físico.		X			R		X		X		X	X	X					R	X	R					R		X
53	3.5- Registro indevido a ser reclassificado					X					R		X						X								X	
54	4 - DÍVIDA ATIVA																											
55	4.1 -Sem registro contábil na inscrição da Dívida	X	X	R	X	X	X	X		X	X	R	X	X	X	X		X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
56	4.2 - Falta de realização de levantamento para																											
57	expurgo dos créditos incobráveis.	X	X	X	X	R	R	X	X	R	R	X	X	X	X	R	X	R	R	X	X	X	R	X	X	X	X	X
58	4.3 -Faz-se necessário a constituição de																											
59	provisão para devedores duvidosos.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
60	5 - BENS PATRIMONIAIS																											

Seq	PONTOS OBSERVADOS	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
61	5.1 -Ausência de plaquetas de identificação ou																											
62	substituição.	X	X	R	R						X				R			X						X	X			
63	5.2 -Necessidade da realização de inventário Físico																											
64	para a implantação no SISPAT/ROSFIL	X	X	R	X	X	X	X	R	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	R	X	R	X	R	R	X
65	5.3 -Sem registro e cálculo das depreciações.	X	X	R	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	R	X	X	X	R	X	X	X	X
66	5.4 -Valor referente Despesas incorporado ao																											
67	custo de Bens Patrimoniais a regularizar.	X																										
68	5.5 -Aquisições registradas em contas de resultado																											
69	ao invés da incorporação no imobilizado.	X																										
70	5.6 - Registro de Títulos e Ações não identifica-																											
71	das e localizadas.			R			X																R					
72	5.7 - Realização de inventário sem implantação																											
73	no SISPAT e sem registro das baixas apuradas.					R					X	X										X						
74	5.8 - Diferenças existentes no confronto do																											
75	SISPAT/ROSFIL com os registros contábeis.																		X						X			
76	5.9 - Venda de Veículos a baixar do Imobilizado.																	X										
77	5.10 - Imóvel sede em nome do CFO				X													X			X	X						
78	5.11 -Itens a reclassificar.										X	X						X										
79	6 - OBRIGACÕES DIVERSAS																											
80	6.1 - IMPOSTOS E OBRIG. SOCIAIS																											
81	a) Imp. Sindical sem recolhimento	R																										
82	b) IRRF sem recolhimento	R																					X					
83	c) Saldos pendentes a regularizar			X				X			X	X	R	X				X					X		X			
84	d) IRRF s/salários recolhidos a maior																					R			X			
85	e) INSS sem recolhimento ou a regularizar										X	X						X					X				X	
86	f) IRRF recolhido fora do mês de incidência													X														
87	6.2 - FORNECEDORES DIVERSOS																											
88	a) Saldo remanescentes exercícios																											
89	anteriores pendentes de solução.										X	X															X	
90	b) Lançamentos indevidos, necessitando de																											

Seq	PONTOS OBSERVADOS	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
91	análise e reclassificação.											R						X											
92	c) Sem comprovação de ausência de débitos																												
93	(certificados e certidões)									X		X	X																
94	6.3 - CHEQUE A COMPENSAR -																												
95	a) Devido emissão há mais de 180 dias																												
96	deverá ser cancelado.					R	X			X												X							
97	6.4 - COTA CFO A PAGAR																												
98	a) Valores registrados indevidamente																												
99	na rubrica a serem reclassificados											X																	
100	b) Provisão à pagar																					X							
101	6.5 - PIS																												
102	a) Necessita análise para a regularização																												
103	do saldo.											X															X		
104	6.6 - PREVIDÊNCIA - 11% PF e PJ																												
105	a) Necessita análise para a regularização do																												
106	saldo.											R																	
107	7 - PROVISÕES																												
108	7.1 - FÉRIAS																												
109	a) Não foi contabilizada a provisão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	R	X
110	7.2 - Sem provisões para Contingências																												
111	Trabalhistas e Cíveis.			X				X	X	X		X	X	X		X	X		X		X	X			X	X			
112	7.3 - Sem provisão de restos a pagar do exercício																												
113	findo, pagas no exercício seguinte.			X				X	X	R			X	X						R		X					R	R	
114	7.4 - Restos a pagar com saldo negativo									X																			
115	8 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS																												
116	8.1 - AUXÍLIO P/ DESENVOLVIMENTO ATIV.																												
117	a) Sem provisão dos encargos do Emprest.		X																										
118	8.2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS																												
119	a) Pagamento sem retenção do INSS.								R																				
120	8.3- RECEITAS ANUIDADES A RECEBER																												

Seq	PONTOS OBSERVADOS	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
121	a) Não é provisionado as receitas do exercício	R	X	R	X	X	X	X		X	X		X	X	X	X	R	X	X		X	X	X	X	X	X		X
122	8.4 - COBRANCA DAS ANUIDADES																											
123	a) Falta a manutenção atualizada do cadastro																											
124	dos profissionais inscritos no Conselho.	X	R	X	X	R	R	R	R	X	X	R	R	X	X	R	R	X		R	R		X	X	R	R		X
125	b) Faltam recursos e meios p/cobrança.	X																										
126	8.5- RECEITA NÃO IDENTIFICADA																											
127	a) Crédito bancário não identificado																					R						
128	9 - LIVRO DIÁRIO																											
129	9.1 -Encadernado sem o devido registro	X				X		X	X	X			R	R	R	X	X	R	R	X		X	X			R		
130	9.2 -Sem encadernação			R	R	R									X			X		R				X				
131	10 - LICITAÇÕES																											
132	10.1 -Falta de licitação p/aquisição de bens												X															
133	10.2 -Processos em desacordo com a legislação									X	X			X														X
134	11 - SEGUROS																											
135	11.1 - Imóvel sede , sem seguro ou vencido.				X						X				X		R			R	R	R			X		X	
136	11.2 - Veículos não segurados.			X																		X						
137	12 - ENTREGA DE DECLARAÇÕES																											
138	12.1 -DIRF																											
139	a) Não foi entregue.	R																										
140	12.2 -DIPJ e DCTF																											
141	a) DCTF - Não foi entregue.	X	X	R	X	X	X	X	X	X	R	X	X	R	X	R	R	R	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
142	13 - LIVRO INSPECÃO DO TRABALHO																											
143	13.1 -Não foi localizado	R	R																									
144	14 - PROCESSOS DE PAG. E PREST. DE CONTAS																											
145	14.1 - Solicitação de diárias sem assinatura.	R																										
146	14.2 -S/Aprovação Prest. Contas e Adiantamentos	R								X		R																
147	14.3 -S/Autorização para Entrega de Numerário	R																										
148	14.4 -Sem o atesto de recebimento dos																											
149	serviços/material ou prest. de serviços.		X					R				X					R					X		X	X			
150	14.5 -Ausência ou irregularidades na elaboração		X																									

Seq	PONTOS OBSERVADOS	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
151	dos empenhos e liquidação de pagamentos.												X	R															
152	15 - ÁREA DE RECURSOS HUMANOS																												
153	15.1 -GUIAS DO INSS																												
154	a) A guia de INSS quitada não vem sendo																												
155	afixada ao quadro geral de avisos.	R	X	R	R		R		R	R	R	R	R	R	R	X	R	X	R		X	X	R	X	X	R		R	
156	b) A guia do INSS não vem sendo enviada																												
157	para o Sindicato da categoria.	R	X	X	X		X	X		X	X	R	X	X	X	X	R	X	X		X	X	X	R	X	R	R	X	
158	c) Não há quadro geral de avisos.		X																										
159	15.2 -PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS																												
160	a) Sem implantação de Plano	X		X	X	R	X	X		X	X	X	X	R	X	R	X				X	X	X		X	X	X	R	
161	b)Elaboração de Plano de Cargos e Salários																												
162	sem homologação da Delegacia do MTB.		X			X			R												X								
163	15.3 -CONTROLE DE FREQUÊNCIA																												
164	a) Sem assinatura dos funcionários		X																										
165	b) Irregularidades no registro da hora de																												
166	entrada e saída.				X							R										R							
167	c)Funcionários com isenção de ponto sem																												
168	amparo legal								X		X										X						X		
169	15.4 -JORNADA DE TRABALHO																												
170	a) Acréscimo de mais de 2 horas		R						X		X										X			X	R		X		
171	b) Cartão de ponto sem assinalar o																												
172	do horário do lanche.		R																										
173	c) Menos de 11 horas de descanso.											X									X			X	R		R		
174	d) Compensação de horas extras.								X		X																X		
175	e) Desvio e/ou acúmulo de função.				X										R						X								
176	15.5 -CONCESSÃO VALE TRANSPORTE																												
177	a) Sem arquivamento de opção assinada	R														X						R				R			
178	b) Pag. sem desconto de 6% de reembolso																												
179	permitido.				R							R	X											R					
180	15.6 -DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES IRRF																												

Seq	PONTOS OBSERVADOS	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
181	a) Inexistência de formulário		R									R							X					X	R	R		
182	15.7 - DIÁRIAS PARA VIAGEM																											
183	a) Não há controle se as diárias estão																											
184	sendo pagas acima de 50 % do salario	X	X	X		X				X		X		X	X	X	X		X			X	X					X
185	b) Diárias pagas acima de 50% do salário																											
186	sem tributação e inclusão na folha.	X		X	X							X			R			X	X				R		X		X	
187	c) Sem comprovação adequada da viagem.			X	X		X								R						X	X						
188	15.8 -ADMISSÕES POSTERIORES À VIGÊNCIA																											
189	DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL																											
190	a) Sem providências a respeito	X	R	X		X	X	X	X	R	X	X	X	X			X	X		X	X	X	X		R	X	R	X
191	b) Contratações sem concursos.	X	X									R							R		X				X			
192	c) Concurso realizado sem contratações															R												
193	15.9 -PCMSO																											
194	a) Não vem sendo realizado	X	X		R		R	X			X		R	X		X		R					X	R				
195	15.10 -PPRA																											
196	a) Não vem sendo realizado	X	X	R			R	X			X		R	R		X		R					X	R				
197	15.11 -EXAMES MÉDICOS																											
198	a) Admissionais não realizados																											
199	b) Demissionais não realizados		X																									
200	c) Periódicos não realizados/vencidos		R				R								R	X				X			R		R			
201	15.12 -DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO																											
202	a) Multas de trânsito descontadas sem																											
203	a devida autorização.								R																		X	
204	15.13 -TICKET ALIMENTAÇÃO																											
205	a) Concessão de ticket sem a elaboração																											
206	do PAT -Prog. Alim. Do Trabalhador						X	R	R																			
207	15.14 -EXTINTORES DE INCÊNDIO																											
208	a) Instalação incompleta ou sem extintores.		X	X					R																		R	
209	b) Fora da validade.						R				R												R					
210	15.15 -PAGAMENTO DE AUTÔNOMOS																											

Seq	PONTOS OBSERVADOS	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
211	a) Sem elaboração de folha de Pagamento							X														X	X			X		
212	b) Possíveis contingências trabalhistas																											
213	pela constância dos serviços.											R					R			R	R			X		R	R	R
214	15.16- REMUNERAÇÃO CONSELHEIROS - JETONS																											
215	a) Pagamento de Jeton sem informação na																											
216	GFIP e consequente recolhimento devido						X											R	X	X						X		
217	15.17- RESCISÃO TRABALHISTA																											
218	a) Com mais de 1 ano sem homologação																											
219	em órgão competente.																	R										
220	15.18 - FÉRIAS - CONCESSÃO - QUITAÇÃO																											
221	a) Quitadas fora do prazo previsto (2 dias																											
222	antes do início do período).																											
223	b) Inobservância dos prazos p/solicitação																											
224	de abono, notificação e pagamento.								X		X															R		
225	c) Férias coletivas. Concessão irregular.								X	X				X													X	
226	15.19- CONTRATAÇÕES OBRIGATÓRIAS																											
227	a) Deficientes/Reabilitados- não dispõe ou																											
228	nº inferior.																										X	
229	b) Aprendiz - não dispõe ou nº inferior								X																X			
230	15.20 - INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE																											
231	a) Pag.sem laudo técnico da DRT.				X																							
232	15.21- GILRAT e FAP																											
233	a) GILRAT-Sem recolhimento/ taxa irregular				X				X													X			X	X		
234	b) FAP -Utilização de taxa s/respaldo																											
235	do INSS.			X	X		X	X											X		X	X	X	X	X	X		
236	15.22- CAGED																											
237	a) Atraso na entrega das informações.				X					X																		
238	15.23 - AJUDA DE CUSTO																											
239	a) Pagamento ajuda de custo sistemática.																		R									
240	b) Pagamento como diária				R																					R		

Seq	PONTOS OBSERVADOS	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
241	15.24- FOLHA DE PAGAMENTO																											
242	a) Créditos englobando diversos itens.							X																				
243	15.25- MULTAS TRABALHISTAS																											
244	a) Relativas à Saúde e Segurança																								X			
245	16 -CONTABILIDADE																											
246	16.1 - SISTEMAS EM USO																											
247	a) Diferença entre balancete e balanço 2013				R							R						R										
248	16.2 - SERVICOS CONTÁBEIS TERCEIRIZADOS																											
249	a) Sem dedicação integral ao Conselho																	R										

X - itens e procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes apurados na auditoria do exercício de 2014.

R - Itens e procedimentos irregulares, apontados em 2013, regularizados e/ou acatados no exercício de 2014.

**ANEXO VIII - Canais de Acesso do
Cidadão - Portal da Transparência
Publica do CFO - Anexo do tópico 6.1**

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Através do seu site de transparência pública, <http://transparenciacfo.org.br/>, o Conselho Federal de Odontologia, de acordo com a Lei nº 12.527/2011 que trata do direito constitucional do cidadão ao acesso à informação disponibiliza mecanismos a toda pessoa, física ou jurídica, para o recebimento de informações sobre a gestão administrativa da autarquia. Com isso, o CFO contribui com o Poder Público no combate à corrupção e no aumento da participação social nos interesses públicos. Neste portal, o cidadão vai encontrar uma importante ferramenta para efetivar o exercício de sua cidadania, que tem por objetivo dar maior transparência e publicidade às ações do Conselho Federal de Odontologia na correta aplicação dos recursos disponíveis. Aqui, o cidadão terá o direito de obter informações sobre as atividades da Administração Pública. Esta ação dá espaço à autarquia para continuar em constante cooperação na defesa dos princípios defendidos por seus membros. As consultas poderão ser feitas de forma simples e rápida a relatórios e planilhas referentes a compras, contratos, licitações, despesas com fornecedores, gastos com diárias e passagens, previsão orçamentária e aplicação dos recursos financeiros, servidores, conselheiros, entre outros. Como um exemplo de transparência ativa, este portal procura atender aos cidadãos baseados no diálogo com o público e na divulgação proativa de informações de interesse do setor. Caso haja necessidade de informações complementares, o CFO disponibiliza um canal direto com o público que poderá ser acessado em “Informação ao Cidadão”. Neste espaço, o interessado pode apresentar suas dúvidas em forma de solicitação, que será avaliada e encaminhada posteriormente, de acordo com a necessidade. O CFO procura, por meio de linguagem clara e objetiva, estender ao cidadão as informações de uso coletivo. Com o objetivo de contribuir e estreitar o relacionamento entre o CFO e a sociedade com base na cooperação e no diálogo, bem como o bom funcionamento da ferramenta, envie sua mensagem ou dúvidas para cfo@cfo.org.br. O Portal da Transparência do CFO procura atender aos princípios da ética, do valor patrimonial, da isenção e da valorização do cidadão brasileiro.

ANEXO IX - Canais de Acesso do Cidadão
- Portal da Transparência Pública do CFO
- Anexo do tópico 6.3

O Conselho Federal de Odontologia, de acordo com a Lei no. 12.527/2011 que trata do direito constitucional do cidadão ao acesso à informação disponibiliza a todas as pessoas, físicas ou jurídicas, um sistema profícuo para o exercício da cidadania e para a obtenção de informações sobre a gestão administrativa desta Autarquia Federal.

Através dele, o CFO promove maior transparência e publicidade às suas ações e contribui com o Poder Público no combate à corrupção e no aumento da participação social nos interesses públicos.

Na sequência, estão descritas as atividades realizadas no exercício de 2015, no sentido de atender aos requisitos impostos pelo mencionado dispositivo legal.

DATA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS
24/03/2015	Disponibilizou, na rede mundial, o seu Portal da Transparência
27/07/2015	Recebimento do Of-0913/2015-TCU/SECEX-RS, convocando para reunião técnica entre o CFO e o TCU, sobre a Lei 12.527/2011 (LAI), e informando que, com o objetivo de avaliar o grau de cumprimento da Lei 12.527/2011 pelos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais, regionais e federais, o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Sul (Secex RS), conduzirá auditoria nacional, com a aplicação de questionário.
	Recebimento do Of-Requisição 05-275/2015, solicitando ao CFO informações a respeito do seu processo de implantação da LAI (Autoridade Responsável e TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO).
30/07/2015	Convocação do TCU para reunião onde foi exposto os aspectos consideráveis da auditoria, em âmbito nacional, nos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais, realizada na sede do CFO, em Brasília.
14/08/2015	Edição da PORTARIA CFO-SEC-22/2015, designando a Autoridade Responsável para o exercício das atribuições previstas no artigo 40, da Lei nº 12.527/2011.
	Encaminhamento do OF.CFO-1455/2015 aos CROs, comunicando a necessidade de responder o relatório de auditoria do TCU.
	Realizada a 1ª reunião da Autoridade Responsável pela LAI no CFO (PORTARIA CFO-SEC-22/2015) com os funcionários Alexandra Campos Vidal de Souza e Luis Felipe Coimbra Costa.
	Durante a reunião, o funcionário Luis Felipe Coimbra Costa apresentou a metodologia <i>Design Thinking</i> para Sistemas em Rede. A metodologia está baseada em gameificação e deverá ser aplicada como recurso da equipe para elaboração do levantamento dos requisitos mínimos e necessários, no momento da atividade. No desafio apresentado ao CFO, utilizou-se uma representação chamada <i>#AJogada</i> . Foi deliberado que, por haver necessidade de formalizações e de controles, aliar à metodologia as boas práticas do PMBOK (Project Management Body of Knowledge), uma vez que o modelo <i>Design Thinking</i> ajuda a pensar e representar visualmente as necessidades do problema apresentado, e o PMBOK possui os controles necessários às formalizações e controles de alto nível para visão da gerência, incluindo alternativas de garantia das ações propostas.
	Resposta do CFO, por meio do Ofício CFO-1456/2015, ao Of-Requisição 05-

	275/2015 do TCU.
27/08/2015	Questionário do TCU, respondido pelo CFO. As respostas fornecidas pelo CFO revelaram baixo grau de conformidade à LAI, suscitando a necessidade de reunião técnica para discussão do assunto, de 01 a 03/09/2015.
01/09/2015 e 02/09/2015	Realizada a 2ª reunião da Autoridade Responsável pela LAI no CFO, com os funcionários Alexandra Campos Vidal de Souza e Luis Felipe Coimbra Costa com a seguinte pauta: 1) apreciação do questionário respondido ao TCU e do Portal da Transparência do CFO, com o objetivo de analisar pequenas implementações, que fossem traduzidas em ganhos rápidos. A equipe realizou criteriosa avaliação e identificou 11 (onze) itens que poderiam ser implementados sem dispêndio financeiro, atenuando a não aderência às normas da LAI. Neste primeiro momento, foram ajustados 09 (nove) destes itens. 2) contato com o sr. José Mauro C. Pinto (FIOCRUZ), especialista em gestão documental, para auxílio ao CFO, quanto à definição da classificação dos documentos, em relação ao decreto e CONARQ; 3) início da auditoria da informação; 4) envio de e-mail às áreas afins, solicitando posicionamento quanto às informações necessárias aos ganhos rápidos 5) pesquisa de software de gestão de e-Sic, para atendimento da futura área de Sistema de Informação ao Cidadão, no CFO; 6) contato com o Conselho Federal de Arquitetura e de Contabilidade para levantamento dos respectivos processos de implantação da LAI; 7) contato com o CGU para obtenção de informações importantes ao processo de implantação da LAI no CFO; e, 8) análise da Ouvidoria CFO.
03/09/2015	Realizada a 3ª reunião da Autoridade Responsável pela LAI no CFO, com os funcionários Alexandra Campos Vidal de Souza e Luis Felipe Coimbra Costa. A funcionária Alexandra Campos Vidal de Souza confeccionou planilha eletrônica com todos os itens do questionário do TCU, definindo, para cada uma das respostas dadas pelo CFO, um modelo de criticidade, considerando as orientações para a implantação da LAI. São eles: 1) quais são as necessidades a serem consideradas; 2) quais serão os envolvidos no atendimento dessas necessidades; 3) se há, ou não, processos de trabalho definidos; 4) qual o grau de dificuldade da necessidade, classificando-as como baixa, média ou alta dificuldade; e, 5) se haverá, ou não, dispêndio financeiro para o atendimento das necessidades; VIDE ANEXO II
04/09/2015	Realizada reunião entre os funcionários Luis Felipe Coimbra Costa e Luciano Thomé da Silva. Usando a planilha eletrônica criada pela funcionária Alexandra Campos Vidal de Souza, realizaram criteriosa avaliação quanto às respostas que se mostraram não aderentes à LAI e que fazem parte do atual Portal da Transparência do CFO. Identificaram 11 (onze) itens; 09 (nove) sofreram ajustes, sem dispêndio financeiro, atenuando a não aderência às normas da LAI.
07/09/2015	Finalizado trabalho de avaliação do questionário do TCU e obtida autorização do presidente do CFO para oficialização da Comissão Especial de Assessoramento para implementação da LAI.
08/09/2015	Edição da PORTARIA CFO-SEC-25/2015, designando a Comissão Especial de Assessoramento para implementação da LAI.

09/09/2015	<p>Realizada a 4ª reunião da Autoridade Responsável pela LAI, no CFO (Portaria CFO-SEC-22/2015), com os funcionários Alexandra Campos Vidal de Souza e Luis Felipe Coimbra Costa, com a seguinte pauta:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) definição da pauta da 1ª reunião da Comissão Especial; 2) criação da apresentação a ser feita para a reunião da Comissão Especial; 3) definição da possível data da 1ª reunião da Comissão Especial, em no máximo 20 dias; e, 4) avaliação do software para atendimento ao e-Sic do CFO.
10/09/2015	<p>Realizada reunião entre os funcionários Luis Felipe Coimbra Costa e Rodrigo Stern.</p> <p><u>Os referidos funcionários deram início à primeira fase de testes de avaliação do software livre para gestão de e-Sic, obtida no Portal do Software Público. Os mesmos instalaram o software internamente para testes (https://softwarepublico.gov.br/social/e-sic-livre/).</u></p> <p><u>Em contato telefônico com a CGU, para saber se há outra versão de gestão do e-SIC utilizada por demais órgãos da administração pública, lhes foi informado que há, sendo necessário o CFO fazer adesão junto ao Programa Brasil Transparente (http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/brasil-transparente-termo-de-adesao.pdf) para obtê-lo.</u></p>
14/09/2015	<p>Ofício Circular 1.455/2015 - Dá ciência da Requisição 05-275/2015 do TCU, informamos-lhe que, com o objetivo de avaliar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei 12527/2011, o TCU encaminhará e-mail para preenchimento de questionário na internet, com prazo de resposta até o dia 31/08/2015.</p>
16/09/2015	<p>A pedido da Autoridade Responsável para o exercício das atribuições previstas no artigo 40, da Lei nº 12.527/2011, foi enviado e-mail ao procurador jurídico Juan Rodrigues Reguengo, para ciência e apreciação do Decreto e da "Norma" do CONARQ, sobre documentos.</p> <p>Tal medida visou subsidiar o pré-estudo das necessidades para elaboração do documento TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO, prevista no Decreto nº 7.724/2012.</p> <p>Iniciou-se o levantamento dos arquivos necessários e respectivos responsáveis, baseado no questionário do TCU.</p>
25/09/2015	<p>Conclusão da primeira versão da apresentação sobre a LAI para a Comissão, pelos funcionários Luciano Maurício Sampaio Barreto, Alexandra Campos Vidal de Souza e Luis Felipe Coimbra Costa.</p> <p>Convite ao especialista em gestão documental, José Mauro C. Pinto (FIOCRUZ), para participação da 1ª reunião da Comissão Especial.</p> <p>Encaminhamento do ofício circular CFO-1705//2015 aos CROs, comunicando a realização do curso de capacitação virtual "Regulamentação da Lei de Acesso nos Municípios", com inscrições abertas até 15/10/2015.</p>
01/10/2015	<p>1ª Reunião de alinhamento da Comissão Especial, com a Autoridade Responsável pela LAI no CFO, com a seguinte pauta:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) apresentação de alinhamento dos conhecimentos sobre a LAI, pela Autoridade Responsável; 2) apresentação da metodologia <i>Design Thinking</i> para Sistemas em Rede, pelo funcionário Luis Felipe Coimbra Costa, o qual abordou as necessidades para a implantação da LAI e procedeu os seguintes informes: <ol style="list-style-type: none"> a) entrou em contato com auditor do TCU, para sanar dúvidas quanto os processos necessários à LAI; b) já se encontrava instalado, e em testes, software público para gestão do e-Sic;

	<p>c) existência de curso sobre a LAI, no formato EAD, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), sem custo para os Conselhos, e que seria importante convidar todos os CROs para participar, por meio de ofício;</p> <p>3) exposição, pelo especialista em gestão documental, José Mauro C. Pinto (FIOCRUZ), da necessidade de, paralelamente aos estudos visando as orientações para a implantação da LAI, o CFO deveria elaborar um TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO, previsto no Decreto nº 7.724/2012, de forma a subsidiar os requisitos necessários à implantação da citada Lei. O trabalho seria composto das seguintes fases:</p> <p>a) elaboração de formulário, objetivando apoiar as ações da gestão de documentos, que possibilitará a elaboração do plano de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos, além de permitir identificar documentos sensíveis e que, portanto, deverão estar protegidos.</p> <p>b) levantamento de todas as informações produzidas ou custodiadas pelo CFO.</p>
05/11/2015	Criação da mandala do processo da Gestão Documental, em reunião com os funcionários: Alexandra Campos Vidal de Souza, Luis Felipe Coimbra Costa e Juliana Pereira de Almeida, e o especialista em gestão documental, José Mauro C. Pinto (FIOCRUZ).
09/11/2015	Reunião com os gerentes e chefes, para apresentação sobre gestão de documentos, visando esclarecimentos dos trabalhos a serem realizados.
11/11/52015	<p>Envio do Ofício CFO-2316/2015, à FIOCRUZ, solicitando a cessão do especialista em gestão documental, José Mauro C Pinto, para acompanhamento e apoio à Comissão Especial de implementação da LAI no CFO.</p> <p>Realizada reunião entre os funcionários Alexandra Campos Vidal de Souza e Juliana Pereira de Almeida, para definição dos dados necessários a serem coletados para o início do trabalho para produção do TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO.</p>
12/11/2015	Início da confecção do documento PROPOSIÇÃO PARA ATENDIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELOS CONSELHOS DE ODONTOLOGIA FEDERAL E REGIONAIS - COMISSÃO ESPECIAL DE ASSESSORAMENTO CONSTITUÍDA PELA PORTARIA CFO-SEC-25/2015.
13/11/52015	Entrega, pela funcionária Alexandra Campos Vidal de Souza, do formulário prévio (TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO), em planilha eletrônica para coleta de dados.
17/11/52015	Realizada reunião de alinhamento entre os funcionários Alexandra Campos Vidal de Souza, Luis Felipe Coimbra Costa e Juliana Pereira de Almeida, além do consultor José Mauro C. Pinto, para avaliação e ajustes necessários à planilha eletrônica confeccionada para a produção do TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO.
18/11/52015	Entrega final da planilha eletrônica, pela funcionária Alexandra Campos Vidal de Souza, de forma a possibilitar a produção do TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO.
25/11/2015	Término da confecção do documento contendo a PROPOSIÇÃO PARA ATENDIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELOS CONSELHOS DE ODONTOLOGIA FEDERAL E REGIONAIS-COMISSÃO ESPECIAL DE ASSESSORAMENTO CONSTITUÍDA PELA PORTARIA CFO-SEC Nº 25/2015.
25/11/2015	Envio de e-mail com a minuta do documento PROPOSIÇÃO PARA ATENDIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELOS CONSELHOS DE ODONTOLOGIA FEDERAL E REGIONAIS-COMISSÃO ESPECIAL DE ASSESSORAMENTO CONSTITUÍDA PELA PORTARIA CFO-SEC Nº 25/2015, aos membros da Comissão Especial e gerentes afins, para comentários e ajustes.

26 a 30/11/2015	Revisão, conferência, ajuste e formatação da minuta do documento PROPOSIÇÃO PARA ATENDIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELOS CONSELHOS DE ODONTOLOGIA FEDERAL E REGIONAIS-COMISSÃO ESPECIAL DE ASSESSORAMENTO CONSTITUÍDA PELA PORTARIA CFO-SEC Nº 25/2015, pelas funcionárias Juliana Pereira de Almeida e Patrícia de Araújo Paiva; assim como ajuste pelo especialista em gestão documental José Mauro C. Pinto (FIOCRUZ).
02/12/2015	Reunião da Comissão, junto com a Autoridade, para fechamento do documento "PROPOSIÇÃO PARA ATENDIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELOS CONSELHOS DE ODONTOLOGIA FEDERAL E REGIONAIS-COMISSÃO ESPECIAL DE ASSESSORAMENTO CONSTITUÍDA PELA PORTARIA CFO-SEC Nº 25/2015".
04/12/2015	Entrega do documento "PROPOSIÇÃO PARA ATENDIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELOS CONSELHOS DE ODONTOLOGIA FEDERAL E REGIONAIS" à Diretoria do CFO (<u>Protocolo nº 29.811/2015</u>).

**ANEXO X - Balanço Financeiro.pdf -
Balanço Financeiro - Anexo do t3pico 7.4**

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	42.047.884,16	37.383.778,98	Despesa Orçamentária	48.652.805,77	50.306.723,25
RECEITA REALIZADA	42.047.884,16	37.383.778,98	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	31.503.082,29	50.232.236,42
RECEITA CORRENTE	40.797.451,91	37.383.778,98	DESPEZA CORRENTE	31.501.528,65	43.980.469,88
COTA PARTE	38.973.739,04	35.696.801,18	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.062.963,85	12.275.664,99
FINANCEIRAS	850.587,56	1.474.738,09	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.438.564,80	31.704.804,89
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	850.587,56	1.474.738,09	DESPEZA DE CAPITAL	1.553,64	6.251.766,54
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	850.587,56	1.474.738,09	INVESTIMENTOS	1.553,64	6.251.766,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	94,81		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	17.149.723,48	74.486,83
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	94,81				
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	94,81				
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	973.030,50	212.239,71			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	789.920,71	38.242,14			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	789.920,71	38.242,14			
RECEITAS DIVERSAS	183.109,79	173.997,57			
RECEITA DE CAPITAL	1.250.432,25				
OPERAÇÕES DE CREDITO	1.000.000,00				
EMPRESTIMOS TOMADOS	1.000.000,00				
ALIENACAO DE BENS	250.432,25				

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	56.000,00				
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	194.432,25				
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	75.717.655,44	72.776.791,39	Pagamentos Extraorçamentários	68.290.739,69	72.254.017,67
Saldo em espécie do Exercício Anterior	583.498,50	12.983.669,05	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	1.405.492,64	583.498,50
Total:	118.349.038,10	123.144.239,42		118.349.038,10	123.144.239,42

Rio de Janeiro-RJ, 31 de dezembro de 2015

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
Presidente

065.541.211-53

Juliano do Vale
Tesoureiro

451.715.301-06

Márcio da Silva Marcellino
Contador

091904-O

069.835.307-21

ANEXO XI - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Anexo do tópico

7.4

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	49.354.400,00	48.124.838,00	40.797.451,91	-7.327.386,09
COTA PARTE	45.982.368,88	45.764.838,00	38.973.739,04	-6.791.098,96
RECEITA PATRIMONIAL	1.012.031,12	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.012.031,12	0,00	0,00	0,00
FINANCEIRAS	1.000.000,00	1.000.000,00	850.587,56	-149.412,44
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.000.000,00	1.000.000,00	850.587,56	-149.412,44
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.000.000,00	1.000.000,00	850.587,56	-149.412,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	94,81	94,81
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	94,81	94,81
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	94,81	94,81
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.360.000,00	1.360.000,00	973.030,50	-386.969,50
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.360.000,00	1.360.000,00	789.920,71	-570.079,29
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.360.000,00	1.360.000,00	789.920,71	-570.079,29
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	183.109,79	183.109,79
RECEITA DE CAPITAL	19.640.000,00	21.121.000,00	1.250.432,25	-19.870.567,75
OPERAÇÕES DE CREDITO	14.560.000,00	14.560.000,00	1.000.000,00	-13.560.000,00
EMPRESTIMOS TOMADOS	14.560.000,00	14.560.000,00	1.000.000,00	-13.560.000,00
ALIENACAO DE BENS	5.080.000,00	6.561.000,00	250.432,25	-6.310.567,75
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	80.000,00	80.000,00	56.000,00	-24.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	5.000.000,00	6.481.000,00	194.432,25	-6.286.567,75

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			68.994.400,00	69.245.838,00	42.047.884,16	-27.197.953,84
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			68.994.400,00	69.245.838,00	42.047.884,16	-27.197.953,84
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	45.904.400,00	48.104.400,00	33.066.348,25	31.501.528,65	31.501.528,65	15.038.051,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.471.805,56	14.719.805,56	12.607.260,32	12.062.963,85	12.062.963,85	2.112.545,24
REMUNERAÇÃO PESSOAL	11.901.388,89	11.149.388,89	9.688.939,57	9.688.939,57	9.688.939,57	1.460.449,32
ENCARGOS PATRONAIS	3.570.416,67	3.570.416,67	2.918.320,75	2.374.024,28	2.374.024,28	652.095,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.077.581,10	26.107.581,10	16.715.057,94	15.734.561,93	15.734.561,93	9.392.523,16
BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.039.000,00	2.948.000,00	2.653.201,41	2.537.512,37	2.537.512,37	294.798,59
OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	130.000,00	330.000,00	118.314,73	118.314,73	118.314,73	211.685,27
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	16.747.233,01	19.668.233,01	11.505.446,45	10.681.894,80	10.681.894,80	8.162.786,56
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.161.348,09	3.161.348,09	2.438.095,35	2.396.840,03	2.396.840,03	723.252,74
CONTRIBUIÇÕES	3.773.613,34	3.773.613,34	1.296.689,98	1.256.689,98	1.256.689,98	2.476.923,36
SERVIÇOS BANCÁRIOS	4.455.000,00	3.243.000,00	2.285.179,28	2.285.179,28	2.285.179,28	957.820,72
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	63.900,00	75.900,00	45.603,31	45.576,19	45.576,19	30.296,69
SENTENÇAS JUDICIAIS	46.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	16.500,00	138.500,00	116.557,42	116.557,42	116.557,42	21.942,58
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	23.090.000,00	21.141.438,00	1.553,64	1.553,64	1.553,64	21.139.884,36
INVESTIMENTOS	23.090.000,00	21.141.438,00	1.553,64	1.553,64	1.553,64	21.139.884,36
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	5.090.000,00	3.141.438,00	1.553,64	1.553,64	1.553,64	3.139.884,36
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	68.994.400,00	69.245.838,00	33.067.901,89	31.503.082,29	31.503.082,29	36.177.936,11
SUPERÁVIT	0,00	0,00	8.979.982,27	0,00	0,00	0,00
TOTAL	68.994.400,00	69.245.838,00	42.047.884,16	31.503.082,29	31.503.082,29	27.197.953,84

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
TOTAL	68.994.400,00	69.245.838,00	42.047.884,16	31.503.082,29	31.503.082,29	27.197.953,84

Rio de Janeiro-RJ, 31 de dezembro de 2015

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
Presidente

065.541.211-53

Juliano do Vale
Tesoureiro

451.715.301-06

Márcio da Silva Marcellino
Contador

091904-O
069.835.307-21

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	3.330.119,19	2.066.767,30	2.066.767,30	0,00	1.263.351,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	8.064,12	8.064,12	8.064,12	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	3.315.935,07	2.052.583,18	2.052.583,18	0,00	1.263.351,89
CONTRIBUIÇÕES	0,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	0,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	15.000.000,00	15.000.000,00	6.000.000,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	15.000.000,00	15.000.000,00	6.000.000,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	18.330.119,19	17.066.767,30	8.066.767,30	0,00	1.263.351,89

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	292.429,97	292.429,97	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	248.627,98	248.627,98	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	43.801,99	43.801,99	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	292.429,97	292.429,97	0,00	0,00

**ANEXO XII - Balanço Patrimonial.pdf -
Balanço Patrimonial - Anexo do tópico 7.4**

Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	6.857.119,82	4.327.051,72	PASSIVO CIRCULANTE	10.993.871,89	515.356,28
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.405.492,64	583.498,50	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	458.665,83	173.479,53
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	1.000.000,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	5.011.064,80	3.171.260,41	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	292.429,97
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	354.769,89	491.457,23	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	85.792,49	80.835,58	PROVISÕES A CURTO PRAZO	289.794,74	10.347,70
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	24.879.083,17	10.052.929,53	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.245.411,32	39.099,08
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	24.879.083,17	10.052.929,53	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	1.763.487,25	1.898.333,61	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	23.067.783,45	8.106.783,45	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
TÍTULOS E AÇÕES	47.812,47	47.812,47	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	10.993.871,89	515.356,28

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	19.047.799,57	19.047.799,57
			Ajuste de avaliação Patrimonial		
			Resultados Acumulados	1.694.531,53	5.183.174,60
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.742.331,10	13.864.624,97
TOTAL	31.736.202,99	14.379.981,25	TOTAL	31.736.202,99	14.379.981,25
ATIVO FINANCEIRO	6.026.394,86	3.831.594,49	PASSIVO FINANCEIRO	12.532.248,64	18.845.475,47
ATIVO PERMANENTE	25.709.808,13	10.548.386,76	PASSIVO PERMANENTE	1.289.794,74	0,00
SALDO PATRIMONIAL				17.914.159,61	4.465.494,22

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Déficit Financeiro	-6.505.853,78	-15.013.880,98

Rio de Janeiro-RJ, 31 de dezembro de 2015

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
Presidente

065.541.211-53

Juliano do Vale
Tesoureiro

451.715.301-06

Márcio da Silva Marcellino
Contador

091904-O

069.835.307-21

**ANEXO XIII - Demonstrativo das
Variações Patrimoniais.pdf -
Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- Anexo do tópico 7.4**

Variações Patrimoniais

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	41.067.606,62	37.612.364,40	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	34.189.900,49	45.659.088,18
CONTRIBUIÇÕES	38.973.739,04	35.696.801,18	PESSOAL E ENCARGOS	15.016.894,91	14.779.812,50
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	38.973.739,04	35.696.801,18	REMUNERACAO DE PESSOAL	9.688.939,57	9.530.256,36
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	38.973.739,04	35.696.801,18	REMUNERACAO A PESSOAL - RPPS	9.688.939,57	9.530.256,36
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	850.587,56	1.474.738,09	ENCARGOS PATRONAIS	2.671.883,14	2.745.408,63
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	850.587,56	1.474.738,09	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	2.671.883,14	2.745.408,63
MULTAS SOBRE ANUIDADES	850.587,56	1.474.738,09	BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.537.757,47	2.342.878,56
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	270.154,71	224.390,65	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	2.537.757,47	2.342.878,56
GANHOS COM ALIENACAO	250.432,25	0,00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	118.314,73	161.268,95
GANHOS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	250.432,25	0,00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	118.314,73	161.268,95
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS E NASCIMENTOS	19.722,46	224.390,65	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	15.131.072,91	21.160.263,62
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	19.722,46	224.390,65	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	314.158,37	792.081,23
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	973.125,31	216.434,48	CONSUMO DE MATERIAL	314.158,37	792.081,23
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	94,81	0,00	SERVIÇOS	14.816.914,54	20.368.182,39
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	94,81	0,00	DIÁRIAS CIVIL	1.829.905,00	3.333.324,97
DIVERSAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	973.030,50	216.434,48	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	2.443.384,61	3.590.511,13
INDENIZAÇÕES	789.920,71	38.242,14	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	10.543.624,93	13.444.346,29
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	183.109,79	178.192,34	VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.285.179,28	4.279.562,16
			JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	2.285.179,28	4.279.562,16
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.285.179,28	4.279.562,16
			DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	331.809,80	1.605.055,47
			PERDAS COM ALIENACAO	175.400,00	0,00
			PERDAS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	175.400,00	0,00
			PERDAS INVOLUNTARIAS	156.409,80	1.605.055,47
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	0,00	1.570.256,40
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM ESTOQUES	156.409,80	34.799,07

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			TRIBUTARIAS	1.308.386,17	3.834.394,43
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	45.576,19	45.052,27
			IMPOSTOS	45.576,19	45.052,27
			CONTRIBUIÇOES	1.262.809,98	3.789.342,16
			CONTRIBUICOES	1.262.809,98	3.789.342,16
			OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	116.557,42	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	116.557,42	0,00
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	116.557,42	0,00
Total das Variações Ativas :	41.067.606,62	37.612.364,40	Total das Variações Passivas :	34.189.900,49	45.659.088,18
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício		8.046.723,78	Superávit do Exercício	6.877.706,13	
Total	41.067.606,62	45.659.088,18	Total	41.067.606,62	45.659.088,18

Rio de Janeiro-RJ, 31 de dezembro de 2015

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
Presidente

065.541.211-53

Juliano do Vale
Tesoureiro

451.715.301-06

Márcio da Silva Marcellino
Contador

091904-O
069.835.307-21

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	15.001.553,64	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	1.000.000,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	250.432,25	0,00

**ANEXO XIV - Demonstrativo do Fluxo de
Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de
Caixa - Anexo do t3pico 7.4**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	40.797.451,91	37.383.778,98
COTA PARTE	38.973.739,04	35.696.801,18
FINANCEIRAS	850.587,56	1.474.738,09
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	850.587,56	1.474.738,09
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	850.587,56	1.474.738,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	94,81	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	94,81	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	94,81	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	973.030,50	212.239,71
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	789.920,71	38.242,14
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	789.920,71	38.242,14
RECEITAS DIVERSAS	183.109,79	173.997,57
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	75.717.655,44	72.776.791,39
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	31.501.528,65	43.980.469,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.062.963,85	12.275.664,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.438.564,80	31.704.804,89
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	17.149.723,48	74.486,83
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	68.290.739,69	72.254.017,67
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-426.884,47	-6.148.404,01
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
RECEITA DE CAPITAL	250.432,25	0,00
ALIENACAO DE BENS	250.432,25	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	56.000,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	194.432,25	0,00
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	1.553,64	6.251.766,54
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	248.878,61	-6.251.766,54
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
EMPRESTIMOS TOMADOS	1.000.000,00	0,00
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.000.000,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	821.994,14	-12.400.170,55
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	583.498,50	12.983.669,05
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.405.492,64	583.498,50

Rio de Janeiro-RJ, 31 de dezembro de 2015

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
Presidente

065.541.211-53

Juliano do Vale
Tesoureiro

451.715.301-06

Márcio da Silva Marcellino
Contador

091904-0
069.835.307-21

ANEXO XV - Anexo Capa - Anexo - Anexo do t3pico 11.1

11 - ANEXOS E APÊNDICES

11.1 ANEXOS E APÊNDICES

- Planejamento - CFO